



ISSN: 2178-8839

CONJUNTURA AUSTRAL

JOURNAL OF THE GLOBAL SOUTH



The title 'CONJUNTURA AUSTRAL' is centered and features a decorative graphic behind it. This graphic consists of several overlapping, wavy lines in shades of purple, blue, green, and yellow. To the right of the title, there are several small, stylized star or asterisk symbols of varying sizes.

CONJUNTURA AUSTRAL

JOURNAL OF THE GLOBAL SOUTH

ISSN 2178-8839

CONJUNTURA AUSTRAL

JOURNAL OF THE GLOBAL SOUTH

Foco e Escopo

A *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* recebe contribuições em fluxo contínuo, na forma de Análises de Conjuntura, Artigos de Pesquisa e Resenhas Bibliográficas, escritos em português, inglês ou espanhol. Ela publica trimestralmente produções originais cuja temática se situe na grande área das Relações Internacionais, com ênfase em temas pertinentes aos países do Sul Global, tendo como área geográfica de abrangência as relações internacionais da África, Ásia e América Latina, na perspectiva dos grandes temas das Relações Internacionais, especialmente as agendas de segurança, diplomacia e desenvolvimento.

Nesse sentido, submissões que não sejam centradas em fenômenos internacionais ou transfronteiriços, definidos como pertencentes à agenda de estudos internacionais, são consideradas como fora do escopo da publicação.

Objetivo

O objetivo principal da *Conjuntura Austral* é publicar as mais recentes, inovadoras e relevantes contribuições no campo das Relações Internacionais, tendo como público alvo pesquisadores, especialistas, pós-graduandos e graduandos da área de Relações Internacionais. A *Conjuntura Austral* mantém um padrão de alta qualidade e os critérios primordiais para avaliar contribuições são a relevância e a qualidade científica dos trabalhos.

A *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* ressalta que as opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade de seus(suas) respectivos(as) autores(as).

Nossa História

A *Conjuntura Austral* foi criada em 2010, fruto de um ambicioso projeto de divulgar o conhecimento científico produzido pelo e sobre os países em desenvolvimento, que refletia não apenas a consolidação e a força da área de Relações Internacionais, mas também a realidade de transformação vivenciada pelas relações internacionais no período.

Ao completar cinco anos, a Revista passou por uma renovação, adotando uma nova identidade visual e um novo subtítulo, *Journal of the Global South*, reafirmando sua vocação para a divulgação de pesquisas sobre Ásia, África e América Latina – sem, contudo, afastar-se do diálogo com o Norte, pois é impossível pensar o Sul Global sem pensar o próprio Global. O símbolo do Cruzeiro do Sul, assim, permaneceu como sua marca referência, significativa para os navegadores austrais desde a época dos descobrimentos da era moderna.

Ao longo de seus dez anos de existência, a *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* publicou mais de 320 artigos de cerca de 370 autores diferentes, contando para isso com a colaboração voluntária de mais de 450 pareceristas. Nesse período, a revista foi acessada por mais de 100.000 pessoas diferentes, em mais de 130 países.

Focus and Scope

Conjuntura Austral: Journal of the Global South receives contributions in a continuous flow, in the form of Scenario Analysis pieces, Research Articles, and Book Reviews, written in Portuguese, English or Spanish. It issues original scientific works whose theme falls within the broad area of International Relations, with an emphasis on topics relevant to the countries of the Global South. With Africa, Asia, and Latin America as the geographical area of coverage, its main focus is on the major themes of international relations, especially issues of security, diplomacy, and development.

Contributions that are not centered on international or cross-border phenomena, defined as belonging to the international studies agenda, are considered outside the scope of the publication.

Objective

The main objective of *Conjuntura Austral* is to publish the most recent, innovative, and relevant contributions in the field of International Relations. Its target audience is composed of researchers, specialists, graduate students, and undergraduate students in the field of International Relations. *Conjuntura Austral* maintains a high-quality standard whereby the relevance and scientific quality of the submissions are the primary criteria for evaluating contributions.

Conjuntura Austral: Journal of the Global South emphasizes that the opinions expressed in the articles are the sole responsibility of their respective authors.

Our History

Conjuntura Austral was created in 2010, as the result of an ambitious project to disseminate scientific knowledge produced by and about developing countries. It reflected not only the consolidation and strength of the International Relations area but also the reality of transformation experienced by international relations during this period.

On its fifth birthday, the Journal underwent a renovation, adopting a new visual identity and a new subtitle, *Journal of the Global South*. The Journal, therefore, reaffirmed its vocation for the dissemination of research on Asia, Africa, and Latin America – without, however, abandoning the dialogue with the North, since it is impossible to think of the Global South without thinking of the Global North. The Southern Cross constellation thus remained our reference symbol, extremely relevant to the southern sailors since the time of the discoveries in the modern era.

Throughout this decade, *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* has published more than 320 articles by around 370 authors, with the voluntary collaboration of more than 450 reviewers. During this period, the journal articles were read by more than 100,000 different people, in more than 130 countries.

Enfoque y alcance

Conjuntura Austral: Journal of the Global South recibe contribuciones en un flujo continuo, en forma de Análisis de Coyuntura, Artículos de Investigación y Reseñas Bibliográficas, escritos en portugués, inglés o español. Publica producciones originales cuya temática se encuentre dentro del campo amplio de las Relaciones Internacionales, con énfasis en temas relevantes para los países del Sur Global, teniendo como área geográfica de cobertura a África, Asia y América Latina, en la perspectiva de los principales temas de las relaciones internacionales, especialmente las agendas de seguridad, diplomacia y desarrollo.

En este sentido, los artículos remitidos que no se centren en fenómenos internacionales o transfronterizos, definidos estos como parte de la agenda de los estudios internacionales, se consideran fuera del alcance de la publicación.

Objetivo

El objetivo principal de *Conjuntura Austral* es publicar las contribuciones más recientes, innovadoras y relevantes en el campo de las Relaciones Internacionales, teniendo como público objetivo a investigadores(as), especialistas y estudiantes de posgrado en el área de las Relaciones Internacionales. *Conjuntura Austral* mantiene un alto estándar de calidad, siendo la relevancia y la calidad científica de los artículos los criterios principales para evaluar las contribuciones.

Conjuntura Austral: Journal of the Global South enfatiza que las opiniones expresadas en los artículos son responsabilidad de sus respectivos(as) autores(as).

Nuestra Historia

Conjuntura Austral se creó en 2010, el resultado de un ambicioso proyecto para divulgar el conocimiento científico producido por y sobre los países en desarrollo, reflejando no solo la consolidación y la fuerza del campo de las Relaciones Internacionales, sino la realidad de la transformación experimentada por las relaciones internacionales en aquel período.

Tras cinco años de existencia, la Revista pasó por un proceso de renovación, adoptando una nueva identidad visual y un nuevo subtítulo, *Journal of the Global South*, reafirmando su vocación por la divulgación de investigaciones sobre Asia, África y América Latina – sin dejar, no obstante, de dialogar con el Norte, dado que es imposible pensar el Sur Global sin pensar en el Global mismo. El símbolo de la Cruz del Sur, por lo tanto, se ha mantenido como su marca de referencia, importante para los navegantes del sur desde la época de los descubrimientos de la era moderna.

A lo largo de sus diez años de existencia, *Conjuntura Austral: Journal of the Global South* publicó más de 320 artículos de unos 370 autores(as) diferentes y contó con la colaboración voluntaria de más de 450 revisores. Durante este período, la revista fue leída por más de 100.000 personas diferentes, en más de 130 países.

Equipe Editorial

Editor-chefe

André Luiz Reis da Silva *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Editor Adjunto

Guilherme Ziebell de Oliveira *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Editores Assistentes

Mateus Webber Matos *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Vinícius Henrique Mallmann *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Editores de Revisão

José Oviedo Pérez *Ohio State University, Estados Unidos da América*

Raquel de Holleben, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Yuri Bravo Coutinho, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Assistente Editorial

Beatriz de Castro Ferreira *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Comitê Editorial

André Moreira Cunha *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Camilo Lopez Burian *Universidad de la República, Uruguai*

Chris Landsberg *University of Johannesburg, África do Sul*

Eduardo Ernesto Filippi *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Jing Cheng *Hubei University, China*

Paulo Wache *Universidade Joaquim Chissano, Moçambique*

Veronica Korber Gonçalves *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Endereço:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Ciências Econômicas
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais
Rua Manoel Manoel, 52 sala 33A - 3º andar - CEP 90040-000 - Centro - Porto Alegre/RS - Brasil
51 3308-3150 | Fax: +55 51 3308-3963
conjunturaaustral@ufrgs.br

Conselho Editorial

Aaron Schneider *Denver University, Estados Unidos da América*

Alejandro Simonoff *Universidad Nacional de La Plata, Argentina*

Alfredo Dombe *Instituto Superior de Relações Internacionais Venâncio de Moura, Moçambique*

Amado Luiz Cervo *Universidade de Brasília, Brasil*

Ana Flávia Barros Platiau *Universidade de Brasília, Brasil*

Anabela Busso *Universidad Nacional de Rosario, Argentina*

Anselmo Otávio *Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil*

Carlos Arturi *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Danny Zahreddine *Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil*

Deisy Ventura *Universidade de São Paulo, Brasil*

Deltlef Nolte *GIGA Hamburg, Alemanha*

Elodie Brum *Colégio de México, México*

Fabian Scholze Domingues *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Fabrizio Chagas Bastos *University of Melbourne, Austrália*

Francisco José Leandro *University of Macau, China*

Germán Soprano *CONICET / Universidad Nacional de Quilmes / Universidad Nacional de La Plata, Argentina*

Gilberto Aranda Bustamante *Universidad de Chile, Chile*

Gladys Lechini *Universidad Nacional de Rosario, Argentina*

Guilherme Casarões *Fundação Getúlio Vargas, Brasil*

Joseph Marques *Webster University Geneva, Suíça*

Lilia Ilikova *Kazan Federal University of Russia, Russia*

Marco Cepik *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Marcos Costa Lima *Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Mohammad Jahirul Hoque *Shahjalal University of Science and Technology, Bangladesh*

Naif Bezwan *Mardin Artuklu University, Turquia*

Samuel Pinheiro Guimarães *Ministério das Relações Exteriores, Brasil*

Samuel Soares *Universidade Estadual Paulista, Brasil*

Sean W. Burges *Australian National Centre for Latin American Studies, Austrália*

Shiguenoli Miyamoto *Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Vijay Prashad *Tricontinental: Institute for Social Research, Índia*

Yetzy Urimar Villarroel *Universidad Simón Bolívar, Venezuela*

Zaad Mahmood *Presidency University Kolkata, Índia*

Apoio:



Os artigos publicados na Revista Conjuntura Austral estão sumarizados e indexados nos seguintes serviços:

Bases de dados:

- EBSCO Host
- Bibliografía Latinoamericana (BIBLAT)
- Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE)
- Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico (REDIB)
- Sumários de Revistas Brasileiras
- EuroPub
- Scilit
- PKP Index
- Scientific Indexing Services
- Academia.edu
- Open Academic Journals Index (OAJI)
- Sistema de Información Científica Redalyc

Diretórios/Repositórios:

- Google Scholar
- Directory of Open Access Journals (DOAJ)
- Directory of Open Access Scholarly Resources (ROAD)
- Latindex
- Ulrichs Web
- Journal Table of Contents
- Bielefeld Academic Search Engine (BASE)
- IFindr
- Timbó FOCO
- Land Portal
- Sherpa/Romeo
- Diadorim
- Journals for Free (J4F)
- OpenAire
- AuraAmelica
- Columbia University Libraries
- Semantic Scholar

Portais:

- GIGA Information Centre
- European Reference Index for the Humanities and Social Sciences (ERIH plus)
- LatinREV
- Portal de Periódicos CAPES
- Mirabel
- SmartCat
- Revistas de livre acesso (LivRe)
- Portal de Periódicos Científico UFRGS
- Oasis/IBICT
- Core

Índices:

- Information Matrix for the Analysis of Journals (MIAR)
- Index Copernicus
- Advanced Sciences Index
- Clasificación Integrada de Revistas Científicas (CIRC)
- CiteFactor

Divulgadores:

- WorldCat
- Crossref

Volume. 16, Número. 73 (jan./mar. 2025)

ARTIGOS

- Olavo de Carvalho e os BRICS: um conspiracionismo anticomunista anacrônico
Natalia dos Reis Cruz p. 7
- Trauma healing interventions and peacebuilding: a case of NGOs projects in Rwanda
Ludmilla Silva Corcino p. 21
- O uso de bombas cluster na guerra da Ucrânia: Análise da moral e do processo de legitimação do fornecimento estadunidense a Kiev
Getúlio Alves de Almeida Neto p. 36
- Lula III: a retomada de uma política externa voltada aos direitos humanos em um cenário desafiador
Lucas Damasceno Tomazella p. 49
- A China na Guiana: interesses geoeconômicos e disputas intra e extra-regionais
Wanderley dos Reis Nascimento Júnior, Patrícia de Oliveira Matos e Raísa Barbosa Dias p. 62

RESENHAS

- Resenha do Livro: Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato
Yuri Bravo Coutinho p. 80
- Resenha do Livro: O segundo círculo: centro e periferia em tempos de guerra
Carlos Eduardo Rezende Landim p. 84
- Normas de Submissão/Submission Standards** p. 88

Olavo de Carvalho e os BRICS: um conspiracionismo anticomunista anacrônico

Olavo de Carvalho and the BRICS: an anachronistic anti-communist conspiracism

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.143525>

Natalia dos Reis Cruz
Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil
natreiscruz29@gmail.com  

Resumo

O artigo insere o pensamento de Olavo de Carvalho na extrema-direita, tendo como principal questão a sua visão sobre os BRICS, com o objetivo de analisar a sua narrativa sobre este novo polo de poder geopolítico e um suposto projeto de construção de uma Nova Ordem Mundial. A narrativa é analisada por meio da metodologia da leitura sintomal, que busca discernir a tendenciosidade não reconhecida no texto oficial, através de rupturas, lacunas e lapsos, apreendendo-se as intencionalidades do discurso olavista e trazendo à tona o seu verdadeiro sentido. As fontes analisadas são artigos e vídeos de Carvalho produzidos nas duas primeiras décadas dos anos 2000, no contexto da criação do BRICS e da ascensão dos governos petistas ao poder. Os elementos de sua narrativa são: associação dos BRICS com a construção de uma nova ordem mundial comunista; o papel dos governos do PT neste processo; e união entre o bloco russo chinês e as elites globalistas ocidentais. Conclui-se que há um conspiracionismo anticomunista anacrônico e estratégias discursivas baseadas na omissão de dados da realidade, na descontextualização de fatos históricos e na distorção dos conceitos de comunismo e capitalismo, criando um imaginário negativo dos adversários geopolíticos dos EUA, compartilhando elementos do neoconservadorismo estadunidense.

Palavras-chave: Extrema-direita; BRICS; Anticomunismo.

Abstract

The paper inserts Olavo de Carvalho's thoughts on the extreme right, having as its main question his perception of the BRICS, with the aim of analyzing his narrative about this new pole of geopolitical power and a supposed project to build a New World Order. The narrative is analyzed through the methodology of symptomatic reading, which seeks to discern the unrecognized bias in the official text, through its ruptures, gaps and lapses, making it possible to grasp the intentions of the Olavist discourse, bringing to light its true meaning. The sources analyzed are articles and videos by Carvalho produced in the first two decades of the 2000s, in the context of the creation of the BRICS and the rise of PT governments to power. The elements of his narrative are: association of BRICS with the construction of a communist world order; the role of PT governments in this process; and conjunction between Chinese Russian bloc and Western globalist elites. The conclusion: there is an anachronistic anti-communist conspiracism in the narrative and discursive strategies centered on the omission of data from reality, the decontextualization of historical facts and the distortion of the concepts of communism and capitalism, creating a negative imaginary of the US's geopolitical adversaries, sharing elements of American neoconservative thought.

Keywords: Extreme Right; BRICS; Anti-communism.

Recebido: 24 Outubro 2024
Aceito: 16 Janeiro 2025

Conflitos de interesse: A autora não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

O pensamento de Olavo de Carvalho é parte da ascensão das extremas-direitas no mundo, um campo não homogêneo, constituído de vários grupos, pautas, lideranças e partidos. No entanto, as forças políticas de extrema-direita possuem elementos em comum, visualizados nas obras de Carvalho: anticomunismo, deslegitimação das minorias, ataque às esquerdas, concepção de inimigos internos e externos, intolerância à diversidade, à alteridade e ao pluralismo social e político.

Segundo Mudde (2022), a extrema-direita hoje tem atuação mundial, é um fenômeno global e abrange todos os continentes, expressando-se em quatro ondas após a Segunda Guerra Mundial. A primeira surgiu logo após o fim do conflito, com base em partidos e movimentos que apoiavam o fascismo clássico dos anos 1920 e 1930. A segunda onda durou de 1955 a 1980, caracterizando-se pelo anticomunismo, pela oposição aos direitos civis dos negros, imigrantes e cidadãos de países colonizados, pelo machismo e por críticas às elites políticas e econômicas. A terceira onda data de 1980 a 2000, com a entrada da extrema-direita nas instituições liberais parlamentares, obtendo votos de cidadãos insatisfeitos com a crise econômica e migratória de fins do século XX. E a quarta onda é a naturalização e a consolidação da extrema-direita como força relevante no século XXI, devido aos problemas econômicos, migratórios e de segurança pública. Podemos situar o pensamento de Olavo de Carvalho na terceira e quarta ondas.

A extrema-direita é uma expressão radical que utiliza a prática da violência física ou verbal. Segundo Schurster, Lapsky e Silva (2014, p. 10), a sua questão central é a negação da alteridade, da diferença e da pluralidade. Para Cruz, Kaysel e Cudas (2015, p. 7-8), a extrema-direita ficou à margem da política em vários países da Europa no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, devido ao horror do Holocausto nazista; a luta entre direita e esquerda era civilizada com base no consenso em torno do Estado do Bem Estar Social. Após o fim da URSS, o consenso orientou-se para o livre mercado e a democracia liberal. No Brasil, o passado da ditadura militar era um peso incomodativo e seus simpatizantes tinham que “inventar credenciais democráticas e ajustar o seu discurso”.

No entanto, a extrema-direita está de volta. Na Europa, ela reascendeu por volta da década de 1980, com a crise do Estado do Bem Estar Social, o desemprego e a xenofobia resultante do aumento dos imigrantes. Na América Latina, ela reaparece com novas lideranças, atualizando seu discurso e usando novas táticas e estratégias, buscando eliminar o Estado de direito e a democracia (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015).

Seguidores de Carvalho participaram do governo de Jair Bolsonaro – eleito em 2018 à Presidência da República. Além do próprio Bolsonaro, podemos citar Ernesto Araújo – Ministro das Relações Exteriores sob indicação do próprio Carvalho – e Felipe Martins – assessor para assuntos internacionais do ex-presidente Bolsonaro. Dois meses após tomar posse, Bolsonaro declarou, em uma reunião na casa de Sérgio Amaral – embaixador do Brasil em Washington – que a “revolução” de sua chegada ao poder devia-se em grande parte ao “professor Olavo de Carvalho”, também presente na reunião (CLETO, 2024, p. 11).

Por acreditarem que as esquerdas dominam o mundo, os olavistas se veem como “revolucionários” lutando contra um sistema dominante e, por isso, seus movimentos se assemelham aos fascismos clássicos, que se diferenciavam dos conservadores por seu aspecto “revolucionário”, uma “revolução conservadora” contra o marxismo (CLETO, 2024, p. 21). Embora Olavo de Carvalho tenha falecido, suas ideias continuam influenciando o Bolsonarismo – movimento que ultrapassa a figura de Jair Bolsonaro – e seus seguidores buscam ocupar espaços públicos e instituições. Um exemplo é a produtora Brasil Paralelo, criada em 2016, que difunde interpretações revisionistas sobre a história do Brasil, com viés negacionista, e atua junto às instituições educacionais para influenciar as novas gerações (CLETO, 2024).

O conceito de “comunidade epistêmica” é útil para abordar a influência das ideias de Carvalho no governo Bolsonaro. Segundo Haas (1992, p. 3), uma comunidade epistêmica é “uma rede de profissionais que possuem domínio e competência sobre um determinado tema e reclamam autoridade sobre um conhecimento relevante para a formulação de

políticas vinculadas a esse tema ou campo”. Dessa forma, Olavo de Carvalho foi considerado um ator com conhecimento das realidades submersas nas aparências, visto como imprescindível para as decisões de seus seguidores em cargos no governo Bolsonaro.

Segundo Patschiki (2012), Carvalho foi financiado por setores da burguesia brasileira, sendo um exemplo o Diário do Comércio, ligado à Associação Comercial de São Paulo, onde o autor publicava uma coluna desde 2008. O público-alvo era a classe média, compreendendo “ética” como uma categoria a-histórica e universal e reafirmando o senso comum da pequena burguesia como superioridade moral. A classe média deveria ser objeto de disputa, porque a “classe revolucionária” seria formada entre as massas afluentes deste segmento social que, nas universidades, se “alimentam de doutrina comunista” (CARVALHO, 2003a, s.p.).

A problemática do artigo é como Olavo de Carvalho percebe os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com o objetivo de analisar a sua narrativa sobre este novo polo geopolítico. A China e a Rússia são “demonizadas” e colocadas no centro de um “projeto de poder comunista global”, desqualificando-se iniciativas geopolíticas e econômicas que ameacem a hegemonia norte-americana.

A metodologia é a da análise sintomal, uma crítica da ideologia como um conjunto de ideias e conceitos que servem a interesses particulares de poder. O objetivo da “leitura sintomal” é discernir a tendenciosidade não reconhecida no texto oficial, através de suas rupturas, lacunas e lapsos, iluminando o fosso entre o sentido público oficial do texto e sua verdadeira intenção (ZIZEK, 1996). Será possível apreender então o verdadeiro sentido do discurso olavista.

As fontes utilizadas na pesquisa foram produzidas nas duas primeiras décadas dos anos 2000, quando os BRICS se consolidavam, abarcando os primeiros governos petistas no Brasil, com uma proposta de política externa soberana, reforçando os laços com os países asiáticos. A análise das fontes será complementada com a ajuda de aportes teóricos ligados aos temas que aparecem nas narrativas olavistas, para evidenciar a falta de análise das questões geopolíticas contemporâneas por parte de Carvalho.

O discurso de Carvalho possui aspectos em comum com o conservadorismo e a Direita Cristã dos Estados Unidos (EUA). Iniciaremos então com breves apontamentos sobre estes temas e os seus elementos presentes no discurso olavista.

Olavo de Carvalho, o Conservadorismo e a Direita Cristã dos EUA

O anticomunismo de Carvalho é, em parte, influência da Direita Cristã Americana, que condena o aborto, a homossexualidade, o humanismo, o secularismo, o liberalismo e o comunismo, associando-os a um governo mundial do fim dos tempos, contra o qual os cristãos deveriam lutar. Há interlocução de Carvalho com nomes como Jerry Falwell, Pat Robertson e Phyllis Schlafly. O primeiro foi um pastor batista, televangelista e ativista conservador que fundou, em 1979, a “Maioria Moral”, organização política que reunia católicos, protestantes e evangélicos, ajudando a eleger Ronald Reagan e George Bush à Presidência dos EUA (STEENSLAND; GOFF, 2014, p. 111). Pat Robertson foi pastor, empresário e político norte-americano, fundador da rede de televisão CBN (Christian Broadcast Network) e da Christian Coalition, organização que influenciou principalmente o Partido Republicano (MARLEY, 2007).

Robertson publicou a obra *A Nova Ordem Mundial*, em 1991, na qual fala de um *establishment* nos bastidores que controla a política americana, para estabelecer um governo mundial. Seria uma conspiração dos Illuminati, da Nova Era, da Maçonaria, do Conselho de Relações Exteriores e da Comissão Trilateral, demonstrando a aproximação do fim dos tempos, conforme a escatologia cristã (ROBERTSON, 1991, p. 96).

Phyllis Schlafly foi uma advogada constitucionalista, ativista conservadora e fundadora do Eagle Forum, em 1972, uma organização pró-família e antifeminista. Parte da Direita Cristã Americana é baseada na Teologia do Domínio, que defende a ocupação de instituições seculares pelos cristãos até a volta de Cristo (DIAMOND, 1995), o que explica o trabalho

editado pelos ativistas cristãos Mark Rozell, John Green e Clyde Wilcox (2003), no qual apresentam uma visão das atividades e estratégias do movimento da direita cristã na política de diversos Estados americanos.

Segundo Diamond (1995), a direita americana foi unificada por princípios nos domínios da economia, do Estado-Nação no contexto global – militar e diplomático – e da ordem moral comportamental, ou seja, liberalismo, militarismo anticomunista e tradicionalismo têm sido os três pilares da direita americana. Suas ideias estão presentes no discurso olavista e fazem parte da superestrutura ideológica que permeia a sua interpretação sobre o comunismo, o “globalismo” e a “nova ordem mundial”.

Nos anos 1950, as vertentes do conservadorismo americano – os libertários defensores do livre mercado; os tradicionalistas, adeptos dos valores morais tradicionais; e os anticomunistas – se uniram através do anticomunismo comum a todos, no contexto da Guerra Fria, podendo-se então falar em um movimento conservador. A percepção geral dos conservadores era a necessidade de ocupar espaços no *establishment* político e intelectual norte-americano, oferecendo resistência ao pensamento liberal dominante. Um passo importante foi a revista *National Review*, um instrumento da estratégia fusionista de Frank Meyer (TRIGUEIRO, 2017).

Os neoconservadores eram um grupo de intelectuais europeus que migraram para os EUA nos anos 1930 e são financiados pela Fundação Rockefeller. Para Kristol, por exemplo, os neoconservadores defendem um Estado forte, mas com menos impostos e, na política externa, os seguintes pontos: 1. Patriotismo – visto como natural e peculiar aos EUA e à sua história; 2. Oposição a um governo mundial tirânico; 3. Definição do ato de governar como a “distinção entre amigos e inimigos”, inspirada nas ideias de Carl Schmitt; 4. Revalorização do interesse nacional (FINGUERUT, 2008, p. 18-20).

Os neoconservadores se fortaleceram nos anos 1960, em reação aos movimentos contraculturais, ao surgimento da Nova Esquerda – defensora da justiça social e crítica da guerra –, ao declínio da religiosidade e à proteção constitucional ao aborto e à pornografia. Seus intelectuais tornaram-se avessos ao socialismo europeu, ao liberalismo progressista e à contracultura, descrendo na superação das desigualdades sociais pela revolução social ou política e distanciando-se dos intelectuais da Nova Esquerda (FINGUERUT, 2008, p. 21-23).

Lacerda (2019, p. 29-30) diferencia o neoconservadorismo de outros movimentos, argumentando que a sua peculiaridade é a centralidade nos temas da família, da sexualidade, da reprodução e dos valores cristãos. A direita cristã seria o ator mais importante da coalizão neoconservadora, cujos temas incluiriam também o sionismo, o militarismo anticomunista, o idealismo punitivista e o neoliberalismo.

As linhas mestras do pensamento conservador americano estão presentes no discurso de Carvalho, como a crítica ao multiculturalismo e aos movimentos progressistas no campo político e de costumes; a defesa da identidade nacional americana e do livre mercado; críticas à intervenção estatal na economia, à Nova Era e às Universidades. Carvalho idealiza a “nação americana” e elabora um pensamento conspiracionista, que vê em determinados atores estatais e não estatais um projeto de governo mundial tirânico e ameaçador das liberdades individuais.

A narrativa conspiracionista de caráter anticomunista e a crítica ao “metacapitalismo”

Olavo de Carvalho faz um discurso político-ideológico de combate aos países contrários à hegemonia norte-americana. Uma análise de fato exigiria método científico, discussão teórica envolvendo os vários aspectos da questão, consideração dos contextos históricos, uso apropriado das fontes pesquisadas e dos conceitos utilizados. Carvalho, porém, estabelece ligações entre fatos não conectados entre si, a “demonização” do outro, a desconsideração dos contextos das ações dos Estados demonizados e o rebaixamento das questões geopolíticas a uma divisão entre o “bem” e o “mal”.

O conceito de conspiracionismo é, portanto, imprescindível para a compreensão da narrativa olavista. Segundo Barkun (2003, p. 4) e Taguieff (2006, p. 57), os princípios básicos do conspiracionismo são: “nada acontece por acidente”,

“nada é o que parece”, “tudo está conectado” e “tudo o que acontece é resultado de vontades ocultas e malignas”. A política é vista como a luta entre forças do bem e do mal nos bastidores ocultos da política.

A extrema-direita geralmente formula teorias conspiratórias, que são uma linguagem política. Segundo Faria (2024, p. 4-5), “nessa linguagem, a mentira organizada tem um papel central de organizar a realidade e oferecer a um mundo instável uma imagem de ordem”, dando sentido às causas das inseguranças sociais e uma explicação simples para fenômenos complexos, formulando teses sobre o funcionamento do mundo, e a ideia central é que “todos os acontecimentos derivam de ações deliberadas de um pequeno grupo que age em segredo”.

Não haveria complexidade na história, diferenças e pluralidade de interesses. Todos os acontecimentos teriam uma única causa, baseada em intenções subjetivas expressas em planos que as evidenciam, elaborados por um pequeno grupo de agentes – o verdadeiro “motor da história”. O problema é que suas “explicações” são irrefutáveis, pois qualquer prova ou contraprova pode ser acusada de conspiração. Geralmente, há advertências contra a possível incredulidade do leitor, que colocaria em risco a sobrevivência da civilização (FARIA, 2024, p. 9).

Há fatos concretos em algumas narrativas de Carvalho, mas desconectados do seu significado real; ele omite fatores conjunturais e contextuais importantes para a compreensão das ações dos atores; e usa desonestamente os conceitos, como o de “comunismo”, associando-o não com um modo de organização social da produção e distribuição dos bens materiais, mas com o “caráter” dos comunistas. Ele enxerga uma trama de domínio mundial comunista nos dias atuais, em que a construção de uma ordem social comunista não está presente em grande parte das esquerdas mundiais após o fracasso soviético.

Nos artigos e vídeos de Olavo de Carvalho, na primeira e na segunda décadas dos anos 2000, há uma série de narrativas centradas nos comunistas, na Rússia, na China e nos governos petistas, apresentando-os como a expressão do “mal”. Carvalho (2011a) critica as ideias de revolução; o alvo são os países que ele identifica como de “tradição revolucionária” ou “governos revolucionários” atuais, que possuiriam as seguintes características: desinformação estratégica e articulação com o terrorismo e protestos de massa, brutalidade das ações, ligação com redes criminosas do mundo, pretensões de um “governo mundial” revolucionário, autoritário e tirânico, “controle da psicologia das massas por uma elite de ‘engenheiros comportamentais’ iluminados” e “demolição ‘politicamente correta’ da moral e das instituições”. Há referências a KGB (sigla para Comitê de Segurança do Estado, em russo), que atuaria sob o disfarce de bancos, indústrias e firmas de consultoria; à Venezuela e à Colômbia como territórios de atuação e controle da “máfia russa” (a serviço da KGB); e ao terrorismo islâmico. Os revolucionários seriam aproveitadores das injustiças sociais que usam o discurso do combate a elas como estratégia de conquista do poder, seu objetivo último, já que, após o alcançarem, “multiplicam e reforçam as injustiças.” O alvo é a Rússia atual, definida como um “governo revolucionário” (CARVALHO, 2015a).

Há associação das esquerdas ao nazismo através do conceito de “mentalidade revolucionária”, definido como “o estado de espírito, permanente ou transitório, no qual um indivíduo ou grupo se crê habilitado a remodelar o conjunto da sociedade – senão a natureza humana, em geral – por meio da ação política”, colocando-se “acima do julgamento pela humanidade, tendo apenas que dar satisfações ao tribunal da História”. A “mentalidade revolucionária” seria totalitária e genocida em si, não importando os seus diferentes conteúdos ideológicos, e teria inaugurado a era das guerras mundiais (CARVALHO, 2007).

Carvalho omite as alianças dos conservadores com o Nazismo e o Fascismo. Paxton (2007) aponta que, em 1933, políticos conservadores convidaram Hitler para a Chancelaria do Reich devido ao peso eleitoral do Partido Nazista. E Mussolini chegou ao poder por meio de vínculos com forças sociais e políticas tradicionais, como a Monarquia e a Igreja (SASSOON, 2009). Mas Carvalho relaciona as mazelas do século XX aos “revolucionários” de todos os matizes, em um processo de abstração que serve à demonização do comunismo (que teria a mesma essência do nazismo). Ao relacionarmos

os artigos um com o outro, percebemos que os principais alvos de todos eles em seu conjunto são China e Rússia, os adversários geopolíticos dos EUA.

Haveria um plano contra a civilização judaico-cristã, englobando movimentos sociais, Estados, partidos, ONGs, grandes capitalistas, comunistas, anarquistas, neonazistas, radicais islâmicos e budistas atuando contra o americanismo, o israelismo e o cristianismo, defendendo cotas raciais, casamento gay, alarmismo ecológico, aborto e liberação das drogas, em um “ataque multilateral” e uma “unidade estratégica” (CARVALHO, 2003b).

Sua narrativa, embora aponte a colaboração dos grandes capitalistas, chamados de “globalistas” e traidores da civilização judaico-cristã, não tem o capitalismo como alvo. Não há coerência no uso do conceito de capitalismo, associado aos globalistas (as grandes corporações), que também são definidos pelo conceito de metacapitalismo, sugerindo algo para além do “verdadeiro” capitalismo – o de livre concorrência sem a concentração de capital (CRUZ, 2021).

Carvalho (2011b) insere em sua narrativa fatos verídicos sobre o processo de transição do socialismo soviético para o capitalismo na Rússia, denunciando a privatização que lá ocorreu e o enriquecimento de membros da antiga burocracia soviética, definindo este processo de “capitalismo mafioso”, baseado no “roubo generalizado do que é público e no dinheiro do narcotráfico, que teria em parte financiado a compra das estatais”. De fato, Pomeranz (2018), por exemplo, aponta para a transformação da burocracia estatal em uma nova classe, que passou a ter a posse da propriedade estatal através da “privatização da nomenclatura”.

Mas o intuito de Carvalho não é compreender o processo, mas usá-lo contra os comunistas. O problema não seria as privatizações, mas o caráter maléfico dos comunistas que “adotaram o capitalismo tal como o comunismo o concebia”, formando “uma classe capitalista sem lei, nem ordem, nem moralidade”. Os culpados seriam os agentes do processo - “homens de formação marxista”, certos de que “a ‘acumulação primitiva do capital’ só é possível através do roubo, do saque, da desumanidade e da violência descontrolada” (CARVALHO, 2011b).

Para Carvalho (2011b), o roubo, o saque e a violência não caracterizam o capitalismo, que só teria deixado de ser um sistema primitivo e incipiente a partir do “saneamento do ambiente social e psicológico” pelo “império da lei e da ordem, incluída aí a influência da fé religiosa”. O “verdadeiro” capitalismo seria resultado da moral religiosa, que baseia o ordenamento social. Marx teria falsificado “os dados estatísticos do Parlamento britânico” para dar a impressão de que “o capitalismo era filho do banditismo”.

Os males do capitalismo russo são atribuídos aos comunistas e a concentração do capital à indivíduos egoístas que buscam o lucro acima do bem de toda a nação. Os comunistas seriam amorais, sem ideologia e projetos de sociedade, pois só desejam o poder. Por isso, implantaram o “capitalismo mafioso” na Rússia e até mesmo se aproximaram da Igreja Ortodoxa Russa (referindo-se a Vladimir Putin), pois, “os princípios morais ou imorais defendidos por esses caras não têm importância nenhuma. Eles trocam de princípio como trocam de cueca” (CARVALHO, 2013).

Carvalho explica políticas variadas como obra de comunistas por meio da desideologização deles, que iriam do ateísmo à religião, da estatização à privatização, da defesa do “homossexualismo” à perseguição aos homossexuais, já que suas pautas e políticas variariam de acordo com as necessidades da luta pelo poder. Haveria apenas “discursos de fachada”, trocados constantemente (CARVALHO, 2013).

Comunismo não seria então um modo de produção e organização da sociedade, mas um atributo do mau-caratismo. Esta visão tem a função de tornar aceitável a ideia de um projeto de “domínio mundial comunista” nos dias atuais, apesar do domínio global das relações capitalistas de produção. O falseamento do que seria comunismo serve a uma teoria conspiratória anacrônica.

Os BRICS na narrativa anticomunista

A narrativa olavista sobre os BRICS se insere na perspectiva mais ampla sobre a nova ordem mundial e seu diálogo sobre este tema é com o russo Aleksandr Dugin.¹ Ambos são críticos da ordem mundial existente, mas percebem os alçozes de forma diferente. Carvalho fala da ameaça do que chama de “Globalismo” e defende as “tradições primordiais” da civilização ocidental judaico-cristã contra a “degeneração trazida pela modernidade”, construindo um discurso dicotômico entre o “bem” e o “mal”. A nação americana estaria entre as vítimas, como representante da “civilização judaico-cristã”.

O marxismo comunista, o principal responsável pela “unidade estratégica” de forças díspares, teria passado da “guerra contra o capitalismo” para a guerra contra a “civilização judaico-cristã”, exigindo “uma diluição do perfil ideológico do próprio movimento comunista”, absorvendo “todas as correntes antiocidentais as mais heterogêneas” (CRUZ, 2023a). Na visão olavista, a Rússia e a China são os principais “inimigos”, chocando-se com a perspectiva de Dugin, para quem a Rússia estaria entre as vítimas da Nova Ordem Mundial e os EUA seriam os seus principais arquitetos, impondo a democracia liberal, a “ideologia dos direitos humanos” e o livre mercado como padrões para o mundo (CRUZ, 2023b, p. 61).

Ambos se baseiam em uma concepção tradicionalista do mundo², associada ao conspiracionismo e à ideia de “choque de civilizações”.³ Carvalho reinterpreta esta última sob uma perspectiva sagrada e escatológica, realizando uma leitura religiosa polarizada do mundo, com base na oposição “cristianismo ocidental X eixo do mal”.

A sigla BRICS surgiu pela primeira vez em um relatório do banco de investimentos Goldman Sachs, em 2001, que identificava os novos espaços e oportunidades para a reprodução do capital - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul -, através da inserção de países “semiperiféricos” na transnacionalização econômica de tais países, acelerada na década de 1990 (GARCIA, 2011, p. 4-5).

Na década de 1990, houve acordos e tratados entre Rússia, Índia e China – o RIC – e da China e da Rússia com países da América Latina, incluindo o Brasil. O chanceler russo Evguêni Primakov⁴, em uma posição contra a hegemonia norte-americana, articulou a Rússia com países em desenvolvimento com este interesse em comum, visitando países da América Latina – México, Cuba e Venezuela em 1996 e Brasil, Colômbia e Costa Rica em 1997. Iniciou uma aproximação mais estreita com o Brasil no governo FHC, com vistas à cooperação na política internacional, lançando os alicerces de uma parceria estratégica bilateral (ZHEBIT, 2019, p. 440).

Primakov visitou também a Índia e a China e lançou a ideia de um “triângulo estratégico” entre os países, em 1998, pensando em uma nova arquitetura multipolar da política internacional, incluindo os países eurasiáticos, embora sem a proposta de uma aliança militar. A preocupação era com a permanência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a atuação norte-americana como “superpotência”. Houve ainda a declaração russo-chinesa sobre o mundo multipolar e a formação de uma nova ordem internacional (abril de 1996), a declaração sobre a parceria estratégica com a

¹ Ideólogo da extrema-direita russa e criador do Neo-eurasianismo. Ver Cruz (2023b). O debate de Carvalho com Dugin foi publicado na obra *Os EUA e a Nova Ordem Mundial* (s.d.).

² O Tradicionalismo caracteriza-se principalmente pela rejeição da modernidade, entendida como um período histórico em que há um recuo da religião pública em favor da razão, um enfraquecimento do simbólico em favor do literal, um desinteresse pelo espírito, pelas emoções e pelo sobrenatural em favor de coisas materiais; fé no progresso e apelos por liberdade e igualdade; padronização da vida social em detrimento das especificidades culturais e espirituais de cada povo ou nação (TEITELBAUM, 2020, p. 20).

³ Carvalho não utiliza como aporte teórico Samuel Huntington (1994), pois sua tese não é adequada à colocação do Islã como aliado de forças políticas de doutrina “ocidental” como o marxismo (CARVALHO, 2003b). O autor que ele utiliza é John Fonte e sua obra *Liberal Democracy vs. Transnational Progressivism*, publicada em 2002. Ideólogo da extrema-direita russa e criador do Neo-eurasianismo. Ver Cruz (2023b). O debate de Carvalho com Dugin foi publicado na obra *Os EUA e a Nova Ordem Mundial* (s.d.).

⁴ Foi Presidente do Conselho da União do Soviete Supremo durante o governo de Gorbachev (1989-1990) e dirigente do Serviço Central de Inteligência soviético em 1991. Após a dissolução da URSS, nos anos 1992-1995, foi ministro das Relações Exteriores (1996-1998), primeiro-ministro do Governo da Federação da Rússia (1998-1999) e deputado da Duma (2000-2001).

Índia (outubro de 2000) e o Tratado de Boa Vizinhança, Amizade e Cooperação com a China (julho de 2001), estes dois últimos concretizados no governo Putin (ZHEBIT, 2019, p. 440).

O RIC começou a funcionar em 2003, como um mecanismo diplomático para amenizar os conflitos entre os países membros, fortalecendo a cooperação multilateral entre eles na Organização das Nações Unidas (ONU) e nos grupos de governança internacional (ZHEBIT, 2019, p. 441).

O discurso de Carvalho descontextualiza o surgimento do BRICS e desconsidera questões geopolíticas fundamentais que condicionaram a formação do bloco. Para ele, os BRICS estão ligados a um projeto de domínio mundial e à implantação de um “governo totalitário” (CARVALHO, 2013, 1:16 – 2:35), associando-os à tirania em contraposição à democracia. Os adversários atuais do Ocidente ameaçariam a liberdade, a democracia e a civilização judaico-cristã, dividindo a atual ordem internacional em “bons” e “maus” e abstraindo questões imprescindíveis à compreensão das disputas geopolíticas contemporâneas.

Carvalho não aborda o processo histórico em sua totalidade. O estreitamento das relações entre os países eurasiáticos deve ser, no entanto, contextualizado. No caso russo, houve uma reviravolta de sua política externa do pós Guerra Fria a partir da atuação de Primakov, que idealizou uma Rússia soberana como ator de peso na geopolítica mundial com interesses nacionais próprios, recuperando a sua importância na arena internacional, cujo legado foi consolidado por Vladimir Putin (ZHEBIT, 2019, p. 423).

Não foi uma conspiração comunista a razão da reviravolta na política externa russa. No imediato pós Guerra Fria, a Rússia estava enfraquecida por perdas populacionais, territoriais, econômicas e militares; conflitos civis e étnicos no antigo território soviético e movimentos separatistas. A política neoliberal do período Yeltsin tornou o país dependente econômica e financeiramente dos países ricos ocidentais. Na política externa, a prioridade era as relações com a Comunidade de Estados Independentes (CEI), formada por 12 próprios, recuperando soviéticas, em detrimento da segurança russa frente à OTAN e aos EUA, apostando na interação com o Ocidente e nas relações com os norte-americanos (ZHEBIT, 2019, p. 423-424).

Ao assumir o Ministério da Defesa e das Relações Exteriores, Primakov centralizou a condução da diplomacia no Ministério das Relações Exteriores, ainda no governo Yeltsin e, a partir daí, os rumos da política externa russa mudaram (LARRABEE; KARACIK, 1997). Longe de querer conspirar contra o Ocidente e destruir a civilização judaico-cristã, Primakov apenas percebeu que a Rússia negligenciava questões de segurança. Logo, a sua política buscava soberania e segurança territorial.

Mas não era uma política antiocidental, apenas reequacionava as relações com o Ocidente para preservar a segurança russa, adotando uma política multivetorial, voltada para uma pluralidade de países e regiões – incluindo os próprios EUA, a Europa, a China, o Japão, o Oriente Médio, a Ásia, o Pacífico, a América Latina e a África (ZHEBIT, 2019, p. 425).

As ideias de Primakov expressavam o pensamento de estadistas russos contrários ao neoliberalismo e preocupados com os interesses nacionais da Rússia. Eles queriam a reemergência do país como grande potência, mas sem adotar uma política antiocidental, diferenciando-se do viés dos ultranacionalistas, defendendo uma “posição conservadora moderada”, um “nacionalismo pragmático” (ARBATOV, 1993; TSYGANKOV, 2008, p. 124).

Carvalho oculta o expansionismo da OTAN para o leste após o final da Guerra Fria, definido pela doutrina do “engajamento e alargamento” do governo Clinton, integrando no bloco político-militar ocidental as novas democracias emergentes, ansiosas em participar da prosperidade da União Europeia, facilitada com a entrada na OTAN (ZHEBIT, 2019, p. 432). Tal expansão está ligada aos interesses norte-americanos de criar um mundo unipolar que sirva a eles próprios. Muitas políticas adotadas pela Rússia só podem ser compreendidas neste contexto. A sua omissão abre caminho às narrativas binárias.

Segundo os EUA, a expansão da OTAN devia-se a uma ameaça aos países da Europa Central e Oriental e ao fato de a estabilidade da Europa depender da liderança dos EUA. Havia então algumas alternativas à Rússia: boicotar a OTAN, desistindo de manter relações com os países do bloco; reconhecer a expansão e negociar leis internacionais para regular o relacionamento com o bloco; resistir à expansão sem romper com o Ocidente e negociar com a OTAN para minimizar os desafios à segurança e aos interesses nacionais russos. A terceira opção foi a escolhida, incluindo na pauta das negociações uma “carta de segurança europeia” (ZHEBIT, 2019, p. 432-433).

Apesar da rigidez da postura norte-americana, a Rússia construiu inicialmente uma resistência baseada na negociação, e não em uma postura radical antiocidental. É mais um dado da realidade que enfraquece a narrativa olavista. A atuação cada vez mais unipolar dos EUA pode ser atestada no uso das tropas da OTAN para atacar países soberanos sem a anuência do Conselho de Segurança da ONU. Um exemplo foi o ataque à Sérvia, em 24 de março de 1999, quando a Rússia viu a ação da OTAN como sinal de mudança na estratégia global dos EUA, sob o argumento de “intervenção humanitária”. Começou então um processo de revisão russa da parceria com o bloco (ZHEBIT, 2019, p. 435).

As investidas unipolares dos EUA levaram à emergência de um projeto geopolítico contrário, que tem países como Rússia e China entre seus artífices. O capitalismo global hegemonizado pelos EUA e seus aliados enxerga qualquer centro produtivo que ameace seus interesses de mercado como um inimigo a ser combatido e eliminado (SAINT-PIERRE, 2024).

O governo Putin tentou inicialmente se incorporar à União Europeia e negociar um sistema de segurança comum, para regular as relações entre os países. A proposta foi rejeitada, influenciando as ações posteriores de seu governo para fortalecer política, econômica e militarmente a Rússia, balizadas pelas evidências de expansão da OTAN para o leste (SAINT-PIERRE, 2024).

Carvalho reproduz a narrativa do “inimigo” eurasiático construída nos EUA pelos neoconservadores. As corporações americanas estão por trás de tal construção, por não aceitarem a concorrência e a perda de mercados, enquanto, no discurso olavista, elas são tachadas de globalistas e aliadas do bloco russo-chinês, devido aos investimentos ocidentais na região asiática. Não haveria, para ele, uma verdadeira competição entre “dois esquemas globalistas”, pois o bloco russo-chinês teria se unido às elites ocidentais para criar uma nova ordem mundial centrada na ONU (CARVALHO, 2016, 5:48 – 7:08).

O que Carvalho chama de “esquema globalista ocidental” é a expansão capitalista para além das fronteiras nacionais, por isso ele menciona os investimentos ocidentais realizados na Eurásia. Não há uma análise dialética que perceba o capitalismo como um sistema contraditório em que a expansão e reprodução do capital a nível mundial acarretam consequências não previstas pelos seus agentes.

Para Carvalho, o “verdadeiro” capitalismo deveria ser regulado pela moral cristã e pelo ideal de nação, um capitalismo idílico. Ele supõe que se possa restringir os movimentos expansionistas do capital, deixando-se de investir em locais que auxiliem o crescimento de economias não ocidentais. O capitalismo teria virado “metacapitalismo” e os sujeitos que detêm o capital passaram a priorizar a busca do lucro acima dos interesses nacionais e fomentaram forças “inimigas” da civilização judaico-cristã. A centralização e concentração de capital, com o escoamento de excedentes, não seriam resultados da dinâmica de reprodução do capital, mas culpa de indivíduos ambiciosos. Ele desloca os problemas do capitalismo para o campo da moral individual, não considerando a essência da dinâmica capitalista. Os “globalistas” ocidentais seriam culpados pelo crescimento dos BRICS, compartilhando com eles um projeto de dominação mundial. Carvalho defende o capitalismo ao mesmo tempo que condena os grandes capitalistas, idealização de um lado e deslocamento cognitivo do outro.

Os autores que abordam os investimentos ocidentais na Eurásia fazem uma análise dialética, que falta a Carvalho. Gilpin (2004) vê o declínio do poder econômico dos EUA para a China como efeito da transferência da produção, com a migração de indústrias tradicionais e de tecnologia avançada para a China e o Leste Asiático, que utilizam a mão de obra

barata na Ásia e no Sul combinada com as técnicas industriais avançadas do Norte. A rápida industrialização de países da Ásia e o surgimento de países exportadores de peso redistribuíram a balança internacional de poder e competitividade econômica.

Para Carvalho (2016, 8:10 – 8:14), o declínio da economia americana é obra do projeto de poder mundial do bloco russo-chinês e dos globalistas ocidentais. A tese do declínio econômico americano não é, no entanto, um consenso entre os estudiosos. Há autores que associam o crescimento chinês e o americano. Fiori (2008, p. 20-21), ao negar o declínio da economia americana, aponta que a reconstrução e o crescimento econômico de outros Estados seriam parte da transformação contínua do sistema mundial, com papel decisivo dos EUA, implicando em maior acumulação e poder norte-americano.⁵

Panitch (2010) afirma que o fluxo de capital dos EUA para a Ásia Oriental cobre o déficit comercial e os circuitos de capital global sustentam o poder norte-americano. Haveria um “poder informal americano”, que constrói o poder global dos EUA sem precisar ocupar territorialmente outros Estados, e penetrando estruturalmente antigos Estados rivais através da abertura de mercados, garantindo os lucros e interesses da classe capitalista americana.

Ao construir um imaginário negativo sobre os BRICS, Carvalho faz associações entre estes e outros blocos de poder durante a era da Guerra Fria, notadamente, a formação dos Países Não-Alinhados⁶, falsificando o significado destes últimos para “evidenciar” o que seriam os BRICS; ambos teriam uma mesma “fachada”, que esconderia o domínio da URSS no primeiro e o da Rússia e da China no segundo. Os BRICS seriam “o esquema russo-chinês maquiado” (CARVALHO, 2016, 1:00 – 1:31).

Não são apresentadas provas concretas desta “fachada” no movimento dos não-alinhados, omitindo, inclusive, as históricas rivalidades entre o Presidente Tito, da Iugoslávia (um dos responsáveis pela construção do bloco do não-alinhamento), e Stalin, ou seja, as resistências do primeiro em se subordinar à URSS. A Iugoslávia não estava entre as áreas controladas pela URSS e Tito articulava uma Confederação Balcânica autônoma em relação aos soviéticos junto com o comunista búlgaro Dimitrov, além de criticar a falta de apoio de Stalin aos comunistas gregos durante a guerra civil na Grécia. Os EUA aproveitaram a ruptura e se aproximaram de Tito, oferecendo ajuda econômica e militar no final dos anos 1940 e saudando-o como “bom comunista” (VIZENTINI; PEREIRA, 2012). Carvalho, portanto, omite dados históricos importantes que desconstróem o seu discurso.

Carvalho (2016, 0:27 - 0:55) diminui o papel dos demais países que integram os BRICS, leia-se, Brasil, Índia e África do Sul, dizendo que “BRICS é quase um eufemismo. Na verdade, é Rússia e China, o resto não importa absolutamente nada, ainda que tenha algum vigor econômico..., mas militarmente eles não são nada, comparados à Rússia e à China”.

É claro que o peso militar da Rússia e da China são consideráveis, e há problemas de assimetria econômica e comercial entre os membros, o que é muito discutido pela bibliografia especializada.⁷ Mas esta realidade não leva à conclusão da existência de um projeto comunista de dominação mundial russo-chinês.

A despeito das dificuldades na área industrial e comercial, a inserção brasileira nos BRICS tem motivações geopolíticas e estratégicas, pois ambos defendem reformas na ordem internacional e em suas instituições para que os países emergentes tenham influência nas políticas mundiais. É neste sentido que se deve compreender a criação do Banco dos BRICS, por exemplo, para fazer frente a falta de voz dos emergentes em instituições como o Fundo Monetário

⁵ Em contraposição à visão de Fiori, Wallerstein (2009) e Arrighi (2008) percebem a década de 1970 como o início do declínio americano e de sua hegemonia.

⁶ Um fórum composto por 120 países que não se alinhavam nem aos EUA e nem à URSS, entre eles, a Índia e a então existente Iugoslávia.

⁷ Entre os problemas estão a competição das empresas chinesas com as brasileiras na América Latina, América do Norte e África; desigualdades do valor agregado dos produtos comercializados entre os dois países; risco de desindustrialização brasileira, com a entrada de produtos manufaturados chineses no mercado brasileiro; aumento da dependência tecnológica do Brasil em relação à China (BECARDI; BARROS-PLATIAU; OLIVEIRA, 2015; VADELL, 2011; BARBOSA, 2015).

Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (BECARDI; BARROS-PLATIAU; OLIVEIRA, 2015, p. 90-91).

Carvalho, porém, reduz a participação do Brasil a uma subserviência e colaboração com a dominação mundial comunista. Para isso, critica a definição de comunismo baseada na “estatização dos meios de produção”, argumentando que tal definição mascara a ação comunista. Segundo ele, a variedade de políticas e estratégias comunistas faz parte de sua essência enquanto movimento político. A meta da estatização seria apenas “hipotética” e longínqua, ficando sempre em segundo plano. Para “provar” a sua tese, são citados a política da Frente Popular – quando os comunistas se aliaram a setores burgueses em uma política “antifascista” (o que seria apenas uma desculpa para ampliar as suas alianças, na luta pelo poder) e o Partido Comunista Brasileiro, que “sempre falou muito menos em estatizar a economia do que em ‘defender os interesses nacionais’ e a ‘burguesia nacional’, supostamente ameaçados pelo capital estrangeiro” (CARVALHO, 2015b).

Trata-se de mais um exemplo de descontextualização, para demonstrar que o comunismo seria apenas um movimento político que visa ao poder. Assim, duvida-se da luta antifascista da Frente Popular e passa-se por cima do debate teórico dentro do PCB e da concepção etapista de revolução que predominava no partido à época.⁸ Carvalho não introduz em seus artigos um debate sério. Sua crítica visa apenas “provar” que os comunistas estão em toda parte, e que o governo do PT é comunista e, por isso, aderiu ao bloco russo-chinês.

Segundo Carvalho (2015b), o PT teria quatro funções no “movimento comunista internacional”: a aliança diplomática com os BRICS; fortalecer o movimento comunista no continente americano através do Foro de São Paulo; usar os recursos do capitalismo brasileiro via corrupção e empréstimos para ajudar os regimes comunistas de Cuba e Angola; e, na política interna, eliminar as oposições, aparelhar o Estado e construir uma hegemonia indestrutível. Por isso, não poderia estatizar os meios de produção para não afugentar a burguesia, de cujos recursos dependeria para realizar suas funções.

Carvalho (2015b) compara os BRICS com a Organização de Cooperação de Shanghai, da qual os primeiros seriam apenas uma “extensão embelezada”. A Organização para Cooperação de Xangai (OCX) seria um instrumento russo-chinês para destruir o poder americano, visando transformar a ONU em um instrumento da Rússia e da China contra os EUA.

A OCX, porém, é uma entidade intergovernamental permanente, criada em junho de 2001, para tratar de forma multilateral a segurança da região, envolvendo o combate ao separatismo, ao terrorismo e ao fundamentalismo. A OCX é composta por nove membros (China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, desde 2001; Índia e Paquistão a partir de 2017; e o Irã, a partir de 2021). É um bloco com enorme peso político, econômico e demográfico, seus países-membros representam mais de 70% do território eurasiático, quase metade da população mundial e mais de 30% do PIB mundial (PAUTASSO; NOGARA, 2021). Por que os blocos formados pelos países do Oriente, da Eurásia ou de outros centros fora do mundo ocidental devem ser demonizados, enquanto os EUA e seus aliados europeus sempre espalharam seus tentáculos pelo mundo a fora, para expandir a reprodução capitalista? O que vemos atualmente é a intensificação da concorrência entre polos e blocos geopolíticos por recursos energéticos, matérias-primas e mercados. A teoria conspiratória olavista demoniza um lado e vitimiza o outro, transformando a dinâmica das relações internacionais em um jogo do “bem” contra o “mal”.

Na visão de Carvalho (2006), Rússia e China têm “servidores nos organismos internacionais” e contam com partidos de esquerda, organizações terroristas, narcotraficantes (comandados pela máfia russa, que seria “o próprio governo russo”), as ONGs, a mídia e “nacionalistas” das nações periféricas.

⁸ O PCB pressupunha que a sociedade brasileira ainda era feudal e que a etapa capitalista era imprescindível para um futuro socialista, daí a sua defesa de uma aliança com a burguesia nacional, visto que se acreditava que o feudalismo brasileiro era ancorado no capital estrangeiro. A discussão sobre a tese pecebista pode ser encontrada em Mantega (2007).

A desqualificação de um polo competidor dos EUA evidencia o enorme desafio que a Eurásia representa hoje para o domínio ocidental sobre o capitalismo mundial. A Nova Rota da Seda é um exemplo, uma iniciativa da China, baseada na construção de um conjunto de rotas marítimas e terrestres, ligando a Europa, a Ásia e a África. Pretende-se gerar desenvolvimento econômico nas nações interligadas, conectando-se os três continentes, aumentando a cooperação econômica e técnica e o fluxo comercial e permitindo à China fortalecer sua liderança no mercado mundial (TOLEDO JÚNIOR, 2022, p. 41).⁹

A China vem, portanto, propondo novos espaços de cooperação econômica e financeira, fazendo frente aos preceitos de Bretton Woods, o que representa um “desafio à atual ordem econômica e financeira internacional” (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017, p. 37).

Longe de ser um projeto de dominação comunista, os BRICS estão inseridos na dinâmica do capitalismo mundial, trazendo em seu espaço os problemas que acompanham a reprodução do capital, como a expropriação das camadas populares (FONTES, 2010), questões abordadas por analistas marxistas¹⁰. O BRICS como projeto de dominação comunista é um exercício de imaginação, proveniente de um representante da extrema-direita brasileira.

A única maneira de atribuir aos comunistas a geopolítica do capitalismo contemporâneo é desideologizá-los e vê-los como apenas interessados no poder, limpando a imagem do capitalismo por meio do conceito de “metacapitalismo”. Mas se trata da ordem do capital e, neste sentido, os BRICS são um projeto de reordenamento da governança global, indo de encontro aos interesses dos EUA e aos de sua classe dominante. Mas não são contra hegemônicos, pois não rompem com o capital, mas ampliam sua inserção competitiva no mercado global capitalista, beneficiando as suas respectivas burguesias. O status de países emergentes está ligado à expansão da dinâmica capitalista; um processo dialético que não poderia ser barrado por sonhos de um capitalismo idílico, como Carvalho sustenta.

Considerações finais

Olavo de Carvalho pertence à extrema-direita contemporânea e possui influências da Direita Cristã Americana e do conservadorismo americano. Produz uma narrativa conspiracionista, ancorada nas seguintes estratégias narrativas interligadas, com o objetivo de demonizar os BRICS: a omissão de processos históricos que contestem o discurso da “ameaça comunista”; a descontextualização das ações dos Estados alvo do discurso; a “desideologização dos indivíduos comunistas, apresentados como apenas obcecados pelo poder; a distorção do conceito de “comunismo” e de capitalismo (através do conceito de “metacapitalismo”); e a construção de uma visão binária do mundo, simplificando as disputas geopolíticas contemporâneas.

Não há análise das questões geopolíticas atuais, seu único propósito é apresentar ao público uma imagem negativa dos adversários geopolíticos e econômicos dos EUA. Os principais países-alvo são a Rússia e a China, que possuem seus objetivos político estratégicos de segurança territorial e de desenvolvimento econômico capitalista, contrapondo-se à hegemonia norte-americana. Mas não podem ser definidos como disseminadores do comunismo em todo o mundo; esta visão é anacrônica porque os dois países fazem parte da ordem global capitalista e possuem todas as mazelas da reprodução do capital, com a China especificamente caminhando para se tornar um Estado imperialista, reproduzindo práticas assemelhadas às adotadas pelos países europeus e pelos EUA.¹¹

⁹ Para mais detalhes, ver Pautasso; Ungaretti (2017), Pereira; Pereira (2018) e Hiratuka (2018).

¹⁰ Ver a discussão sobre o Imperialismo chinês na África em Barradas (2020).

¹¹ O conceito de Imperialismo compreende a subordinação econômica e cultural de regiões periféricas ao centro capitalista chinês e interferência na política interna de outros Estados para manter no poder forças políticas que colaboram com o papel de fornecedoras de matérias-primas para a economia chinesa. Um exemplo é o apoio com armas e recursos financeiros a regimes ditatoriais na África. Ver Rousset (2021).

Não há, portanto, neste trabalho, a intenção de defender os BRICS, a Rússia e a China das acusações de Carvalho, apenas a de trazer elementos para a discussão, com o objetivo de demonstrar a sua visão binária, conspiratória e simplista. As disputas geopolíticas e econômicas entre Estados e blocos de poder devem ser compreendidas em todos os seus aspectos, e não reduzidas a uma luta entre o “bem” e o “mal”.

Referências

- ARBATOV, Alexei. Russia's Foreign Policy Alternatives. **International Security**. Cambridge, v. 18, n. 2, p. 5-43, 1993.
- BARKUN, Michael. **The culture of conspiracy: apocalyptic visions in contemporary America**. Berkeley: University of California Press, 2003.
- BECARD, Danielly; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; OLIVEIRA, Carina. O Brasil, a China e a VI Cúpula do BRICS. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 81-112, 2015.
- CARVALHO, Olavo de. Dialética da inveja. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26 ago. 2003a. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/030826fsp.htm>. Acesso em: 12 dez 2024.
- CARVALHO, Olavo de. Ainda o golpe de estado no mundo. **O Globo**. Rio de Janeiro, 12 jul. 2003b. Disponível em <https://olavodecarvalho.org/tag/russia/>. Acesso em: 4 mar 2024.
- CARVALHO, Olavo de. Sugestão aos bem pensantes: Internem-se. **Diário do Comércio**. São Paulo, 30 jan. 2006. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/sugestao-aos-bem-pensantes-internem-se/>. Acesso em: 12 mar 2024.
- CARVALHO, Olavo de. A tradição revolucionária – 3. **Diário do Comércio**. São Paulo, 18 jul. 2011a. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/tag/russia/>. Acesso em: 4 mar 2024.
- CARVALHO, Olavo de. Copiando os russos. **Diário do Comércio**. São Paulo, 19 ago. 2011b. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/tag/russia/>. Acesso em: 4 mar 2024.
- CARVALHO, Olavo de. Sobre o BRICS e o Controle Mundial. **Canal Cleiton Sub Mente**, 6 abr. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1NeSABWd2Kg>. Acesso em: 12 mar 2024.
- CARVALHO, Olavo de. Duas épocas. **Diário do Comércio**. São Paulo, 22 out. 2015a. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/tag/russia/>. Acesso em: 4 mar 2024.
- CARVALHO, Olavo de. O Comunismo dos Imbecis. **Diário do Comércio**. São Paulo, 14 mai. 2015b. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/tag/russia/>. Acesso em: 4 mar 2024.
- CARVALHO, Olavo de. O Que é o BRICS. **Canal Brasil de Verdade**, 10 mai. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w08TjGwHuqI&t=18s>. Acesso em: 12 mar 2024.
- CLETO, Murilo Prado. **Novas Direitas, Memória e Revisionismo**: Como a Brasil Paralelo Contou a História do Regime Militar. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Paraná, Brasil, 2024, 365f.
- CRUZ, Natalia. A miséria do conspiracionismo brasileiro. A apropriação de Marx e Gramsci na obra “O Eixo do Mal” de Heitor de Paola. **Diálogos**. Maringá, v. 25, n. 1, p. 233-260, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/50033>.
- CRUZ, Natalia. Aleksandr Dugin, o Projeto Neoeurasianista e a Narrativa sobre a Nova Ordem Mundial. **Estudos Internacionais**. Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 53-70, 2023b. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/30811>.
- CRUZ, Natalia. O Pensamento Olavista sobre a Nova Ordem Internacional. **Tempo e Argumento**. Flonianoópolis, v. 15, n. 39, p. e0201, 2023a. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180315392023e0201>.
- CRUZ, Sebastião Velasco; KAISEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita Volver**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- DIAMOND, Sara. **Roads to Dominion**: Right-Wing Movements and Political Power in the United States. New York: The Guilford Press, 1995.
- FARIA, Daniel. Subversivos em toda parte: como funciona uma teoria da conspiração. **História (São Paulo)**. São Paulo, v. 43, e20220050, p. 1-17, 2024. Disponível em <https://www.scielo.br/j/his/a/CPJGf9ZwSr4dchTPhwjdp7x/?format=pdf&lang=pt>.
- FINGUERUT, Ariel. **A influência do pensamento neoconservador na política externa de George W. Bush**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade do Estado de São Paulo, Brasil, 2008, 150 p.

FIORI, José. Luís. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. (orgs.). **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008, p. 11-70.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-imperialismo**. Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

GARCIA, Ana. Emergindo de onde e para onde? Países “emergentes” e a possibilidade de configuração de uma nova ordem mundial. **3º Encontro Nacional ABRI**, USP, São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100016&script=sci_arttext.

GILPIN, Robert. **O Desafio do Capitalismo Global**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2004.

GREEN, John, ROZELL, Mark. WILCOX, Clyde. **The Christian Right in American Politics: marching to the Millennium**. Washington D. C.: Georgetown University Press, 2003.

HAAS, Peter. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. **International Organization**, v. 46, n. 1, p. 1-35, 1992. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2706951>.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

LARRABEE, F. Stephen; KARACIK, Theodore. Foreign and security policy decision making under Yeltsin. **National Defense Research Institute**. Washington, D.C., RAND, 1997.

MARLEY, David John. **Pat Robertson: An American Life**. Washington D. C.: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

MUDDE, Cass. **A extrema-direita hoje**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

PANITCH, Leo. Giovanni Arrighi in Beijing: an alternative to capitalism? **Historical Materialism**. Londres, v. 18, n. 1, p. 74-87, 2010.

PAUTASSO, Diego; NOGARA, Tiago. Cooperação de Xangai, elefante na sala do Ocidente. **Outras Palavras**. São Paulo, 7 out. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/cooperacao-de-xangai-elefante-na-sala-do-ocidente/>. Acesso em: 4 mar. 2024.

PAUTASSO, Diego; UNGARETTI, Carlos. A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico. **Estudos Internacionais**. Belo Horizonte, v. 4, n. 3, p. 25-44, 2017.

PATSHIKI, Lucas. **Os Litorais da nossa Burguesia: O Mídia Sem Máscara em Atuação Partidária (2002-2011)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil, 2012, 418f.

PAXTON, Robert. **A Anatomia do Fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

POMERANZ, Lenina. **Do Socialismo Soviético ao Capitalismo Russo**. A Transformação Sistêmica da Rússia. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.

ROBERTSON, Pat. **A Nova Ordem Mundial**. Dallas: Word Publishing, 1991.

SAINT-PIERRE, Héctor. 2022: O Ano da Inflexão Histórica. **Opera Mundi**. São Paulo, 20 fev. 2024. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/opiniaio/85698/2022-o-ano-da-inflexao-historica>. Acesso em: 27 fev. 2024.

SASSOON, David. Mussolini e a Ascensão do Fascismo. **Revista Eletrônica Boletim do Tempo**, ano 4. n. 24, Rio de Janeiro, 2009.

SCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Francisco Carlos; SILVA, Giselda. **Velhas e novas direitas: a atualidade de uma polêmica**. Recife: Editora Universidade de Pernambuco, 2014.

STEENSLAND, Brian; GOFF, Philip. **The New Evangelical Social Engagement**. New York: Oxford University Press, 2014.

TAGUIEFF, Pierre-André. **L'imaginaire du complot mondial: aspects d'un mythe moderne**. Paris: Éditions Mille et Une Nuits, 2006.

TOLEDO JUNIOR, Gelson. **A Nova Rota da Seda: uma análise da iniciativa chinesa e os possíveis reflexos nas economias latino-americana e brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais. Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, 2022.

TRIGUEIRO, Gabriel. **Neoconservadorismo versus Paleoconservadorismo: um estudo sobre a genealogia do movimento conservador norte-americano no pós Segunda Guerra e suas principais disputas identitárias**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, 2017, 256f.

TSYGANKOV, A. **Vniéchniaia polítika Rossii ot Gorbacheva do Putina: formirovânie natsionalnogo interesa**. Moscou: Nautchnaia Kniga, 2008.

VIZENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História Mundial Contemporânea (1776-1991)**. Da Independência dos Estados Unidos ao Colapso da União Soviética. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

ZHEBIT, Alexander. Sobre a história da política externa da Rússia: o “paradigma” de Primakov. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, p. 421-445, 2019.

ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Funções de colaboração exercidas	
Natalia dos Reis Cruz:	Conceituação; Metodologia; Administração do projeto; Análise formal; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pela autora de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

Trauma healing interventions and peacebuilding: a case study of NGOs projects in Rwanda

Intervenções de cura do trauma e construção da paz: um estudo de caso de projetos elaborados por ONGs em Ruanda

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.143640>

Ludmilla Silva Corcino
Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil
ludmilla.lsc@gmail.com  

Abstract

This article analyzed trauma healing interventions in post-conflict peacebuilding. After a conflict or a genocide, an individual who experienced a violent event could become traumatized. When trauma affects simultaneously several people, collective trauma is originated. This unhealed trauma may result in psychological disorders. To illustrate this scenario, Rwanda was chosen as the case study; in 1994, a genocide happened in the country, and 30 years later, this violent incident still negatively affects its citizens. The aim of this research was to investigate trauma healing and reconciliation programs in Rwanda, to demonstrate their importance for the society and the peacebuilding. It is relevant because these processes ensure the non-recurrence of violence and the consolidation of sustainable peace, as seen in the trauma literature. Through an analytical framework and a qualitative research method two societal healing projects were analyzed: one by the Rwandan NGO *Never Again Rwanda*, and another by the American NGO *Karuna Center for Peacebuilding*. As a final result, these interventions helped to mitigate the impact of trauma on the citizens and strengthened reconciliation through collective initiatives. Demonstrating the importance and effectiveness of trauma healing interventions.

Keywords: Collective Trauma; Societal Healing; Peacebuilding; Violence; Rwanda.

Resumo

Este artigo analisou intervenções de cura do trauma em contextos de construção da paz pós-conflito. Após um conflito ou genocídio o indivíduo que vivenciou a violência pode ficar traumatizado. Quando esse trauma atinge várias pessoas origina-se o trauma coletivo, que pode resultar em transtornos mentais. Ruanda foi escolhido como estudo de caso; em 1994 o país foi palco de um genocídio, que 30 anos depois, ainda prejudica negativamente seus cidadãos. O objetivo da pesquisa foi investigar programas de cura e reconciliação em Ruanda, a fim de demonstrar a importância dessas ações para a sociedade e para a construção da paz. A relevância do tema se fundamenta pelo papel desses processos para garantir a não-reincidência da violência e a consolidação de uma paz sustentável, corroborada pela literatura do trauma. Por meio de um arcabouço analítico e um método de pesquisa qualitativa, foram analisados dois projetos de cura societal, um da ONG ruandesa *Never Again Rwanda* e outro da ONG estadunidense *Karuna Center for Peacebuilding*. Como resultado, os projetos diminuíram o impacto do trauma e fortaleceram a reconciliação através de iniciativas coletivas. Demonstrando a importância e a efetividade dessas intervenções.

Palavras-chave: Trauma Coletivo; Cura Societal; Construção da Paz; Violência, Ruanda.

Received: 29 October 2024
Accepted: 27 February 2025

This article is part of a larger master's dissertation project, the latter was only possible due to the scholarship received by the Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Conflicts of interest: The author did not report potential conflicts of interest



This is an article published in open access and distribution under the terms of the [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), which permits its use, distribution and reproduction in any medium as well as its transformation and creations from it, as long as the original author and source are credited. Also, the material cannot be used for commercial purposes, and in the case it is transformed, or serves as a basis for other creations, these must be distributed under the same license as the original

Introduction

Civil conflicts and violent events, such as the ones in Rwanda, have diverse consequences for a country, they could affect social, economic, political and international spheres, and could also develop trauma on their citizens. According to Erica Resende and Dovile Budryte (2014), trauma represents any experience related to sudden and catastrophic events whose reactions to them are invasive, repetitive, and uncontrolled. All experiences that destructively affect reality and are beyond common knowledge.

Therefore, when a traumatic event, like a genocide, affect a large number of people, a collective trauma is created. Its presence could generate widespread fear, horror and anger in the victims (YODER, 2005). However, the main problem with collective trauma is that it affects an entire society, changing the way survivors perceive the world and understand relationships between groups (HIRSCHBERGER, 2018).

The individual and social impact of a large-scale trauma tend to be misunderstood and often neglected. However, collective trauma has negative implications for sustainable peace. It threatens a group's collective identity and undermines people's sense of meaning, preventing them from connecting with their own community (CLANCY; HAMBER, 2008).

Thus, trauma healing appears to be a tool of significant need, as it helps victims take constructive steps to prevent themselves and the society from suffering from their disorders. Without healing, the capacity of post-conflict communities to build peace could be threatened. Hence, healing is crucial in discharging the effects of trauma and it helps to form a community of survivors who will work together towards a peaceful future (SCHIRCH, 2004; PARENT, 2011).

It is commonly argued that the most appropriate time to implement these trauma healing interventions is during the peacebuilding process, defined by the United Nations (UN) as a series of measures aimed at reducing the risk of a country relapsing into conflict. These measures include strengthening national capacity at all levels for conflict management, as well as laying the foundations for peacebuilding and sustainable development. The goal of this complex and long process is to create the necessary conditions for positive and sustainable peace (UNITED NATIONS, 2008).

Peacebuilding is generally conducted by United Nations peacekeeping operations, but it also receives support from other actors such as non-governmental organizations. These peacekeeping operations are responsible for diverse activities: statebuilding; disarmament, demobilization and reintegration (DDR); restoration of peace and order; repatriation of refugees; security training; monitoring of elections; protection of human rights, and so on (PARIS; SISK, 2008).

In contrast to these essential activities, trauma healing interventions are often not prioritized within these mainstream peacebuilding and peacekeeping approaches of the UN, for example. Consequently, few resources are available for local activities, such as trauma healing. There are several reasons for this prioritization, however there is a large difference in tangibility and measurability between these activities (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Many authors highlight that these healing interventions should be seen as a priority within peacebuilding. Although these kinds of mental health activities remain as neglected, Emma Hutchison and Roland Bleiker (2013) argue that ensuring security and building institutions are important for peacebuilding, they warn that a stable order cannot be achieved unless the psychological sources of conflict are also addressed.

In the same line of thought, Marc Howard Ross (2013) proposes the following initiatives for a meaningful insertion of these emotions in peacebuilding: The first one has to do with *inclusiveness*. The peacebuilding process must help groups to overcome the differences between them so they can develop a shared understanding. The second initiative is *acknowledgment*; hence, peacebuilders mustn't blame certain groups for the past violence, it is not the same as acceptance, the groups need to create a prevalent narrative about the past to move forward.

The third one addresses the idea of a shared future and joint interests. Peacebuilding must prioritize the groups demands and ignore the recent past so differences won't increase. Lastly, the fourth initiative proposes moving away from stereotypes and towards the collective interests and cooperation between the society members (ROSS, 2013).

As to the proposed case study, Rwanda is a country located in the Sub-Saharan Africa region, it has a past remembered by ethnic divisions and violence, the greatest example is the genocide of 1994. The country was colonized by Germans and Belgians in the 17th century, and the main consequence was the imposition of oppressive structures on the Rwandans, based on their ethnic identities, namely, the Hutus and the Tutsis (NEVER AGAIN RWANDA, 2015).

The Germans reinforced the idea that the Tutsis were a "superior group", while the Hutus were "less civilized". Soon, the colonizers gained power through this segmentation. The Belgians continued the racial supremacy imposed by the Germans and used it as a basis for the creation of a new political, social and cultural order, in which the Tutsis ruled with impunity while the Hutus were excluded (BROWN, 2018).

From the 1950s onwards, Hutu-Tutsi tensions peaked and years later the social revolution, 1959 to 1962, was unleashed, in which the colonizers supported the transfer of power from the Tutsis to the Hutus. Then, at the end of the 1962 Rwanda became an independent country, a state dominated by Hutus who violently repressed the Tutsis, further exacerbating the ethnic division and violence (FOX, 2021). The colonization and the imposition of oppressive structures cultivated the basis for the violence that years later would culminate in the genocide.

The motivation for the beginning of the genocide was the assassination of the Hutu president, Juvénal Habyarimana, on April 6, 1994. The Hutus blamed the Rwandan Patriotic Front (RPF) for the plane incident. However, this political party denied the accusations and insinuated the guilty ones were the Hutus who wanted to justify a future genocide. Therefore, in the power vacuum created after the death of Habyarimana, the Hutu political elite of Rwanda started a major campaign of genocide against the Tutsis (BBC NEWS BRASIL, 2014).

The leaders of the extermination movement were initially Hutu soldiers who possessed firearms. Nonetheless, the situation soon changed and these leaders relied on Hutu civilians for the extermination plan by distributing weapons and machetes; and by blocking roads and making radio appeals convincing the Tutsis to take shelter in churches or other supposedly safe places. All that culminated in around 800,000 deaths over the course of 100 days – estimates vary between 800,000 and 1 million deaths – in addition to 350,000 women who were sexually abused, according to the information released by the United Nations (MENDONÇA, 2013).

Today, Rwanda is a country free from civil war, and in the 30 years since the genocide the country has achieved important reforms in services and human development indicators, for example poverty rate, life expectancy, and inequality. Even with stability and economic growth, the government still is responsible for suppressing political dissidents. Furthermore, the genocide wounds are also present in the citizens (THE WORLD BANK, 2021; FREEDOM HOUSE, 2021).

Based on this scenario and in the premise of the existent trauma in Rwandans, this research objective was to investigate and analyze trauma healing and reconciliation programs in this African country. Furthermore, through this example, we seek to demonstrate the importance of those actions for society and for the peacebuilding process.

The relevance is based on the role granted to these interventions in ensuring the non-recurrence of violence and in consolidating sustainable peace, as seen in the trauma literature. Given the insufficient attention and interest given to these interventions, this research is also justified by the need to provide a greater visibility to the issue within the scope of peace studies, and also to publicly divulge the existing healing projects in the region.

Based on all this, this research proposes the following hypothesis: in Rwanda, trauma healing projects had positive effects on its citizens and achieved the goal of non-recurrence of violence because they were sturdy projects and

dealt with trauma, healing and reconciliation central issues. In an attempt to corroborate with the hypothesis, the following analytical framework was proposed for conducting the case study analysis:

Table 1 – Analytical framework to conduct the trauma healing projects

	Resources	Inclusiveness	Acknowledgment	Shared future
Rwanda	How many financial and human resources are allocated to the project?	Is the project inclusive of all groups in society? Or is it restricted to a small portion of the population?	Are the project and its leaders impartial regarding groups culpability in past violence?	Does the project develop collective activities that encourage the creation of a peaceful and shared future between the parties?
Never Again Rwanda				
Karuna Center for Peacebuilding				

Source: Own authorship (2022).

Regarding the “resources” axis, the proposal was to evaluate the project's sturdiness, particularly in terms of financial and human resources. The other axes—inclusiveness, acknowledgment, and shared future — follow Ross’ proposal (2013) and sought to investigate if the Rwandan projects implemented actions in these areas.

The positive effects stated in the hypothesis depended on the final objectives established by both trauma projects. The two projects were chosen based on the materials available to the general public; their long duration was also crucial, as they contributed to better participants monitoring.

The chosen methodology was qualitative research, using the hypothetical-deductive method applied in a case study. This method refers to the hypothesis presented above, which was subjected to falsifiability tests during the research development. The focus was on bibliographic review of books, articles, and policy papers, and also on the investigation of websites, official NGO reports and media related to trauma, healing, and reconciliation projects. The theoretical framework was anchored in existing discussions within the trauma literature.

The chosen time frame was established from 1994 onwards, motivated by the interventions created after the genocide violence. Only a specific number of trauma healing initiatives were cited, discussed and later on analyzed, and not all those available were selected within this time frame.

Finally, this research aimed to provide two contributions: a theoretical and an empirical one. The first sought, through the proposed analytical framework, to offer theoretical and conceptual tools for the trauma healing literature. The second was anchored to the empirical contribution, assisting in the scope of existing studies about Rwanda.

Trauma Healing and Peacebuilding

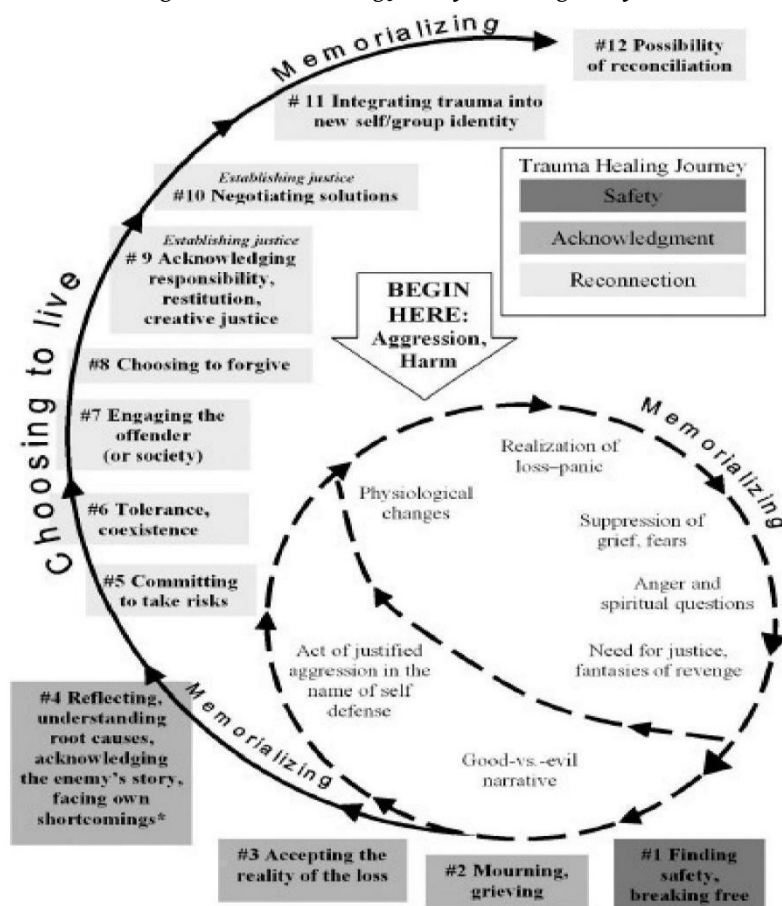
According to neuroscientists, trauma impairs the orbitofrontal cortex's (OFC) ability to operate, leaving individuals susceptible only to the lower part of the brain (brain stem), which is what leads to the "hijacking" of logical thought. Without this integration between rational and thinking parts of the brain, people tend to experience intense emotions, impulsive reactions, and repetitive responses, harming their self-reflection and empathy ability (YODER, 2005).

It is because of all these possible consequences that healing is so significant: it means “learning how to live with one-self and being able to live with dignity” (PARENT, 2011, p. 380). Without healing, post-conflict communities’ capacity to build peace could be undermined and jeopardized. However, the path towards trauma healing is a drawn-out, intricate, and non-linear one that could take weeks, months, or even years to be fully completed.

Therefore, a model known as “Trauma Healing Journey” was developed, and it indicates the crucial phases a person must go through in order to heal their trauma. This concept was created by Olga Botcharova in 1998 and it was

adapted by the Center for Justice and Peacebuilding from Mennonite University in 2002. It is not mandatory for everyone, but it helps to clarify and understand the steps the victim needs to take to feel more secure and to heal.

Image 1 – Trauma Healing Journey: Breaking the Cycles



Source: "Little Book of Trauma Healing" by Yoder (2005, p. 44).

In this model there are two types of lines: dashed and solid. The dashed lines represent the beginning of the trauma process. Even though it is a painful moment, it is an initial step, and, for this reason, with adequate help it may be possible to break free from these cycles.

On the other hand, the solid lines reveal the victim has already memorized the traumatic episodes, thus, it is more difficult to break free. It also indicates the healing journey, which contains three phases – safety, acknowledgment, and reconnection – all of which have one or more subsections. The tiny arrows in the lines show the non-linearity of this process, and the snail shape expresses this process may take months, years, or decades to be concluded.

Safety is the first phase of this journey. The concept, as stated by Caroline Yoder (2005), is essential to trauma healing and the most effective way to fight danger and fear. It is a prerequisite for cure, and healing is only possible if the individual feels safe, whether physically, mentally, or nutritionally.

Additionally, three central concepts are addressed in the second phase: recognition, loss, and grief. Healthy mourning is one of the keys to trauma healing, as it allows the individual to free themselves from immobility, body numbness, and overwhelming feelings. Telling your story and recognizing your loss could help to put an end to isolation and could allow the victim to free themselves from sadness (YODER, 2005).

Reconnection is the final stage. This is the least linear phase of them all, because the processes advances and regresses. But, if successful, it allows the individuals to accept their violent past and achieve a peaceful future. It has eight subsections: risks, tolerance, engagement, forgiveness, justice, negotiation, integration, and reconciliation (PARENT, 2011).

Although each of these concepts have a significant effect on how each person heals from trauma, forgiveness and reconciliation are the most influential ones because of how challenging they are. Forgiveness is important because it releases the victim from feelings of bitterness. This does not imply giving up on the pursuit of justice; rather, it signifies the victim will stop using violence as a means of obtaining justice. It is the first step towards establishing the foundations of reconciliation (YODER, 2005).

The goal of reconciliation is to rebuild relationships between people, groups, and societies. It takes place when a community moves past a conflict-torn past and toward a shared future, with a primary focus on reconstructing social interactions to enable societies to function normally again (HUTCHISON; BLEIKER, 2013).

After understanding the trauma cycle, it becomes clear how healing interventions are essential for peacebuilding. This process pursues physical, emotional, and spiritual healing and also provides the space for people to understand and accept the harm they have suffered. Without trauma healing and reconciliation programs, peacebuilding activities could be undermined (SCHIRCH, 2004).

Hence, disregarding the trauma dimensions in peacebuilding could result in notions of peace that are unbalanced, unsustainable and often unfair. This consequence could be seen in processes of democratization and peace that conceive violence only as something related to political institutions and not to trauma (MCGRATTAN, 2016).

For this reason, trauma healing should be part of the peacebuilding process as it indirectly supports reconciliation processes and reduces the likelihood of violence. By healing individuals, it is possible to reduce the tendency to revenge and increase forgiveness, which are related to violent behavior (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Rwanda after the 1994 genocide and its healing initiatives

The 1994 Rwandan genocide had a singular feature: it was personal and intimate violence because people were murdering those they knew. The speed with which the genocide unfolded was also quite different from others events of mass violence. The typical genocide perpetrator was sometimes an ordinary man with an average education and no prior history of violence. Estimates of those who actively participated in the violence were between 175,000 and 210,000 (FOX, 2021).

In addition to the approximately 800,000 deaths in Rwanda, representing between 10 and 15 percent of the population, and the thousands of internally displaced people, the country also had more than two million refugees who fled to neighboring countries (FOX, 2021).¹

The level of destruction in the country following the events of 1994 was unspeakable, as reported by the U.S. Institute of Peace in 1995: “The capital city, Kigali, was left in ruin. Of the 350,000 inhabitants before the war, only 40,000 to 50,000 remained. There was no running water, no electricity, no government infrastructure, and nearly every building was damaged” (BROWN, 2018, p. 123).

¹ The section combines many authors; however, the American author Nicole Fox (2021) receives significant attention here due to her recent and updated work on Rwanda. Even though she is not Rwandan, the author has traveled to the country several times and stayed for long time in the houses of Rwandan citizens, in addition she also conducted several interviews with local people. Her book also presents updated research and information about memory, trauma and reconciliation, so its content was is significant for the development of this section.

In addition to the country's physical destruction, Rwandans also acquired significant traumas that are still present in citizens' lives today. Many genocide survivors suffer from post-traumatic stress disorder (PTSD), depression, and anxiety, which can have a long-term and negative impact on their social well-being (FOX, 2021).

Rwandans experience some negative traumatic effects each year as a result of the genocide. The long-term effects include damage to social ties, an inability to care for children or seek economic resources, and physical symptoms such as headaches, stomachaches, and insomnia. In Rwanda, the trauma dynamics reflect a continuous process related to the genocide memory (FOX, 2021). And the most common example is known as *traumatizing*:

The phenomenon, as it was explained to me and later confirmed through my own observation during commemorative events, occurs when a person relives in the present-day moment the violence and fear experienced during the genocidal violence in 1994. Traumatizing manifests when individuals respond to their flashbacks of trauma by crying, moaning out loud, and shrieking in terror and pain (FOX, 2021, p. 76).

Traumatizing happens after the victim listens to stories and testimonies from other genocide survivors. This phenomenon can also spread to groups of people who witness the behaviors of those who are in the same environment as them. It is customary in Rwanda for medical teams to be ready at public events, at memorials and commemorations, to provide care for individuals experiencing this physical trauma effect (FOX, 2021).

In Rwanda, some groups are more likely to traumatize than others, for example, those with less social capital and power, for example, the poor, youth, and women. These categories were the majority of those who physically survived the genocide. Gender, and age shaped the experiences of many survivors (FOX, 2021).

The reason why women face more trauma than men are linked to the events they experienced during the genocide, such as assault, mutilation, sexual abuse and torture. Poverty along with violence in marriage are also risk factors that could lead to mental disorders in women (FOX, 2021).

On the other hand, when it comes to young people, those who work with genocide survivors say this group is more frequently traumatized than adults:

Trauma is increasing year by year because the children of the survivors also tend to traumatize year by year, because when these women produce kids and then when it comes to commemoration, you may find that when they [the women] traumatize, their daughters or sons, they also traumatize when they watch their mum traumatize (FOX, 2021, p. 81).

Another group that suffers from mental health disorders is the perpetrators. They are a large subgroup of the Rwandan population, and their reintegration is essential to societal healing. A study conducted among ex-convicts showed that when they return home, they feel lost, because their status as *génocidaires* prevents them from participating in society. As a consequence, they tend to isolate and develop high levels of PTSD (LORDOS *et al.*, 2021).

In Rwanda, the efforts directed at trauma healing began in 1994. In October of that same year, three months after the end of the genocide, the United Nations Children's Fund (UNICEF) and the Ministry of Health of Rwanda developed and implemented the Trauma Recovery Program (TRP). The National Trauma Center (NTC) also opened its doors in that same year providing psychosocial and trauma recovery intervention (FAVILA; FELLOW, 2009; FOX, 2021).

However, a later report released by the Rwandan government found no symptomatic differences between those who received treatment from TRP and those who did not, raising questions about Western notions of trauma treatment. For many scholars, these westerly mental health approaches are not always appropriate for violent contexts (FOX, 2021).

The initiatives established at the end of the 1990s, did not reach all Rwandans. As explained by Isaura Favila and Lewin Fellow (2009), less than 10% percent of the target population was reached between 1995 and 1998. The hospitals

and center's primary locations in Kigali, as well as the medical community's lack of materials and personnel, were the main causes.

In general, Rwanda has had mental health initiatives and treatments since 1994. The primary finding indicates there are still obstacles that need to be addressed. For instance, international interventions tend to have difficulties reporting positive results as they use Western treatment methods that often do not consider the location they are operating in and the people they are reaching. In contrast, government initiatives do not reach all people due to geographic, logistical, and financial problems.

Besides the (inter)national initiatives mentioned above, there are also common traditions and practices in Rwanda, for example, commemorations and memorials. They contribute to trauma healing and mental health of its citizens. The genocide commemoration is seen as a way of expressing shared grief among the population and honoring the victims because it morally condemns violence and give a new meaning to past atrocities (IBRECK, 2012; FOX, 2021).

Rwanda's mourning period takes place annually and lasts three months, from April 7th to July 4th. This cycle is also known as *kwibuka* and it takes place in the same hundred days as the 1994 genocide. These months reflect the past violence, and the mourning is organized locally and nationally (IBRECK, 2012; FOX, 2021).

Commemorations also offer people the unique opportunity to speak and tell their stories, their testimonies, along with prayers and burials, are indispensable to the ceremonies. However, for some survivors, these events are associated with anger and injustice, especially given the government's role in denying that many victims were targets of massacres organized and perpetrated by their own army. To them commemoration marginalizes their experiences and brings out their sadness and resentment (IBRECK, 2012).

Overall, the ceremonies are riddled with inconsistencies because, they present and enforce a government narrative, but they also offer space for the testimonies of those who have suffered violence. This tradition gives survivors an opportunity to share their stories and call for change, but simultaneously perpetuates outdated divisions (IBRECK, 2012).

The memorials are other relevant local tradition. Memorials can come in different forms; some are just tombstones and markers in spaces where schools, hospitals, and villages used to be, while others are large museums with graves, walls with names, and historical evidence of the genocide (FOX, 2021).

Memorials are responsible for preventing future violence in two ways: by holding people accountable and by honoring the dead. For some survivors, the memorials' function is to hold some actors responsible for the past violence, they believe memorials relive the genocide and help identify the perpetrators. In contrast, other narrative sees memorials as spaces to honor the innocents who died in 1994 (FOX, 2021).

Another forgotten aspect of memorials is gender, more specifically sexual and gender-based violence during the genocide. There is no inclusion of these subjects in memorials. The Rwanda memorials suggest how commonplace it has become to ignore and conceal gender-related issues, even in the light of deliberate human rights violations. Within these spaces, it is possible to see how sexism and gender-based violence are perceived and treated in post-conflict contexts.

Besides the mental health initiatives, the Rwandan reconciliation process is also important. The word for reconciliation in Kinyarwanda is *ubwiyunge*, which comes from the same root used to refer to the act of mending a broken bone. This widely accepted idea in Rwanda relate to reuniting individuals whose relationships have previously been broken (LONGMAN; RUTAGENGWA, 2004).

For the genocide survivors interviewed by Nicole Fox (2021) the way to accomplish reconciliation is through the traditional "reconciliation formula", where the perpetrators admit their guilt and receive forgiveness from the victims.

Another commonly form of reconciliation known by Rwandans is "everyday reconciliations". These reconciliations occur when a neighbor offers another neighbor a ride to work, or when an individual is allowed to frequent

spaces that were previously prohibited to them due to their ethnic group. These small daily actions between citizens could contribute to a peaceful existence (FOX, 2021).

The Gacaca courts were also one of the most practical examples of justice and reconciliation in Rwanda, which sought alternative judicial processes through its own justice system. They were a judicial system established before colonial rule, used to resolve disputes over land, marriage and local conflicts. Thus, Gacaca was established on the assumption that reconciliation in Rwanda would only happen after local citizens were involved in the restorative processes (FOX, 2021).

Since their implementation almost two million cases have been judged. Every week survivors made accusations and gave statements, and perpetrators offered confessions in exchange for freedom, reduced sentences or community service. The purpose of gacaca courts was to promote reconciliation and healing by providing a platform for victims to express themselves, acknowledge the past and forgive the perpetrators. They allowed Rwandans to be the main actors in the prosecution of their perpetrators and they were significant because helped to rebuild society and to create unity and accountability (RAWSON, 2012).

To sum up, a lot has been done in Rwanda trying to mend the past violent after the genocide, but it was not enough, and did not reach everyone. Therefore, the prospect is that more societal healing projects will appear, enabling an inclusive and peaceful future in Rwanda.

Societal Healing: Never Again Rwanda's project

Never Again Rwanda (NAR) is a Rwandan peacebuilding non-governmental organization created in 2002 as a response to the genocide. The NGO works within the areas of peacebuilding, governance, citizen participation and youth engagement. It operates in more than 20 Rwandan districts and over 20 years it has implemented more than 100 programs in 250 communities (NEVER AGAIN RWANDA, 2022).

The idea for the project entitled *Societal Healing and Participatory Governance in Rwanda* (SHPG), came from the post-conflict environment. The project was created to develop societal healing, restore post-genocide relationships, and promote peaceful and healthy interactions between the survivors (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

The four-year program (2015–2018) was launched in January 2015 by NAR and Interpeace, with financial support from the Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA). It took place in 20 districts across the country. The project's two main focuses were: participatory governance and societal healing. In total, 6.67 million dollars were spent over four years, along with over 40 paid employees and hundreds of volunteers (NEVER AGAIN RWANDA, 2019; KAREMERA, 2022).

The project was based on six strategies: mapping of actors and approaches; psychosocial support group therapy; psychosocial education; community exchanges; study visits; and youth arts and sports competitions. A mapping was made beforehand to research about safe spaces for community members, how youth would engage in dialogues, and how the initiatives would be accomplished (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

The SHPG strategy to trauma healing was psychosocial group therapy. In total, the program established 15 groups of approximately 30 participants. Each group met monthly through therapy sessions, hosted by psychotherapists and peace agents (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

The second strategy was psychosocial education, aimed at developing youth ability to engage with Rwanda past and deeper critical thinking. A psychoeducation manual was developed and shared with teachers from different schools to accomplish this goal (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Community exchanges and study visits were the strategies designed to work around the limited number of people who could participate in the SHPG. Hence, the program held several Spaces for Peace and Youth Dialogues within

community groups. External people could also listen to individuals talking about trauma healing (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

The last strategy, Youth Arts and Sports Competitions, were held along with Youth Peace Dialogues. They used arts and sports to engage young people in the community and teach them more about psychosocial education and critical thinking (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

SHPG measured four key elements: level of trauma (Trauma Impact Index); how much the participants trusted other people (Trust); the level of social proximity with people of different origins (Social Tolerance); and, promotion of peace in the community (Peace Activism and Community Participation) (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Trauma Impact results showed that it improved by 25% on average for all participants. The index also exhibited a moderate change between male and female. It was, however, an elderly genocidal survivor group and a youth group that showed the most significant changes (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

The Trust Index in Youth Peace Dialogue groups captured social aspects such as readiness for interaction, personal sharing, daily partnerships and trauma expression. The confidence level among young people increased significantly with the overall index showing an improvement of 57% (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Social Tolerance, indicated the participants general proximity to 24 categories of people in their community, as family, friends, neighbors, and external groups, with different religious and ethnic affiliations. Tolerance was considered a positive effect, increasing from 6.20 to 7.43 (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Peace Activism and Community Participation, reported that participants who were involved in independent peacebuilding, and conflict resolution initiatives in their community decreased from 68% to 54% among those who were part of Spaces for Peace. On the other hand, the youth, had greater engagement, from 66% to 82% (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

Finally, data obtained throughout the official SHPG reports empirically demonstrated the positive impact of psychosocial group therapy on peacebuilding approaches. Two aspects showed this positive impact. The first stated these groups were responsible for effectively reducing trauma, revenge tendencies, and anger; they created psychological resilience and reinforced social trust and tolerance. These elements contributed to psychosocial well-being and social cohesion. The second aspect declared the therapies effectively reduced the likelihood of participants engaging in acts of violence and victimization and increased engagement in formal mechanisms of civic participation, conflict resolution, and mediation in their own communities (NEVER AGAIN RWANDA, 2019).

This intervention has proven to be effective in helping individuals and groups in post-conflict environments to become constructive agents of peace, helping to reduce the risk of violence and building a sustainable peace. Overall, the SHPG positively transformed Rwandan communities.

Healing Our Communities: Karuna Center's project

Karuna Center for Peacebuilding was founded in 1994, its goal is to transform violent conflict through reconciliation, community strengthening, and resilience. Long-term partnerships and collaboration with local actors are also pivotal to encouraging people to build peace (KARUNA CENTER, 2022).

One of the organization's first projects took place in the African country, demonstrating concern for the Rwandan people shortly after the genocide. In addition, numerous projects have been developed in the region since 1995, focusing on developing leadership for peace, as well as promoting reconciliation (KARUNA CENTER, 2022).

The project *Healing Our Communities: Promoting Social Cohesion in Rwanda* (HOC) was an initiative from the Karuna in partnership with three international and Rwandan institutions: Healing and Rebuilding Our Community

(HROC), Aegis Trust, and the Institute of Research for Dialogue and Peace (IRDP). It was funded by the United States Agency for International Development (USAID) (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

The project's execution period was from July 14, 2016, to October 31, 2019. The total amount financed by USAID was 1,592,912 million dollars. There were 24 paid employees from the four organizations and 221 volunteers (KARUNA CENTER, 2022).

The initiative had three main areas: trauma healing, youth leadership, and community dialogues. The trauma healing aspect aimed to heal psychological wounds left by the genocide, focusing mainly on transgenerational trauma. HROC was responsible for this category. Through its trauma healing workshops, it brought together survivors and former perpetrators who used the experience of trauma as a common ground between them. Within those spaces, there were discussion of grief, loss, guilt and shame (KARUNA CENTER, 2022).

The Aegis Trust was in charge of the youth leadership division. They selected and mentored several Youth Champions who led more than 270 projects, for instance, building houses for vulnerable people, leading reconciliation discussions, and creating art to represent the genocide. Through photography and video production, young people discussed trauma and reconciliation. Short documentaries were also made to promote acceptance and stimulate discussions within schools and communities (KARUNA CENTER, 2022).

The community dialogues were responsibility of IRDP. The organization established Dialogue Clubs in local communities to provide a peaceful space for individuals to solve conflicts. Local and national government officials also participated in the Intergenerational Dialogues and Listening Sessions as a way to support community members and advocate for them (KARUNA CENTER, 2022).

The project had five previously objectives: creating mechanisms to improve social cohesion; establishing trauma healing approaches; expanding the role of youth in society; creating communication between locals and government officials; and expanding awareness about healing and reconciliation.

The general indicators measured four elements: Trust in Others, Willingness to Help the Citizens, Openness to Listening and Understanding Other Points of View, and Personal Suffering. Trust: all three programs showed significantly higher confidence levels in post-surveys.

As to Willingness to Help: there was an increase in the belief that Rwandans were willing to help others. Listening and understanding other points of view: the results followed the same pattern, demonstrating greater openness to other points of view after the project. The difference occurred among the youth who had the lowest pre-survey score of the three programs. Personal suffering: levels of suffering were reasonably high before the start of the project, but in post-surveys, the levels decreased (TROPP; BILALI, 2019).

In other words, for the three programs, symptoms related to personal suffering were reduced throughout the project, especially for youth who started with the highest score and ended with the lowest. The three HOC divisions presented improvements in disposition, openness, understanding, and suffering.

Summarizing the results, in the *Youth* category, approximately 1400 played imperative roles in social cohesion activities. They managed to create 408 projects that helped vulnerable people and contributed to the development of Rwandan communities (KARUNA CENTER, 2022; USAID, 2019).

In the *Trauma Healing Program*, at least 2,288 people learned about trauma and ways to support people in their own community. For the participants, the experiences were transformative. People forgave their perpetrators and their families, decreasing their trauma and moving towards a peaceful state of mind (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

The *Dialogue Clubs* were held biweekly and had 720 participants annually. Many of these participants overcome their fears and were able to trust each other again. These were achieved due to the Facilitators who helped the community during and after the years of project implementation (KARUNA CENTER; USAID, 2019).

The project was positive on practically all evaluation indicators. Participants were more prone to social cohesion and reconciliation, factors assessed through trust, willingness to help others, and commitment to unity and rebuilding relationships. Additionally, they were also open to talking and interacting with people from other groups. By measuring psychological suffering, they also demonstrated a reduction in trauma (TROPP; BILALI, 2019).

This section highlighted two societal healing initiatives in Rwanda. In both projects, healing and reconciliation were prioritized, with activities designed to provide a safe environment for dialogue, exchange of experiences, and psychological and social support. The final balance was positive for the Rwandans, and it was possible to see the difference at the end of the programs. They created in the participants a sense of empowerment, unity, and desire to build peace and reconcile with people in their community.

Finally, it is important to highlight that these projects had million-dollar funding. It can be presumed both had positive results because they were long-standing projects with many employees and a high financial contribution. However, this is not the reality of most healing, trauma, and reconciliation interventions. They tend to be smaller and have little or no funding. However, the projects analyzed here are symbolic because they helped the Rwandans and could have the potential to inspire similar initiatives.

Final remarks

This research gave visibility to trauma healing interventions in post-conflict environments. It highlighted the importance of implementing these projects simultaneously with other peacebuilding activities, because mental health issues, in traditional approaches to peacebuilding, tends to be neglected and undervalued. If a country has experienced a traumatic event, everyone will likely be traumatized. This scenario demands societal healing, which involves collective forgiveness, reconciliation, as well as physical and subsistence safety, and psychological stability.

Rwanda illustrated the trauma scenario, which focused on a traumatized society after a violent incident. This research examined healing projects from NAR and Karuna. Both presented an increase in the participants confidence level, willingness and tolerance for other groups, low suffering, and higher psychological resilience.

The interventions outcomes suggest community and collective initiatives can enhance reconciliation by lessening trauma effects and promoting positive experiences for the participants. The analytical framework of Rwanda's projects is presented below:

Table 2 – *Societal Healing and Healing Our Communities analytical framework.*

	Resources	Inclusiveness	Acknowledgment	Shared future
Rwanda	Financial resources: the project was funded by (SIDA) and cost US\$6.67 million over four years.	The project included the entire Rwandan population, for example, youth (educated and uneducated), adults, and the elderly.	The project did not blame any group for the past violence; it sought to provide a space for people from different backgrounds to tell their own stories.	The SHPG program's vision was "to contribute to the consolidation of a peaceful and inclusive Rwandan society, enabled to overcome the wounds of the past and to peacefully manage conflicts and diversity".
Never Again Rwanda	Human resources: the project used 40 employees from the organizations. The number of volunteers was unavailable, but several Rwandans were trained to act as <i>facilitators</i> and <i>peace agents</i> , exceeding hundreds.	It also included specific groups, such as: former perpetrators and their families, survivors and victims of sexual abuse, women married to men of other ethnicities, and young pregnant women.	There was no blame placed on the former perpetrators, for example. On the contrary, in some categories, they even showed some positive improvements by participating.	Therefore, its main objective through group therapies and community dialogues, was to help Rwandans heal their traumas so they could build a shared and peaceful future.
Karuna Center for Peacebuilding	Financial resources: the project was funded by USAID and cost 1,592,912 million dollars over three years. Human resources: 245 permanent people, including paid employees from the four organizations and Rwandan volunteers, were involved. Considering those who participated in gatherings and meetings over the years, the number would surpass thousands. These details indicate the sturdiness and complexity of the project. The large amount of money invested and people involved could explain the project positive results.	The project was inclusive of all Rwandan population. There was a program aimed only at youth, while the Trauma Healing Workshops included men, women, survivors, perpetrators, refugees, bystanders, first responders, and the elderly. Intergenerational dialogues, for example, brought together all these groups for equal inclusion.	The project did not blame any group for the past violence; it wanted to provide opportunities and spaces for people to heal and reconcile. The genocide perpetrators and bystanders, for instance, were in the project, and at no time they were blamed; some of them were even chosen as leaders (Facilitators and Healing Companions) of their communities.	The project's vision was based on the idea that Rwanda would only improve and become a more resilient society if people dealt with the consequences of the genocide through dialogue and collaborative activities. Therefore, the project sought to provide Rwandan citizens with a shared, peaceful, and self-sustaining future through activities and group gatherings like youth clubs, healing workshops, and intergenerational dialogues.

Source: Own authorship (2022).

Overall, the framework was crucial to guide the analysis of the healing projects. The responses were similar, indicating the objectives and goals they had practically the same purpose. The result was satisfactory because they empirically demonstrated Ross's (2013) idea that the inclusion of individuals' emotional is essential for peacebuilding. The projects attested there were significant insertions of emotions in Rwanda peacebuilding.

Finally, the aim of the research was to investigate and analyze trauma healing programs in Rwanda based on the necessity to give greater visibility to the issue within the international relations field. Regarding both aspects, it can be said they were fulfilled.

The trauma healing issue received space and relevance in here, and could contribute to the scope of studies focused on post-genocide Rwanda and also to the international security and peace studies field. The case study may inspire similar studies in the future, contributing to researches that analyzes the healing and reconciliations scenario in other post-conflict countries. This subject is new within the Brazilian academic area of International Relations; therefore, any research that highlight the importance of these interventions could help to give visibility to this area of study.

It is possible to say the hypothesis was confirmed, since NAR and Karuna projects were positive for Rwanda citizens, reducing the trauma, the use of violence to solve conflicts, and increasing reconciliation and the connection with society.

These results were accomplished because both projects were sturdy, having international support, foreign funding and a significant number of employees and volunteers. These factors helped the projects to achieve positive results. If they were smaller projects, with a short duration and almost no funding, the final scenario would have been different.

In short, the analysis presented here allows the emergence of new research questions, particularly whether the proposed analytical framework could be applied to the analysis of projects in other contexts and countries, and how to measure the impact of the numerous smaller projects that exist or have existed in Rwanda. These are points of significant importance for dialogue within the areas of International Relations and Peace Studies.

References

- BROWN, Sara E. History of Rwanda. In: BROWN, Sara E. **Gender and the Genocide in Rwanda: Women as Rescuers and Perpetrators**. New York: Routledge, Ch. 2, p. 23-38, 2018.
- CLANCY, Mary Alice; HAMBER, Brandon. **Trauma, Peacebuilding, and Development: An overview of key positions and critical questions**. [s. l.], 2008. Available at: <https://www.brandonhamber.com/publications/pap-traumapeacebuilding.pdf>. Accessed on: 17 Feb. 2021.
- Entenda o genocídio de Ruanda de 1994: 800 mil mortes em cem dias. **BBC News Brasil**, 7. abr. 2014. Available at: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407_ruanda_genocidio_ms. Accessed on: 02 Sep. 2021.
- FAVILA, Isaura Zelaya; FELLOW, Lewin. Treatment of Post-Traumatic Stress Disorder in Post-Genocide Rwanda. **Global Grassroots**, Hanover, p. 1-17, 2009.
- FOX, Nicole. **After Genocide: Memory and Reconciliation in Rwanda**. 1 ed. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2021.
- HIRSCHBERGER, Gilad. Collective Trauma and the Social Construction of Meaning. **Frontiers in Psychology**, v. 9, n. 1441, p. 1-14, 2018. Available at: <https://www.frontiersin.org/journals/psychology/articles/10.3389/fpsyg.2018.01441/full>. Accessed on: 15 Feb. 2021.
- HUTCHISON, Emma; BLEIKER, Roland. Reconciliation. In: GINTY, Roger Mac. **Routledge Handbook of Peacebuilding**. Oxford: Routledge, 2013, Ch. 6, p. 81-90.
- IBRECK, Rachel. A Time of Mourning: The Politics of Commemorating the Tutsi Genocide in Rwanda. In: LEE, Philip; THOMAS, Pradip Ninan (Eds). **Public Memory, Public Media and the Politics of Justice**. 1 ed. London: Palgrave Macmillan, 2012, Ch. 5, p. 98-120.
- KARUNA CENTER. **Information regarding Healing Our Communities in Rwanda**. Destination: Laura Anderson Communications Manager. Amherst, 11 Nov. 2022. 1 electronic message.
- LONGMAN, Timothy; RUTAGENGWA, Théoneste. Memory, identity, and community in Rwanda. In: STOVER, Eric; WEINSTEIN, Harvey. **My Neighbor, My Enemy: Justice and Community in the Aftermath of Mass Atrocity**. 1 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, Ch. 8, p. 162-182.
- LORDOS, Alexandros *et al.* Societal Healing in Rwanda: Toward a Multisystemic Framework for Mental Health, Social Cohesion, and Sustainable Livelihoods among Survivors and Perpetrators of the Genocide against the Tutsi. **Health and Human Rights Journal**, v. 23, n. 1, p. 105-118, 2021.
- MCGRATTAN, Cillian. **The Politics of Trauma and Peace-Building: Lessons from Northern Ireland**. New York: Routledge, 2016.
- MENDONÇA, Marina Gusmão de. O genocídio em Ruanda e a inércia da comunidade internacional. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 2, n. 2, p. 300-328, 2013. Available at: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/3194>. Accessed on: 03 Sep. 2021.
- Never Again Rwanda. **Healing Trauma and Building Trust and Tolerance in Rwanda: Lessons learned from Peacebuilding Approaches to Psychosocial Support Group Healing in Rwanda**. [s. l.], 2019. Available at: <https://www.interpeace.org/wp-content/uploads/2019/04/Trauma-Trust-Tolerance-and-Peace-activism-Web1.pdf>. Accessed on: 24 may. 2021.
- NEVER AGAIN RWANDA. **Information regarding Societal Healing in Rwanda**. Destinatário: Debby Karemera PBI Coordinator. Rwanda, 10 Nov. 2022. 1 electronic message.

NEVER AGAIN RWANDA. **Societal Healing in Rwanda**: Mapping of Actors and Approaches. [s. l.]: Interpeace, 2015, p. 1-76.

PARENT, Geneviève. Peacebuilding, Healing, Reconciliation: An Analysis of Unseen Connections for Peace. **International Peacekeeping**, v. 18, n. 4, p. 379-395, 2011. Available at: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13533312.2011.588385>. Accessed on: 15 Feb. 2021.

PARIS, Roland; SISK, Timothy. Understanding the contradictions of postwar statebuilding. In: PARIS, Roland; SISK, Timothy (Eds). **The Dilemmas of Statebuilding**: Confronting the contradictions of postwar peace operations. Oxford: Routledge, 2008, Ch. 1, p. 1-20.

RAWSON, David. From Retribution to Reconciliation: Transitional Justice in Rwanda, 1994-2011. **Georgetown Journal of International Affairs**, v. 13, n. 2, p. 115-123, 2012.

RESENDE, Erica; BUDRYTE, Dovile. **Memory and Trauma in International Relations**: Theories, cases and debates, 1 ed. New York: Routledge, 2014.

ROSS, Marc Howard. The Politics of Memory and Peacebuilding. In: GINTY, Roger Mac. **Routledge Handbook of Peacebuilding**. Oxford: Routledge, 2013, Ch. 7, p. 91-101.

Rwanda. **FREEDOM HOUSE**, 2021. Available at: <https://freedomhouse.org/country/rwanda/freedom-world/2021>. Accessed on: 02 Sep. 2021

SCHIRCH, Lisa. **The Little Book of Strategic Peacebuilding**: A Vision and Framework for Peace with Justice, 1 ed. Pennsylvania: Good Books, 2004.

The World Bank in Rwanda. **THE WORLD BANK**, 19 mar. 2021. Available at: <https://www.worldbank.org/en/country/rwanda/overview#1>. Accessed on: 02 Sep. 2021.

TROPP, Linda R; BILALI, Rezarta. **Final Report of Results USAID Rwanda Project**. United States: Karuna Center for Peacebuilding, p. 1-12, 2019.

UNITED NATIONS. United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines. **International Peacekeeping**, [s. l.], v. 15, n. 5, p. 742-799, 2008.

USAID; KARUNA CENTER FOR PEACEBUILDING. **Healing Our Communities**: Promoting Social Cohesion in Rwanda. Karuna Center for Peacebuilding. [s. l.], p. 1-111, 2019. Available at: <https://www.karunacenter.org/wp-content/uploads/2018/03/Healing-Our-Communities-Final-Report.pdf>. Accessed on: mar. 2022.

We are Never Again Rwanda. Engaging Society, Making a Difference. **NEVER AGAIN RWANDA**, 2022. Available at: <https://neveragainrwanda.org/>. Accessed on: 24 Aug. 2022.

We Bridge Divides to Build Sustainable Peace. **KARUNA CENTER FOR PEACEBUILDING**, 2022. Available at: <https://karunacenter.org/>. Accessed on: 14 Sep. 2022.

YODER, Carolyn. **The Little Book of Trauma Healing**: When Violence Strikes and Community Security is Threatened, 1 ed. Philadelphia: Good Books, 2005.

Authors' Contributor Roles

Ludmilla Silva Corcino:

Conceptualization; Methodology; Validation; Project Administration; Visualization; Formal Analysis; Investigation; Supervision; Writing (Original Draft Preparation); Writing (Review & Editing);

Information provided by the author according to the [Taxonomy of author contributions \(CRediT\)](#)

O uso de bombas *cluster* na guerra da Ucrânia: Análise da moral e do processo de legitimação do fornecimento estadunidense a Kiev

The use of cluster bombs in the war in Ukraine: analysis of the morality and legitimation process of the U.S. supply to Kyiv

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.143442>

Getúlio Alves de Almeida Neto

San Tiago Dantas (UNESP/ UNICAMP/ PUC-SP), São Paulo, Brasil

getulio.neto@unesp.br  

Resumo

O artigo tem como objeto a decisão do governo Biden de fornecer bombas *cluster* à Ucrânia em meio ao conflito com a Rússia. A medida foi alvo de controvérsia devido ao risco que estas armas significam para os civis e pela estigmatização deste armamento após a criação da Convenção sobre Munições Cluster de 2008. Este artigo investiga questões éticas e morais concernentes à natureza e ao uso de bombas *cluster*, explora o posicionamento dos EUA em relação a este armamento, e debate o processo de legitimação interna da decisão nos Estados Unidos. Busca-se compreender como a decisão do governo Biden foi legitimada e possibilitada. Trata-se de uma metodologia de pesquisa qualitativa, baseada em análise documental e revisão bibliográfica, a partir de trabalhos científicos pertinentes aos temas de moral e desenho tecnológico de armas, dos diferentes posicionamentos de analistas e congressistas nos EUA, da análise de dispositivos legais domésticos dos EUA, e da literatura sobre legitimidade e processo de legitimação da ação política. Concluímos que a decisão do governo Biden foi viabilizada pela interação entre fatores morais, legais e políticos, que minimizaram a resistência quanto ao envio deste armamento e possibilitaram sua aceitação.

Palavras-chave: Bombas *cluster*; Estados Unidos; Guerra da Ucrânia; Moralidade da guerra; Processo de legitimação.

Abstract

The article focuses on the Biden Administration's decision to supply *cluster* bombs to Ukraine amidst the conflict with Russia. The measure sparked controversy due to the risk these weapons pose to civilians and the stigmatization of this type of armament following the creation of the 2008 Convention on Cluster Munitions. This article investigates the ethical and moral issues concerning the nature and use of *cluster* bombs, explores the U.S. stance on this weaponry, and discusses the internal legitimization process of the decision in the U.S. The objective of this article is to comprehend how the decision by the Biden Administration was legitimated and enabled. It is a qualitative research methodology based on documentary analysis and literature review. The research draws on relevant academic studies on morality and the technological design of weapons, various positions of analysts and U.S. congress members, the analysis of U.S. domestic legal frameworks, and the literature on the legitimacy and legitimization process of political actions. We conclude that the Biden Administration's decision was enabled by the convergence of moral, legal and political factors which minimized resistance to the delivery of these weapons and facilitated their acceptance.

Keywords: Cluster bombs; United States; War in Ukraine; Warfare morality; Legitimization process.

Recebido: 22 Outubro 2024
Aceito: 6 Março 2025

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

Em 7 de julho de 2023, no mesmo dia em que anunciou a destruição da última arma química do arsenal estadunidense, Joseph Biden confirmou a decisão de fornecer munições – ou bombas – *cluster* à Ucrânia (TIERNEY, 2023). A decisão do Presidente dos Estados Unidos seguiu meses de discussão sobre o envio desse tipo de armamento, que já havia sido requisitado pelo governo ucraniano junto a Washington, até então o maior aliado político e militar de Kiev no contexto da guerra contra a Rússia iniciada em 24 de fevereiro de 2022. Segundo o governo ucraniano, as munições *cluster* seriam necessárias para aumentar a capacidade de artilharia de suas tropas em sua contraofensiva militar contra a Rússia.

A relativa demora e hesitação do governo dos EUA em fornecer estas armas é explicada sobretudo pela discussão ao redor das bombas *cluster* no que se refere à validade de seu uso à luz do Direito Internacional Humanitário (DIH). Nessa discussão, aponta-se o fato de que tais armas oferecerem grandes riscos aos civis, principalmente no contexto pós-conflito, uma vez que as munições não detonadas se transformam em, de fato, minas terrestres. Segundo o relatório de 2024 da Cluster Munitions Coalition, desde o início da guerra na Ucrânia, teria havido mais de mil vítimas, mortas ou feridas.

O debate sobre este tipo de armamento ganhou força após o Tratado de Ottawa (1997), que banuiu as minas terrestres. Na esteira desse tratado, teve início o Processo de Oslo, liderado pela Noruega, que culminou na Convenção sobre Munições Cluster, de 2008. Entre suas medidas principais, a Convenção bane o uso, a produção, o armazenamento e a transferência dessas armas pelos países que a aderiram. Atualmente, a Convenção conta com 112 Estados partes, além de 12 signatários que ainda não a ratificaram (CONVENTION ON CLUSTER MUNITIONS, 2024). Dentro desse contexto, o uso de bombas *cluster* passou a ser cada vez mais estigmatizado pela comunidade internacional de Estados, principalmente devido à pressão de ONGs e outras organizações sociais que fomentam o debate sobre as implicações de seu uso no risco à vida de civis. Contudo, os principais atores envolvidos no conflito, nomeadamente Rússia, EUA e Ucrânia, não são signatários da Convenção, o que suscita questionamentos sobre a efetividade do Direito Internacional frente à possibilidade de adesão voluntária dos Estados.

O presente artigo se insere neste debate e tem como objeto de análise a decisão do governo Biden de fornecer bombas *cluster* à Ucrânia. A pergunta que orienta a pesquisa é: quais os aspectos éticos, morais, legais e políticos que possibilitaram a decisão pelo fornecimento de bombas *cluster* à Ucrânia? O objetivo geral do artigo é compreender como essa decisão foi legitimada e possibilitada. Trata-se de uma metodologia de pesquisa qualitativa, baseada em análise documental e revisão bibliográfica, a partir de trabalhos científicos pertinentes aos temas de moral e desenho tecnológico de armas, dos diferentes posicionamentos de analistas e congressistas nos EUA, da análise de dispositivos legais domésticos dos EUA, e da literatura sobre legitimidade e processo de legitimação da ação política.

O artigo está organizado em três seções e as considerações finais. Na primeira seção, apresentamos a definição de bombas *cluster* e a discussão ética e moral inerentes a esta e a seu uso, a partir da análise da literatura que discute o desenho tecnológico de armas e questiona a alegação de armas de alta precisão. Na segunda seção, apresentamos os conceitos de hipocrisia, legitimidade e processo de legitimação com base em Finnemore (2009), Motta e Succi Junior (2021) e Goddard e Krebs (2015). Na terceira seção, apresentamos o posicionamento dos EUA no que tange às bombas *cluster*, na qual se examina as duas versões do documento intitulado “DoD Policy on Cluster Munitions”, publicado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DoD) em 2008 e em 2017, bem como posicionamentos domésticos nos Estados Unidos divergentes quanto à participação do país na Convenção e o envio destas armas para a Ucrânia. Assim, buscamos estabelecer uma lógica entre as três seções a fim de compreender como ocorreu a tomada de decisão do governo Biden sobre o assunto. Concluímos que a decisão foi viabilizada pela interação entre fatores morais, legais e políticos, que minimizaram a resistência quanto ao envio deste armamento e possibilitaram sua aceitação. Trata-se de uma decisão que foi moralmente ignorada e justificada como militarmente necessária, legalmente autorizada e politicamente legitimada.

A partir deste artigo, espera-se contribuir com uma discussão sobre o uso de armamentos banidos por convenções, em especial o caso das munições *cluster*, e as implicações de seu uso para a ética e a moral da guerra. Sobretudo, o artigo evidencia como normas internacionais podem ser ignoradas por grandes potências sob o pretexto de uma legitimidade das ações políticas e da hipocrisia enquanto ferramenta viabilizadora de tomadas de decisões aparentemente contraditórias.

A moral e a ética das bombas *cluster*: da criação ao banimento

Munições *cluster* são armas lançadas por aeronaves, artilharia ou mísseis que consistem em um contêiner que, ao serem disparados, se abrem e espalham sub-munições ou “sub-bombas” (*bomblets*) sobre uma grande área. Essas, por sua vez, ao explodirem em contato com o solo, projetam uma grande quantidade de estilhaços. Por este motivo, são chamadas também de bombas de dispersão. São desenhadas principalmente como uma arma antipessoal e antitanques. A principal diferença entre as munições *cluster* e outras bombas de fragmentação, como granadas, é o fato de que aquelas têm sua capacidade de fragmentação controlada e abrangem uma área muito maior (KREPON, 1974; ICRC, 2008). Conforme aponta Wiebe (2000), as munições *cluster* aumentam a habilidade de atingir múltiplos alvos, como tropas ou tanques concentrados.

As bombas *cluster* foram desenvolvidas primeiramente no contexto da Segunda Guerra Mundial e utilizadas pela Alemanha e pela União Soviética, sendo posteriormente empregadas por tropas dos EUA durante a Guerra da Coreia (1950-1953). No entanto, seu uso se tornou mais intenso a partir da Guerra do Vietnã (1955-1975), com o desenvolvimento da Cluster Bomb Unity (CBU) pela Marinha e a Força Aérea dos EUA. No Vietnã, a mais usada foi a CBU-24S, cujas sub-munições, segundo diferentes estimativas, podiam se espalhar por um raio de 300m a 1km, sendo que uma aeronave carregando CBUs poderia cobrir uma área de 15km quadrados. Devido à grande eficácia demonstrada por essas armas no que tange a sua capacidade de dispersão, sendo ideal para a tática de negação de área, em pouco tempo ela passou a ser chamada de “a queridinha dos aviadores”, como pode ser visto na frase do ex-Vice-Almirante dos EUA, Lloyd M. Mustin: “[U]ma vez que as testamos, a pergunta passou a ser: quantas podemos produzir?” (KREPON, 1974, p. 598, tradução nossa). No ano fiscal de 1973, 29% da verba para aquisição de munições da Força Aérea dos EUA foi destinada a 24 tipos diferentes de munições *cluster*.

Michael Krepon foi o primeiro a se questionar, no contexto acadêmico, sobre a natureza e o uso específico das bombas *cluster* e das implicações para os civis, em artigo publicado na *Foreign Affairs*, em 1974. Como o próprio título do artigo sugere – “Weapons potentially inhumane: The Case of Cluster Bombs” – Krepon tensionou o fato de que o próprio desenho desse tipo de armamento transformava-o em eficaz principalmente contra indivíduos (KREPON, 1974). O autor explorou a autonomia dos militares estadunidenses frente ao poder político em utilizar as bombas *cluster*, devido ao imperativo econômico – já que possuíam baixo custo de produção – e da eficácia militar, elementos que se sobrepunham aos aspectos técnicos e políticos da utilização destas armas. Nesse sentido, cita Lloyd Mustin, que teria afirmado que os militares consideravam as CBUs como armas convencionais e, portanto, não precisavam de requisição para utilização. Assim, Krepon acreditava que havia uma falha do DIH em proteger as vidas civis, e defendia que caberia à política a definição de quais armas deveriam ser empregadas em combate, levando em consideração seus efeitos colaterais. Por fim, o autor se mostrava preocupado com o impacto do uso destas e outras bombas na reputação dos EUA (KREPON, 1974).

Wiebe foi outro acadêmico a se debruçar sobre a natureza das bombas *cluster* e entendê-las como incompatíveis com as normas do DIH, principalmente no que tange ao princípio de distinção entre combatente e não-combatente. Nesse sentido, afirma que as munições não detonadas (*unexploded ordnance*, representado pela sigla UXO, em inglês) transformam-se, de fato, em minas terrestres. Como exemplo, nos primeiros cinco anos após o fim da Guerra do Vietnã, 4.500 pessoas morreram ou se feriram devido a munições não detonadas. A porcentagem de falha na detonação das

munições *cluster* (*dud rate*) é o principal critério que gera discussões entre críticos e defensores desse armamento.¹ Assim, o autor defende que as bombas *cluster* são, por natureza, geograficamente e ao longo do tempo indiscriminatórias, características que se sobrepõem a sua utilidade militar, e se transformam em risco para os civis (WIEBE, 2000).

O argumento de que bombas *cluster* se transformam em minas terrestres é o ponto principal da crítica de Nixon (2007). Segundo o autor, chamar estas armas de bombas *cluster* é um “termo impróprio” (*misnomer*). No entanto, enquanto as minas terrestres passaram a ser estigmatizadas, sobretudo após seu banimento com o Tratado de Ottawa (1997)², os países fabricantes³ de bombas *cluster* passaram defender seu uso com maior ênfase. Segundo estes países, as munições *cluster* possuiriam uma tecnologia mais avançada, precisa, limpa e inteligente (NIXON, 2007).

Nesse cenário, duas dimensões são trazidas à tona pelos fabricantes e defensores das munições *cluster* como justificativa para a continuidade de sua produção e utilização. A primeira dimensão se refere a possíveis melhorias ao longo do tempo para torná-las cada vez mais adequadas à lógica da guerra moderna e seguindo os princípios dos DIH. Nesse sentido, surge o argumento de que as taxas de falha destes armamentos podem ser continuamente diminuídas. A mera discussão sobre a taxa de falha já se mostra falha na medida em que uma taxa de 1% não implica em causar menos danos que de uma taxa mais elevada. Mais do que a taxa de falha, é importante a quantidade total de bombardeios com tais munições para um cálculo mais fidedigno da real gravidade colocada aos civis ao longo do tempo.

Outro ponto defendido é o aumento da capacidade de precisão destas armas. No entanto, como explorado por Zehfuss (2010), há uma compreensão errônea sobre precisão de armas. Conforme nos mostra a autora: “armas de precisão são, inerentemente, imprecisas” (p. 598, tradução nossa). Baseando-se em Carl Conetta (2004, p. 20), Zehfuss demonstra como a precisão de uma arma é expressa em termos da Probabilidade de Erro Circular (Circular Error Probable – CEP), segundo a qual, geralmente, 50% das armas disparadas em direção a um alvo irão falhar. Assim, em condições de teste, se uma arma possui um CEP de 10 metros, a cada dois testes, um irá atingir um raio de 10 metros do alvo designado e, no outro teste, irá atingir um alvo qualquer a mais de 10 metros de distância. Essa falha de 50% é ignorada no momento de definir uma arma como precisa (ZEHFUSS, 2010).

Para além da margem de erro prevista pelo CEP, há ainda quatro fatores que podem piorar a imprecisão das armas: 1) erros de inteligência; 2) mau funcionamento mecânico ou eletrônico; 3) erros humanos por pilotos ou controladores terrestres; 4) condições atmosféricas. Assim, a maior causa das falhas das armas de precisão não foram devidas às falhas do armamento, mas sim de inteligência (ZEHFUSS, 2010). Estas afirmações não implicam em negar que as armas contemporâneas são mais precisas e potencialmente podem diminuir os danos a civis. Na comparação histórica, de fato, são muito mais precisas. No entanto, o que Zehfuss questiona é a nomenclatura como tal, como um argumento errôneo. Além disso, a autora destaca que “precisão em termos de efetivamente acertar o alvo não é mesmo que precisão em termos de não acertar nada mais” (ZEHFUSS, 2010, p. 551, tradução nossa).

O mito da precisão das armas, em conjunto com a promessa de avanços na tecnologia de detonação das bombas *cluster* para diminuição da taxa de falha, são perspectivas segundo as quais poderia haver um incentivo a uma potência atacante possuidora de tal tecnologia a se engajar cada vez mais em guerras, uma vez que estas seriam consideradas mais limpas no que tange aos danos causados à população civil. Conforme Zehfuss: “armas de alta tecnologia parecem oferecer um conserto tecnológico para um dilema ético-político”. (ZEHFUSS, 2010, p. 546, tradução nossa). Decorrente disso, Winright (2009) identifica o surgimento de uma ética da guerra que passa pela distinção entre combatentes e não-

¹ Na Guerra do Vietnã, os fabricantes estimavam uma taxa de falha de 10%, mas que posteriormente foi revista para 30%. Na Guerra do Golfo, soldados dos EUA estimavam uma taxa entre 10% e 20%, enquanto a *Human Rights Watch* (HRW) estimou em 30%.

² Também conhecido como Tratado de Proibição de Minas, foi assinado 1997, entrando em vigor em 1 de março de 1999. Estados Unidos, Rússia e China não fazem parte do acordo.

³ Atualmente, são conhecidos 34 países que já produziram bombas *cluster* em algum momento. Alguns deles são: EUA, Rússia, China, Suécia, Turquia, Reino Unido e Brasil.

combatentes a partir de armas de precisão que “uma vez possível, torna-se politicamente imperativo” (SHAW, 2005, *apud* ZEHFUSS, 2010, p. 547, tradução nossa). Assim, a guerra moderna é definida pelas capacidades de armas de precisão, o que traz uma falsa conclusão de que todos os países podem ter tecnologias como essa e que, portanto, aqueles que não a possuem são mais antiéticos do que aqueles que as têm. Torna-se “mais fácil de ser bom” (THOMAS, 2001, p. 172 *apud* ZEHFUSS, 2010, p. 544, tradução nossa) e chega-se à conclusão de que a guerra somente é aceitável se for ética no que tange às mortes e aos sofrimentos de civis.

Winright (2009) faz uma avaliação crítica moral sobre o uso das bombas *clusters* a partir dos princípios de discriminação, proporcionalidade e de duplo efeito. Para o autor, não é suficiente a enumeração de fatalidades de civis para justificar o posicionamento contrário às munições *cluster*. Tampouco se basear em suas naturezas indiscriminatórias que, portanto, ferem o DIH. Winright, assim, afirma ser necessário se ocupar com a questão da moralidade do uso destas armas. O autor se baseia na filosofia moral de Tomás de Aquino e na aplicação desta por Ford (1944) na análise das bombas de obliteração na Segunda Guerra Mundial. Ford delineia que “ação de um homem não é moralmente imputável a ele, desde que (1) a ação em si seja direcionada imediatamente para algum outro resultado, (2) o efeito maléfico não seja desejado em si mesmo ou como um meio para o outro resultado, (3) a permissão do efeito maléfico seja justificada por razões de peso proporcional” (FORD, 1944, *apud* WINRIGHT, 2009, tradução nossa).

Nesses três aspectos, Winright (2009) afirma que a distinção entre combatente e não-combatente reside na distinção entre culpado e inocente. Assim, mesmo que esta distinção não seja sempre clara, em última análise, é óbvia a diferença entre “um soldado em seu tanque e uma esposa com crianças em um abrigo” (WINRIGHT, 2009, p. 369, tradução nossa). Quanto ao princípio do duplo efeito, Winright transpõe a crítica de Ford (1944) sobre as bombas de obliteração na Segunda Guerra Mundial: “o bom obtido através do bombardeiro era incidental ao mal”, ou seja, o mal era primeiro, imediato e direto; as vantagens militares eram secundárias e derivadas desse mal para sua análise sobre as bombas *cluster*.

Segundo o autor, as mortes e ferimentos causados aos civis são “desastres previsíveis” no sentido de que acontecem todas as vezes em que tais armas são usadas. Assim, além de se tratar de um efeito colateral previsível, trata-se de um padrão de não-combatentes como vítimas. Além deste ponto, o autor discute que, apesar de não afirmar que as bombas *cluster* são, *per se*, indiscriminatórias, é de se questionar o porquê de suas sub-munições se assemelharem a objetos como latas de refrigerante, bolas de tênis, baterias etc., e sejam decoradas de tal forma que se tornam chamativas, principalmente para crianças (WINRIGHT, 2009).

Foi nesse contexto de discussão sobre os riscos que as bombas *cluster* trazem à vida de civis que a pressão internacional pelo banimento destas armas passou a desempenhar um maior papel, sobretudo a partir do exemplo do Tratado de Ottawa (1997), que banuiu as minas terrestres. O chamado Processo de Oslo, iniciativa do governo norueguês após a contínua oposição de Rússia, EUA e China à tratativa do assunto no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre Certas Armas Convencionais (CCW, na sigla em inglês), culminou com o texto final Convenção sobre Munições Cluster aprovado na Conferência de Dublin (19-30 de maio de 2008). A assinatura da Convenção se iniciou em dezembro de 2008 e, em 1º de agosto de 2010, entrou em vigor após a sua trigésima ratificação (FRANCISCO SILVA, 2015). Dentre os países que não são signatários da Convenção, destacam-se, aqui, os EUA, Rússia, Ucrânia e China, que advogam por uma discussão acerca das munições *cluster* dentro de um protocolo adicional no âmbito da CCW (ABRAMSON, 2008).

A Convenção sobre Munições Cluster proíbe aos Estados partes, em seu primeiro artigo, o uso, desenvolvimento, produção, aquisição, armazenamento, retenção ou transferência direta, ou indireta de munições *cluster*; bem como a assistência, encorajamento ou indução de alguém em uma atividade proibida pela Convenção. O Artigo 2º define munições *cluster* como uma “munição convencional que é desenhada para dispersar ou liberar sub-munições que pesem, cada, menos de 20 quilos incluídas as sub-munições explosivas” e define uma série de exceções a partir de caracteres técnicos que

permitem que determinadas armas não sejam mais consideradas bombas *cluster*.⁴ Além do artigo 2º, o artigo 21º abre uma brecha de utilização das bombas *cluster* ao permitir que os Estados partes possam se engajar com Estados não-parte em uma ação militar, mesmo na qual sejam utilizadas munições *cluster*, desde que o Estado parte não solicite, ajude, incite ou encoraje o uso desses armamentos.

Ainda que as três principais potências militares não sejam signatárias da Convenção, alguns analistas ressaltam a importância da crescente estigmatização deste tipo de armamento no contexto internacional e defendem como tratados que banem tais armas podem ser bem-sucedidos mesmo sem o apoio das potências militares (FRANCISCO SILVA, 2015; HUNT, 2020). Hunt (2020) ainda destaca como, em 2019, 114 países votaram em Assembleia Geral da ONU por uma resolução que chamaria Estados não-partes da Convenção a aderir-la o mais rápido possível, sendo a Rússia a única que votou contra. Também é de se destacar a diminuição na lista de instituições financeiras que investiram na produção de munições *cluster*. Segundo o relatório *Stop Explosive Investment*, em 2018 foram listadas 88 instituições, ao passo que em 2017 eram 166.

Hipocrisia, legitimidade e processo de legitimação política

A seção anterior discutiu os fatores éticos e morais em relação às bombas *clusters* e seu uso, principalmente devido ao risco que impõem à vida de civis, não somente no momento da guerra, mas também no pós-conflito. Ainda, expôs o mito da arma de precisão, fatores que contribuíram para seu banimento a partir da Convenção de 2008. Ainda que Ucrânia, Rússia e EUA não sejam Estados partes da Convenção, a estigmatização do armamento e sua clara violação do DIH se colocavam como freios à decisão estadunidense de fornecê-lo a Kiev no contexto da guerra ucraniana. Assim, a presente seção analisa os conceitos de legitimidade, processo de legitimação e hipocrisia com base em Finnemore (2009), Motta e Succi Junior (2021), e Goddard e Krebs (2015), com o intuito de prover bases teórico-conceituais para a análise da decisão do governo Biden na seção subsequente.

Para Finnemore (2009), existem três mecanismos sociais que limitam o poder das grandes potências e modulam seus usos possíveis. O primeiro mecanismo é o da legitimação. Para que esse Estado possa exercer seu poder de maneira efetiva, precisa legitimá-lo. Ao realizar este processo, o poder é difundido entre outros, já que a legitimação é outorgada pelos outros atores, transformando a potência, em certa medida, em dependente de outros Estados. O segundo mecanismo é a institucionalização, que se dá através de autoridades legais-rationais, como normas, regras e leis, que exercem o poder de legitimação. Ao se afirmarem como tais, estas regras também se tornam difíceis de serem controladas e passam a ter um poder por si só, difundindo o poder da potência, controlando-o e o punindo. Por fim, a hipocrisia se torna o terceiro mecanismo ao qual as grandes potências recorrem para lidar com a quebra de regras e normas que elas mesmas criaram. O nível de hipocrisia, no entanto, deve ser calculado para não deslegitimar a potência, mas, se utilizado na medida certa, pode ser crucial para a estratégia de difundir os ideais e os interesses do Estado (FINNEMORE, 2009).

A autora define legitimidade como um fenômeno que é, por natureza, social e relacional, não podendo ser definido no vácuo, já que a legitimidade só pode ser conferida por outros. Isso não implica em dizer que a legitimidade é baseada necessariamente no fato de que os outros gostem ou concordem com suas políticas, mas trata-se de uma aceitação tácita da estrutura social na qual o poder é exercido. Nessa lógica, Finnemore (2009) demonstra como os cidadãos dos Estados Unidos gostam de conceber a ideia de que espalhar a democracia pelo mundo é bom por razões instrumentais e normativas. Na continuidade desse argumento, poderíamos definir que, ao transferir munições *cluster* para os ucranianos vencerem a

⁴ Esse, inclusive, foi um dos principais argumentos utilizados pelo Ministério da Defesa para se posicionar contra a assinatura do Brasil na Convenção. Francisco Silva (2015) demonstra como o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores consideravam a Convenção injusta, ilegítima e incompatível com a Política Nacional de Defesa (2005) e a Estratégia Nacional de Defesa (2008) do Brasil.

guerra contra os russos, existe uma aceitação do risco de sacrificar a vida de civis ucranianos – agora e no futuro – como um dano colateral necessário para derrotar a Rússia e garantir a segurança dos valores estadunidenses como a democracia.

Mesmo que busquem ser reconhecidos como os principais defensores dos direitos humanos internacionalmente, é fato que a política externa dos EUA é historicamente marcada por um grande nível de hipocrisia. Para Finnemore (2009), a hipocrisia é constituída de três elementos: 1) as ações do agente são divergentes com seus valores proclamados; 2) ações alternativas são possíveis; 3) o agente irá tentar enganar os outros sobre a incompatibilidade entre suas ações e valores. A hipocrisia é, portanto, “uma faca de dois gumes”, ao mesmo tempo, perigosa e essencial (FINNEMORE, 2009, p. 73, tradução nossa). Não obstante, a abordagem tradicional das Relações Internacionais sobre hipocrisia consiste mais na análise factual da incompatibilidade entre promessas baseadas em ações do que numa análise moral destas. Assim, a autora afirma que a alternativa à hipocrisia seria a negação de que conflitos de valores existem ou a imposição de uma ideologia tão repleta de certeza que não restaria espaço para dúvidas ou debates. Portanto, define que “hipocrisia, aparentemente, é algo que não podemos viver com, mas não podemos viver sem” (FINNEMORE, 2009, tradução nossa). Assim, trata-se de um fenômeno que permeia a política internacional e que é especialmente presente e importante entre as grandes potências.

Com base em Finnemore (2009), podemos definir que a hipocrisia é uma ferramenta utilizada pelas grandes potências para permitir certas ações que sejam incompatíveis com os próprios valores que estas defendem. Além disso, a legitimidade desta ação será ainda mais possível a depender da capacidade de coletivização dos objetivos traçados e dos valores definidos pela grande potência. Em última análise, refere-se à forma como uma grande potência consegue justificar seus meios a partir da construção de um fim comum.

O processo de coletivização dos objetivos de um ator político também é tema de análise de Motta e Succi Junior (2021). Os autores denominam este processo enquanto “coletivização do eu”, enquanto uma ferramenta de comunicação destinada a uma audiência composta de grupos internos e externos. Nessa lógica, investigam a transformação do “eu” em “nós” a partir da análise das estratégias de comunicação utilizadas por Osama Bin Laden e pelo governo de George W. Bush para, respectivamente, legitimar os ataques de 11 de setembro e iniciar uma intervenção internacional para retaliar a Al-Qaeda em detrimento da soberania nacional do Afeganistão. Nesse caso, os autores adotam a perspectiva empírica da legitimidade, segundo a qual nada é inerentemente legítimo ou ilegítimo. Ao invés disso, atores e ações são contingencialmente legitimados no tempo e espaço. Assim, a legitimidade é resultado de um processo social cujos limites do que é aceitável ou não estão em constante modificação e que é materializada através da estratégia de comunicação.

Segundo essa lógica, o uso de munições *clusters* não seria considerado legítimo ou ilegítimo *a priori*, mas sim a depender do contexto no qual se insere. Enquanto o uso deste mesmo armamento pela Rússia foi criticado pela representante dos EUA na ONU logo no início da guerra (GOILLANDEAU; ISAAC, 2022), o uso pelas forças ucranianas viria a se tornar legítimo na perspectiva estadunidense após um ano e meio de conflito. Nesse cenário, a legitimidade do uso de bombas *clusters* foi, portanto, contextualizada e definida a partir da definição da coletivização dos objetivos dos Estados Unidos.

Goddard e Krebs (2015), por sua vez, definem a legitimação como a “justificação pública de uma política na construção da grande estratégia de um Estado” (GODDARD; KREBS, 2015, p. 5, tradução nossa). O processo de legitimação é elemento integral da definição dos Estados do interesse nacional e da identificação das ameaças, de como a lista de opções políticas é constituída e de como a audiência é mobilizada. Segundo os autores, a legitimação é essencial para a produção do interesse nacional, uma vez que, se feita de forma efetiva, supera as clivagens ideológicas e cria uma coletividade que precisa ser protegida. Dessa maneira, representa uma estratégia que transcende as trivialidades do cotidiano político e se mostra como uma estratégia que age em nome do bem-estar da nação a longo prazo. Por fim, os autores reconhecem que o processo de legitimação é, às vezes, mais importante em alguns momentos do que em outros, argumentando que este

depende da necessidade de um governo de mobilização de recursos para a legitimação de sua ação e da visibilidade desta política.

Assim, definem que o impacto político da legitimação reside na interseção entre duas demandas: a demanda por legitimação do público, ou visibilidade da política; e a demanda do governo pela contribuição do público, ou a necessidade de mobilização. Com base nisso, os autores propõem um esquema que condensa quatro diferentes situações nas quais o grau de importância da legitimação varia em: substancial, potencial e irrelevante. Quando há baixa necessidade de mobilização do público e baixa visibilidade da política, trata-se, portanto, de um processo de legitimação irrelevante (GODDARD; KREBS, 2015).

Para os propósitos dessa investigação, argumentamos que a tomada de decisão do governo Biden em fornecer bombas *clusters* à Ucrânia se insere justamente no cenário de baixa necessidade de legitimação. A próxima seção busca apresentar a política estadunidense sobre este armamento, as diferentes posições internas dos EUA sobre seu envio a Kiev, e elucidar como a tomada de decisão pelo governo Biden foi viabilizada a partir dos conceitos aqui apresentados.

EUA e as bombas *cluster*: o processo de legitimação do envio à Ucrânia

Um mês após a conclusão do Processo de Oslo, que culminou na Convenção de 2008, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DoD) publicou o documento intitulado “DoD Policy on Cluster Munitions”. De acordo com este, emitido durante o governo Obama, definiu-se que as munições *cluster* são “armas legítimas com uma clara utilidade militar em combate e que fornecem vantagens nítidas contra uma série de alvos, reduzindo os riscos e salvando a vida de estadunidenses”. Ainda, o documento alegava que as bombas *clusters* ofereciam menos riscos aos civis do que bombas unitárias e que, portanto, a eliminação completa de munições *cluster* seria inaceitável em razão das consequências negativas de ordem militar e na proteção dos civis. No entanto, o documento delineava que, até o fim de 2018, o DoD não iria mais utilizar, vender ou transferir munições *cluster* com uma taxa de falha maior que 1%. Por fim, o documento ressaltava a necessidade de negociação de um tratado sobre munições *cluster* sob os auspícios da CCW, considerando-o o único fórum legítimo para discussão do assunto, uma vez que englobaria todos os países que fabricam e utilizam esse armamento (U.S. MISSION GENEVA, 2008).

Em 2017, já sob o primeiro mandato do governo de Donald Trump, o DoD publicou uma nova versão do documento, no qual reitera primeiramente a importância dos EUA se prepararem para as guerras atuais e futuras com as armas efetivas para tal. O documento também ressalta a necessidade de investir na modernização das capacidades dos EUA em relação a essas munições para enfrentar os adversários que, nos últimos anos, têm aumentado sua capacidade nesse sentido. Ademais, destaca a importância de minimizar os danos aos civis derivados das munições não detonadas. O novo documento delineia novas bases para aquisição de munições *cluster*, e a possibilidade de retê-las e utilizar as que estão disponíveis no arsenal atual. Segundo a política do DoD, cabe aos comandantes de combate a decisão de utilizar munições *clusters* que não estão dentro dos padrões estabelecidos pelo documento, abrindo, portanto, a possibilidade de utilização de qualquer exemplar disponível no arsenal dos EUA. A principal mudança em relação ao documento de 2008, no entanto, se refere à possibilidade de uso de munições com taxa de falha superior a 1%, ainda que a aquisição de novas armas tenha que seguir este limite. Por fim, o documento salienta que o Departamento de Defesa dos EUA não irá transferir tais munições, a não ser que permitido por lei (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2017).

A mudança de governo nos Estados Unidos após a eleição de Joseph Biden não implicou em uma mudança oficial do posicionamento do DoD no que se refere às munições *cluster*. Nesse contexto, em 7 de julho de 2023, o DoD anunciou a transferência das munições *cluster* DPICM (Dual Purpose Improved Conventional Munition) e ATACMS (Army Tactical Missile System), que podem carregar tais munições, nos termos do *Presidential Drawdown Authority* (PDA) prevista na *Foreign Assistance Act of 1961*, em resposta a uma requisição feita pela Ucrânia, segundo o Conselheiro de Segurança

Nacional, Jake Sullivan. De acordo com relatos da mídia, Kiev já havia solicitado as munições junto aos EUA no segundo semestre de 2022 (KERR; FEICKERT, 2023). O PDA é um instrumento de poder executivo que permite ao Presidente dos EUA o envio de armamentos do estoque e serviços militares do Departamento de Defesa em momentos de emergência não previstas, assegurando uma entrega rápida dentro de dias ou até mesmo horas. O instrumento foi utilizado por Biden para o envio de assistência militar à Ucrânia 44 vezes desde agosto de 2021 (DEPARTMENT OF STATE, 2023).

Ter a possibilidade de tomar a decisão através de um dispositivo do poder executivo é um elemento importante para Biden evitar ter de aprovar o envio destas armas no Congresso dos EUA e passar por um maior escrutínio sobre as controvérsias que cercam as bombas *cluster*. Parece ter havido maior apoio entre congressistas, tanto entre Democratas como entre Republicanos, como visto em carta enviada em junho de 2023 por um grupo bipartidário, apoiando o envio como necessário para defender a Ucrânia e a Europa e, consequentemente, os EUA. No entanto, também houve o posicionamento de outros políticos contrários ao envio desse tipo de armamento. Em 2022, uma carta assinada por 27 congressistas democratas pedia a Biden que os EUA aderissem à Convenção. Um grupo de 14 senadores enviou uma carta a Jake Sullivan afirmando que, embora o envio pudesse prover vantagens militares, os custos humanitários seriam maiores que os avanços táticos (MCCAUSLAND, 2023). Logo após a divulgação da decisão do envio, uma carta assinada por 19 congressistas do Partido Democrata da Casa dos Representantes expunha a preocupação destes com a imagem e reputação dos Estados Unidos no que concerne à “orgulhosa liderança global moral dos EUA e a defesa dos direitos humanos. Este comprometimento deveria ter incluído a recusa em transferir munições *cluster* que, por seu próprio desenho, se colocam como um grave risco aos civis” (CONGRESSWOMAN JAYAPAL, 2023, tradução nossa).

Pelo lado dos defensores do envio de bombas *cluster*, Brian Cox (2023) se utiliza de uma argumentação jurídico-legal e afirma que os EUA não possuem nenhum impedimento nos níveis doméstico e internacional, uma vez que não são signatários da Convenção. Além disso, questiona a universalidade da Convenção e sua compreensão como costume internacional. Para além destes argumentos, Cox defende que a crítica feita quanto a natureza indiscriminatória das bombas *cluster* é errônea, já que este critério é relativo ao momento do uso da arma, e não após, como seria o caso das munições não detonadas.

Outro argumento favorável à decisão de Biden pode ser encontrado no texto de Mustaffa (2023, tradução nossa), que é bem evidenciado em seu subtítulo: “a lei não deve obstruir a Ucrânia de revidar”. O autor afirma que os argumentos contrários ao uso, segundo o DIH, são uma interpretação incorreta das normas e uma falsa equivalência de moralidade entre Rússia, EUA e Ucrânia. Nessa lógica, a Rússia teria rompido não apenas com os princípios do Direito Internacional, mas também com os princípios da guerra justa. A Ucrânia, portanto, teria a prerrogativa de se defender assegurada e não limitada a tais restrições. Por fim, afirma que o debate não deve se pautar na natureza das munições *cluster*, mas sim na forma como elas são empregadas e como estas podem aderir aos principais legais e humanitários vigentes na guerra. O autor conclui que o debate acerca das munições *cluster* não deveria ofuscar a eficácia militar no conflito e que, dada a situação atual e o que está em jogo, a Ucrânia deve usar tais munições, que seriam a única forma fazer as tropas russas recuarem.

A decisão também foi apoiada por Zeigler (2013), da RAND Corporation. Segundo o analista, a entrega deste armamento à Ucrânia era crucial para possibilitar a Kiev penetrar a linha de defesa russa e suprir o problema de escassez de munições da Ucrânia. É interessante notar que Zeigler, mesmo como defensor da decisão tomada pelo governo Biden, admite os riscos da utilização de munições *cluster* ao considerar que as munições não detonadas se transformam em minas terrestres. Ainda, ressalta que as armas enviadas à Ucrânia têm uma taxa de falha de 2.35%, e que o terreno ucraniano possui características que levariam a uma taxa muito maior do que esta, cabendo aos ucranianos decidirem sobre isso, desde que conscientes dos riscos. Não obstante, a utilidade militar parece suplantiar os dilemas éticos e morais do uso deste armamento para Zeigler. Ao mesmo tempo em que afirma que elas “matam tanques e pessoas com sucesso extraordinário”

(ZEIGLER, 2013) – e, por isso, são controversas – ressalta que são um instrumento que pode acelerar o fim da guerra e salvar vidas a longo prazo.

Apesar de existirem vozes contrárias dentro do Congresso dos EUA e entre a sociedade civil, trata-se de um tema muito específico no qual apenas uma pequena parcela da audiência possui uma opinião sobre o assunto, centralizada numa minoria de congressistas do Partido Democrata e ONGs de direitos humanos. Além disso, ainda que a maior parte dos Estados seja signatária da Convenção sobre Munições Cluster, esta se dá como apenas um fator entre muitos outros de ordem militar e política envolvidas no contexto da Guerra da Ucrânia. Por outro lado, a prerrogativa do poder executivo dos EUA de enviar bombas *cluster* a Kiev outorgou ao Presidente Joseph Biden maior autonomia em termos jurídico-legais, não necessitando de uma mobilização de seu governo junto ao público – aqui, em especial, o Congresso – para a aprovação dessa decisão.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o processo de tomada de decisão do governo Biden sobre o envio de munições *cluster* à Ucrânia engloba os elementos centrais do processo de legitimação, conforme visto em Finnemore (2009), Motta e Succini Junior (2021) e Goddard e Krebs (2015), quais sejam: a hipocrisia necessária para a tomada de decisão, cujo uso pela Rússia havia sido criticado anteriormente; a coletivização do eu, ao salientarem que a defesa da Ucrânia significa também a defesa de valores da ordem liberal democrática europeia e estadunidense; e um processo de legitimação irrelevante composto de uma baixa necessidade de mobilização da audiência e da baixa visibilidade da política em questão, possibilitada por um dispositivo legal que autoriza o governo Biden a fornecer estas armas sem passar por uma votação no Congresso.

Considerações finais

Concluimos que a tomada de decisão de Biden sobre o envio de munições *cluster* para a Ucrânia, ainda que se trate de um tipo de armamento controverso e banido em muitos países após a Convenção sobre Munições Cluster de 2008, foi facilitada pela junção de quatro elementos: foi moralmente ignorada e justificada como militarmente necessária; legalmente autorizada; e politicamente legitimada.

No que tange à discussão moral concernente ao uso de munições *cluster* em combate, observamos que ela se divide entre três grupos. Por um lado, há aqueles que a consideram inerentemente imorais, pois, por seu próprio desenho, se constituem como risco à vida de civis e não cumprem com os princípios de proporcionalidade e distinção. Por outro lado, outros alegam serem armas cujo uso é imoral em razão do conhecido efeito colateral que estas armas acarretam durante e, principalmente, ao longo do tempo no pós-conflito. Ainda, há o argumento de que o avanço tecnológico pode levar a uma maior precisão das armas e diminuição da taxa de falha que transforma munições não detonadas em minas terrestres. Nessa lógica, não seria correto afirmar que as munições *cluster* são, *per se*, indiscriminatórias ou imorais. Afirmamos, no entanto, que este argumento se baseia no mito do avanço tecnológico como solução para problemas ético-políticos que, como demonstrado por Zehfuss (2010), se baseia numa falsa concepção de precisão das armas, e num desafio ético-moral de contagem de vidas que são ceifadas a partir da taxa de falhas destas bombas numa lógica quantitativa.

Nesse sentido, portanto, existe a possibilidade de que o avanço tecnológico leve ao uso mais extensivo por parte dos países detentores de ditas tecnologias de acordo com parâmetros estabelecidos, transformando a ética da guerra e outorgando apenas a estes Estados o *jus ad bellum* (o direito à guerra). Ainda, poderíamos sugerir que, quanto mais precisa e eficaz uma arma se torna, maiores seriam as probabilidades de que os países se engajem em guerras com o uso destas, alegando o caráter limpo e humanizado do conflito que perpetuam. Consequentemente, durante um conflito, o *jus in bello* (direito da guerra) seria definido pela lógica de diferenciação entre o ator que detém a tecnologia mais recente e aquele que não possui condições de fazer o uso da violência conforme a nova ética da guerra estabelecida.

No caso específico do envio de munições *cluster* dos EUA para a Ucrânia, argumentamos que a questão moral foi instrumentalizada a partir de uma filosofia utilitarista, segundo a qual os fins justificam os meios. Segundo essa lógica, em nome do direito de defesa dos ucranianos contra os invasores russos, arriscar a vida de civis, estes mesmos ucranianos, seria justo e moral numa lógica de batalha de bem contra o mal e em defesa da democracia e dos direitos humanos. Para além disto, o argumento da eficácia militar das munições *cluster* se sobrepôs ao dilema moral de colocar a vida de civis em risco na dimensão do tempo e espaço. Nas justificativas utilizadas pelo governo estadunidense, militares e analistas, estas armas seriam as mais eficazes taticamente para furar as linhas de defesa russa e facilitar a contraofensiva ucraniana. Portanto, seriam cruciais para o esforço maior de derrotar a Rússia. Assim, o debate moral acerca destes armamentos não parece ter sido crucial para a tomada de decisão do governo Biden.

Em relação à dimensão jurídico-legal, observamos que tanto no nível doméstico, como internacionalmente, o governo Biden possui respaldo em sua tomada de decisão. Domesticamente, a última versão da política adotada pelo DoD, em 2017, permite a transferência de munições *cluster* com uma taxa de falha maior que 1%, revogando o que havia sido previsto no documento de 2008. Além disso, o dispositivo do poder executivo *Presidential Drawdown Authority* (PDA) prevista na *Foreign Assistance Act of 1961*, autoriza o DoD a prover, em caráter de urgência, auxílio militar em termos materiais e assistências para o exterior apenas com a notificação ao Congresso, sem passar por um pedido de aprovação. Nesse quesito, verificou-se que a justificativa dada pelo governo Biden é de que tal ação seria necessária para defender os interesses nacionais dos Estados Unidos. Já no âmbito internacional, embora a Convenção de 2008 tenha banido a produção, transferência e uso de munições *cluster*, e isso tenha contribuído para uma crescente estigmatização dessas armas – percebida, inclusive, pela controvérsia gerada no governo dos EUA e entre congressistas –, o fato de que os EUA, assim como Rússia, Ucrânia, entre outros, não são Estados partes, fragiliza a eficácia e legitimidade da Convenção. Soma-se a isso as críticas de que a Convenção não seria o âmbito para discussão sobre este tema, que deveria ser tratado dentro da CCW, e de que as exceções previstas pela Convenção são discriminatórias ao favorecerem os países mais desenvolvidos a adaptarem sua tecnologia para a fabricação de munições *cluster* que são permitidas.

Assim, pode-se questionar a capacidade do Direito Internacional em fazer valer as normas por ele estabelecidas sobre as grandes potências. Nesse sentido, argumentamos que, no caso das munições *cluster*, o banimento total só será possível quando um acordo entre Rússia, China e EUA – além de outros países fabricantes, como é o caso do Brasil – compelir uns aos outros a um acordo de controle de armamentos e ao não uso destas armas. A própria lógica dos acordos internacionais, de que apenas os Estados partes são obrigados a cumprir com suas normas, cria, ironicamente, a permissão de que aqueles que não o são possam continuar com o comportamento abolido por aquele tratado. Nesse caso, a única possibilidade de eficácia desta Convenção contra os países que não são partes é o constrangimento a partir da prática de *name and shame*.

Por fim, demonstramos como a decisão de Joseph Biden foi politicamente legitimada, ainda que não de forma incontestada. Nesse sentido, segundo o modelo proposto por Goddard e Krebs (2015), argumentamos que o governo Biden não precisou mobilizar o público – seja a sociedade civil ou o Congresso – para a legitimação de sua decisão, além do fato de que a ação teve relativa pouca visibilidade, tornando-o um processo na qual a legitimação da ação tem pouca importância. No entanto, reiteramos que, mesmo nesse caso, uma decisão tem que ser legitimada para sua consecução. Destarte, o argumento utilizado pelo governo foi, através do instrumento da hipocrisia, como visto em Finnemore (2009), coletivizar o reconhecimento do interesse nacional e da necessidade de defesa dos valores estadunidenses como democracia e direitos humanos contra a Rússia através do envio de munições *cluster* para a Ucrânia, numa lógica de legitimidade contextualizada e possibilitada através da coletivização dos objetivos, conforme nos mostram Motta e Succi Junior (2021).

Conclui-se, portanto, que seria ingênuo criar a expectativa de que os EUA recusariam a transferência de munições *cluster* para a Ucrânia após a solicitação de Kiev baseado na lógica de defesa dos direitos dos civis como previsto pelo DIH e na existência da Convenção sobre Munições Cluster, da qual nem Washington, nem Kiev e nem Moscou fazem parte.

Referências

- ABRAMSON, Jeff. **Russian Cluster Use Alleged; U.S. Clarifies Policy** | **Arms Control Association**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/act/2008-09/russian-cluster-use-alleged-us-clarifies-policy>. Acesso em: 26 fev. 2025.
- CLUSTER MUNITION MONITOR. **Cluster Munition Monitor 2024 [EN/AR/RU/DE] - WorldReliefWeb**. [S. l.: s. n.], 2024. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/cluster-munition-monitor-2024-enarrude>. Acesso em: 26 fev. 2025.
- COX, Brian. The Biden Administration's Decision to Transfer Cluster Munitions to Ukraine: Legal and Policy Considerations. In: LIEBER INSTITUTE WEST POINT. 21 jul. 2023. Disponível em: <https://lieber.westpoint.edu/biden-administrations-decision-transfer-cluster-munitions-ukraine-legal-policy-considerations/>.
- DEPARTMENT OF DEFENSE. **DoD Policy on Cluster Munitions**. 30 nov. 2007. Disponível em: <https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/DOD-POLICY-ON-CLUSTER-MUNITIONS-OSD071415-17.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.
- DEPARTMENT OF DEFENSE. **Use of Presidential Drawdown Authority for Military Assistance for Ukraine**. 27 dez. 2023. Disponível em: <https://www.state.gov/use-of-presidential-drawdown-authority-for-military-assistance-for-ukraine>. Acesso em: 22 out. 2024.
- DIPLOMATIC CONFERENCE FOR THE ADOPTION OF A CONVENTION ON CLUSTER MUNITIONS. [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em: https://www.clusterconvention.org/files/convention_text/Convention-ENG.pdf.
- FINNEMORE, Martha. Legitimacy, Hypocrisy, and the Social Structure of Unipolarity: Why Being a Unipole Isn't All It's Cracked Up to Be. **World Politics**, [s. l.], v. 61, n. 1, p. 58–85, 2009.
- FRANCISCO SILVA, Gabriel. **O Brasil frente os Regimes de Desarmamento Humanitário**: um estudo do caso de Munições Cluster. 2015. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasil, 2015, 164f.
- GODDARD, Stacie E.; KREBS, Ronald R. Rhetoric, Legitimation, and Grand Strategy. **Security Studies**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 5–36, 2015.
- GOILLANDEAU, Martin; ISAAC, Lindsay. **March 4, 2022 Russia-Ukraine news** | **CNN**. [S. l.], 2022. Disponível em: https://edition.cnn.com/europe/live-news/ukraine-russia-putin-news-03-04-22#h_31e4649324f51b1fe5df5a87d8082edd. Acesso em: 26 fev. 2025.
- HUNT, Erin. **Stigmatizing Cluster Munitions: A Decade of Success** | **Arms Control Association**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/act/2020-10/features/stigmatizing-cluster-munitions-decade-success>. Acesso em: 26 fev. 2025.
- ICRC. **Cluster Munitions: What Are They and Why Is The Problem** [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/cluster-munition-factsheet.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.
- JAYAPAL, Pramila. **House Progressives on Biden Administration's Cluster Munitions Transfer to Ukraine - Congresswoman Pramila Jayapal**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://jayapal.house.gov/2023/07/07/house-progressives-on-biden-administrations-cluster-munitions-transfer-to-ukraine/>. Acesso em: 26 fev. 2025.
- KERR, Paul; FEICKERT, Andrew. **Cluster Munitions: Background and Issues for Congress**. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/RS/RS22907/32>. Acesso em: 22 out. 2024.
- KREPON, Michael. Weapons Potentially Inhumane: The Case of Cluster Bombs. **Foreign Affairs**, [s. l.], v. 52, n. 3, p. 595, 1974.
- MCCAUSLAND, Phil. **Will it win the war or cause disaster? U.S. debates sending cluster bombs to Ukraine**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/news/us-news/will-win-war-cause-disaster-us-debates-sending-cluster-bombs-ukraine-rcna92167>. Acesso em: 26 fev. 2025.
- MOTTA, Bárbara; SUCCI JUNIOR, David P. Legitimation through Collectivization: Al Qaeda and US Discourses on the Use of Force. **Studies in Conflict & Terrorism**, [s. l.], p. 1–20, 2021. Disponível em: Acesso em: 3 jan. 2022.
- MUSTAFA, Munira. Cluster munitions: A necessary defensive strategy for Ukraine. In: THE LOWY INSTITUTE. 25 jul. 2023. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/cluster-munitions-necessary-defensive-strategy-ukraine>. Acesso em: 22 out. 2024.
- NIXON, Rob. Of Land Mines and Cluster Bombs. **Cultural Critique**, [s. l.], n. 67, p. 160–174, 2007.

TIERNEY, Dominic. Biden’s Bombs: The Dance of Ethics and Interests. In: FOREIGN POLICY RESEARCH INSTITUTE. 31 ago. 2023. Disponível em: <https://www.fpri.org/article/2023/08/bidens-bombs-the-dance-of-ethics-and-interests/>. Acesso em: 26 fev. 2025.

UNITED NATIONS. **Treaty Collection: Convention on the Prohibition of the Use, Stockpiling, Production and Transfer of Anti-Personnel Mines and on their Destruction**. Disponível em: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XXVI-5&chapter=26&clang=_en. Acesso em: 22 out. 2024.

U.S. MISSION GENEVA. **Cluster Munitions Policy Released**. 9 jul. 2008. Disponível em: <https://geneva.usmission.gov/2008/07/09/dod-press-release-jul9-2008/>. Acesso em: 22 out. 2024.

WIEBE, Virgil. Footprints of Death: Cluster Bombs as Indiscriminate Weapons Under International Humanitarian Law. **Michigan Journal of International Law**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 85–167, 2000.

WINRIGHT, Tobias. The Morality of Cluster Bombing. **Studies in Christian Ethics**, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 357–381, 2009.

ZEHFUSS, Maja. Targeting: Precision and the production of ethics. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 543–566, 2010.

ZEIGLER, Sean. Why Biden Was Justified to Send Cluster Munitions to Ukraine. In: THE RAND BLOG. 14 ago. 2023. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/commentary/2023/08/why-biden-was-justified-to-send-cluster-munitions-to.html>. Acesso em: 22 out. 2024.

Funções de colaboração exercidas	
Getúlio Alves de Almeida Neto:	Conceituação; Metodologia; Curadoria de dados; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);
Informações fornecidas pelo autor de acordo com a Taxonomia de Funções de Colaborador (CRediT)	

Lula III: a retomada de uma política externa voltada aos direitos humanos em um cenário desafiador

Lula III: the revival of a human rights-oriented foreign policy in a challenging scenario

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.142043>

Lucas Damasceno Tomazella

San Tiago Dantas (UNESP/ UNICAMP/ PUC-SP), São Paulo, Brasil

ldtomazella@hotmail.com  

Resumo

Este artigo analisa como o governo Lula III tem buscado realinhar a política externa brasileira à defesa dos direitos humanos e aos princípios da Constituição de 1988, após os retrocessos promovidos pelo governo Bolsonaro. A partir da Análise de Política Externa (APE), o estudo examina a trajetória da diplomacia brasileira desde a redemocratização, com destaque para o papel dos direitos humanos como elemento de soft power. O texto discute a ruptura ocorrida durante o governo Bolsonaro, marcada pela priorização de interesses nacionalistas e conservadores, e contrasta com os esforços do governo Lula III em retomar o multilateralismo e promover pautas progressistas. Apesar dos desafios internos, como a polarização política e o fortalecimento da extrema-direita, e das tensões geopolíticas globais, a pesquisa explora as estratégias adotadas para reposicionar o Brasil no cenário internacional. Por meio de revisão bibliográfica, análise documental e fontes jornalísticas, busca-se compreender os avanços e os desafios da atual política externa brasileira no campo dos direitos humanos. Pretende-se, com essas fontes, identificar elementos teóricos e empíricos que, analisados conjuntamente, evidenciem as medidas efetivamente implementadas e os desafios contextuais enfrentados por esse novo governo Lula.

Palavras-chave: Política externa; Direitos humanos; Brasil; Lula; Bolsonaro.

Abstract

This article analyzes how the Lula III administration has sought to realign Brazilian foreign policy with the defense of human rights and the principles of the 1988 Constitution, following the setbacks caused by the Bolsonaro government. Using the Foreign Policy Analysis (FPA) framework, the study examines the trajectory of Brazilian diplomacy since democratization, highlighting the role of human rights as a soft power element. The text discusses the rupture that occurred during the Bolsonaro administration, characterized by the prioritization of nationalist and conservative interests, and contrasts it with the Lula III government's efforts to restore multilateralism and promote progressive agendas. Despite internal challenges, such as political polarization and the rise of the far-right, as well as global geopolitical tensions, the research explores the strategies adopted to reposition Brazil on the international stage. Through a review of the literature, document analysis, and journalistic sources, the study seeks to understand the advancements and challenges of current Brazilian foreign policy in the field of human rights. The aim is to identify theoretical and empirical elements through these sources that, when analyzed together, highlight the measures effectively implemented and the contextual challenges faced by this new Lula administration.

Keywords: Foreign policy; Human rights; Brazil; Lula; Bolsonaro.

Recebido: 21 Agosto 2024

Aceito: 15 Janeiro 2025

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

Com a transição do governo militar para um governo civil liderado por José Sarney (1985-1990), o Brasil passou por mudanças políticas e estruturais significativas. Devido à percepção negativa da comunidade internacional, especialmente pelos altos índices de violações dos direitos humanos, a diplomacia brasileira rapidamente iniciou um processo de reconciliação nessa área. É importante salientar que, nesse contexto, o tema dos direitos humanos emergiu como uma das principais alavancas de *soft power* globalmente (ALMEIDA, 2013; ALVES, 2015).

Assim, a política externa brasileira, que em anos anteriores havia negligenciado o tópico, passou a se engajar ativamente em fóruns globais relacionados aos direitos humanos, enfatizando consistentemente o seu valor para a defesa da democracia internacionalmente. Embora inicialmente essa mudança fosse mais verbal do que prática, a promulgação da Carta Magna de 1988¹, cujo art. 4.º (inciso II) enfatiza a primazia dos direitos humanos nas relações internacionais do Brasil (MILANI, 2011), marcou o início de uma política externa constitucionalmente comprometida com a promoção e respeito às normas internacionais de direitos humanos. Dessa forma, mesmo que ao longo dos anos o país tenha promovido políticas consideradas contraditórias² em relação à defesa dos direitos humanos, o Brasil passou a ser reconhecido como um ator respeitado e engajado no regime internacional sobre o tema.

No entanto, com a ascensão do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) notou-se uma mudança significativa nessa tradição política estabelecida durante a redemocratização do país. Nesse sentido, a eleição de um presidente alinhado com ideais ultraconservadores³, resultou na interrupção do longo comprometimento do país com os direitos humanos, conforme enfatizado pela Constituição brasileira (KOERNER; MAIA, 2024). Dessa forma, o país começou a afastar-se de compromissos multilaterais em defesa da temática, priorizando interesses domésticos conservadores e formando alianças com governos de perfil similar. Tal postura resultou em críticas internas e internacionais, que evidenciaram o enfraquecimento da posição do Brasil como um país conhecido por promover a defesa dos direitos humanos internacionalmente (MONTE; HERNANDEZ, 2021).

Em uma eleição amplamente polarizada em 2022, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito presidente do país, voltando ao poder depois de mais de dez anos. O novo presidente assume o cargo com a promessa de combater a extrema-direita ultraconservadora que havia governado o país de 2019 a 2022, e que de acordo com Lula, promoveu grandes retrocessos, não apenas no tocante a políticas relativas aos direitos humanos, mas também em diversas outras temáticas. Para tal feito, Lula declarou que adotaria como grande estratégia à retomada de políticas exteriores⁴ similares às executadas em seus dois primeiros mandatos. Nesse sentido, o multilateralismo, a integração regional, a diplomacia presidencial e a defesa de pautas progressistas⁵ foram colocados como pontos norteadores da nova política externa do país (RESENDE, 2023).

Contudo, é preciso pontuar que o cenário, tanto interno quanto externo, encontrado por Lula neste novo mandato, é diferente daquele encontrado em seus dois primeiros governos. Internamente, a polarização política, impulsionada pelo crescimento da extrema-direita em ambientes institucionais, dificulta a governabilidade (MELO,

¹ Carta Magna é como ficou conhecida a Constituição brasileira de 1988.

² Por exemplo, Milani (2011) aponta que Lula em seu segundo mandato teve sua política externa bastante criticada por apresentar postura condescendente com regimes autoritários como Irã, Coreia do Norte, Cuba, Sri Lanka e Sudão. Além disso, ainda sobre o segundo mandato de Lula, González (2010) indica que, embora o governo tenha promovido o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3), esse acabou possuindo um caráter muito mais conservador do que se esperava.

³ O ultraconservadorismo normalmente é caracterizado por uma postura antiglobalista, que inclui posições fortes contra a imigração, um nacionalismo acentuado e a defesa da soberania nacional. Esse movimento também se utiliza do populismo e da polarização política, frequentemente promovendo uma divisão entre "nós" e "eles". Além disso, a maioria dos ultraconservadores adota o neoliberalismo como sua principal ideologia econômica (CARRANZA; TEIXEIRA, 2023).

⁴ Alguns exemplos dessas políticas são: Participação ativa no Conselho de Direitos Humanos da ONU; Engajamento em missões de paz da ONU; Mediação de conflitos na América Latina e África; Cooperação Sul-Sul; Programas sociais internos; Elaboração do PNDH-3 (RAMANZINI, 2017; GONZÁLEZ, 2010)

⁵ Essas iniciativas frequentemente se concentram na defesa dos direitos humanos, na promoção da igualdade de gênero e na luta contra a discriminação racial e étnica.

2024). No âmbito externo, o fortalecimento de governos de extrema-direita em várias partes do mundo, soma-se a significativas tensões geopolíticas com impactos globais, exigindo da presidência uma abordagem diplomática complexa (LOUGHLIN, 2017). Assim, após quase dois anos do governo Lula III, surge a questão central que esta pesquisa busca responder: O que o governo Lula III vem fazendo para alinhar novamente a política externa do país com o que é defendido na Constituição?

Responder a essa pergunta é essencial para compreender o cenário atual da política externa brasileira e sua relação com os direitos humanos, especialmente em meio à intensa polarização e às pressões internas e externas. Assim, com o objetivo de analisar como o governo Lula III tem buscado restabelecer uma política externa alinhada à defesa dos direitos humanos e à Constituição, isso após o desmonte promovido pelo governo Bolsonaro nesta temática, essa pesquisa adota a seguinte metodologia.

Primeiramente, recorreremos à bibliografia de autores especializados na abordagem teórico-conceitual de Relações Internacionais conhecida como Análise de Política Externa (APE), cujos conceitos norteiam as análises desta pesquisa. Em seguida, utilizamos bibliografia de autores que discutem política externa brasileira em uma perspectiva histórica e atual, abrangendo os períodos governamentais aqui analisados para contextualizá-los. Além dessas revisões bibliográficas, adotamos uma análise qualitativa empírica de documentos oficiais, como pronunciamentos e comunicados da presidência e ministérios, relatórios de organizações internacionais de relevância global e reportagens de veículos jornalísticos renomados no contexto brasileiro. A seleção dessas fontes foi baseada em sua importância e autoridade no tema, e os dados extraídos foram interpretados para fornecer subsídios que fortalecesse a argumentação aqui desenvolvida. Assim, o foco está em compreender o contexto político e diplomático brasileiro, utilizando essas fontes como evidências que sustentam as análises e conclusões apresentadas.

Dessa forma, o artigo possui a seguinte estrutura: na primeira seção, discutimos a trajetória da APE nas Relações Internacionais e estabelecemos o foco de análise que será adotado ao longo do trabalho. Na segunda seção, abordamos, a partir de conceitos teóricos como "deterioração" e "erosão constitucional", além de exemplos concretos, o movimento de ruptura promovido pelo governo Bolsonaro em relação à política externa voltada para os direitos humanos, pragmaticamente observada desde a redemocratização do país. Já na terceira seção, analisamos as ações do governo Lula III para contornar essa situação, levando em conta os desafios contextuais enfrentados em sua tentativa de restabelecer uma política externa mais alinhada à defesa dos direitos humanos, semelhante àquela promovida durante seus dois primeiros mandatos. Por fim, apresentamos as considerações finais.

A APE como ferramenta teórica

A APE emerge como uma abordagem interdisciplinar voltada para compreender os processos de formulação e execução das políticas externas dos Estados, consolidando-se como uma área específica dentro das Relações Internacionais nas décadas de 1950 e 1960. Reagindo às limitações das teorias sistêmicas, como o realismo clássico e estrutural, que viam os Estados como atores unitários e racionais, a APE propõe uma visão mais complexa, integrando fatores domésticos e internacionais. Entre os estudiosos dessa abordagem (MENDES, 2017; GONÇALVES; PINHEIRO, 2020; SALOMÓN; PINHEIRO, 2013), há consenso de que o primeiro grande marco do campo foi o artigo "Decision-making as an Approach to the Study of International Politics", de Snyder, Bruck e Sapin, publicado em 1954. Essa obra inovou ao destacar a importância dos processos decisórios e das interações entre agentes e estruturas, reconhecendo os Estados como entidades fragmentadas e influenciadas por múltiplas variáveis.

Após esse primeiro momento, outros trabalhos seguiram a mesma linha de análise. Rosenau (1967), em "Domestic Sources of Foreign Policy", e Allison (1971), em "Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis", destacam fatores internos como tão importantes quanto o contexto internacional, além da influência das dinâmicas

burocráticas domésticas nas decisões de política externa. Essas abordagens contribuíram para o fortalecimento da APE, que passou a considerar diferentes níveis de análise. No entanto, é importante destacar que o realismo estrutural de Waltz (1979) reduziu temporariamente a relevância da APE (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013).

Nesse contexto, Milani e Pinheiro (2013) apontam que, ao final do século XX, transformações globais, como o fim da Guerra Fria, impulsionaram a diversificação das coalizões internacionais e o renascimento da APE. A política externa passou a incluir temas como meio ambiente, direitos humanos e migrações, com maior participação de atores não estatais, como empresas e movimentos sociais. No Brasil, essa dinâmica ampliou a atuação para além do Itamaraty, desafiando a visão tradicional de controle estatal exclusivo. Assim, novos marcos teóricos tornaram-se necessários para integrar as dinâmicas internas e externas, renovando o estudo da política externa brasileira e global.

Como uma forma de sintetizar os trabalhos existentes e estabelecer os principais preceitos da APE, Mendes (2017) indica que todo o processo de decisão e implementação da política externa ocorre dentro de um quadro espacial e temporal, sendo moldado pela interação de três tipos de fatores fundamentais: fatores internos, que se referem a aspectos da política doméstica, como partidos políticos, processos organizacionais e grupos de interesse; fatores internacionais, relacionados ao sistema internacional, incluindo o poder hierárquico e normativo da ordem internacional, choques políticos, objetivos, estímulos e apoios; e fatores ideológicos e perceptivos, que envolvem as ideias, visões de mundo, imagens nacionais, cultura política e identidade das elites decisórias.

Como se pode perceber, com a APE, uma série de quesitos passa a ter relevância em uma análise completa de política externa. Contudo, devido ao propósito desta pesquisa, embora abordaremos outros aspectos desse aparato teórico-conceitual, o principal ponto ao qual nós iremos nos atentar é justamente a relacionalidade entre os contextos internos e externos, que, segundo Mendes (2017, p. 31):

[...] oferecem oportunidades e constrangimentos aos quais os decisores políticos têm que responder de forma constante, através das escolhas que fazem. É a conjuntura da ordem internacional e a natureza do contexto político doméstico onde os decisores estão embebidos que vão condicionar os seus objetivos e decisões políticas. Neste sentido, são características internas e externas muito específicas e circunstanciais que estabelecem as possibilidades de escolha e fornecem os estímulos para as ações e decisões em política externa.

Assim, como será observado ao longo desta pesquisa, o objetivo é trazer elementos dos contextos internos e externos do Brasil ao longo dos anos, abordando o governo Bolsonaro, mas com foco principal no terceiro mandato de Lula, a fim de entender seus impactos na política externa brasileira em relação aos direitos humanos.

O desrespeito à constituição e a subalternização dos direitos humanos na política externa brasileira durante o governo Bolsonaro

Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil em 2019, após uma longa trajetória como deputado federal pelo Rio de Janeiro. Conhecido por discursos autoritários, defendeu valores cristãos e a família tradicional, consolidando-se como figura do conservadorismo nacional. Crítico de pautas progressistas e dos direitos humanos, apoiou a pena de morte, a tortura e condenou o aborto em qualquer circunstância. Antes mesmo de seu governo, seus comentários machistas, racistas, xenofóbicos e homofóbicos já indicavam sua abordagem para os direitos humanos na política externa.

O presidente argumentava que administrações anteriores desperdiçaram oportunidades e enfraqueceram o país com políticas internacionais equivocadas. Assim, logo após sua eleição, prometeu reformular completamente a política externa do Brasil, um processo que Spektor (2019) chamou de “diplomacia de ruptura”. Nesse contexto, Pecequillo (2021) observa que a estratégia diplomática traçada foi predominantemente anti-multilateralista e contrária a regimes internacionais. Monte e Hernandez (2021) acrescentam que o governo direcionou suas principais críticas a organizações e regimes que entravam em conflito com os valores conservadores e religiosos do presidente. Rodrigues (2019) destaca

ainda, que essa ruptura foi orientada por uma ideologia de extrema-direita, altamente conservadora e nacionalista, que confundiu políticas de Estado com políticas de governo, rompendo com a abordagem pragmática das relações internacionais brasileiras e confrontando paradigmas estabelecidos há muito tempo, como a busca pelo bom convívio internacional.

Aqui, é crucial destacar que tanto o cenário interno quanto externo favoreceram o desmonte da política externa de direitos humanos sob Bolsonaro. Internamente, sua ascensão refletiu o crescimento do conservadorismo, com apoio a valores tradicionalistas e maior restrição aos direitos humanos. Seu discurso eleitoral, crítico de políticas progressistas e defensor de uma agenda rígida de segurança pública, ressoou especialmente entre evangélicos, que na época compunham mais de um terço da população. Além disso, a extrema-direita ganhou espaço em ambientes institucionais, incluindo o Congresso (CASARÕES, 2020; MONTE, HERNANDEZ, 2021).

No cenário externo, a ascensão de líderes populistas e nacionalistas, como Donald Trump nos Estados Unidos e Viktor Orbán na Hungria, criou um ambiente global favorável a políticas conservadoras (LOUGHLIN, 2017). Bolsonaro aproveitou essa conjuntura para estreitar laços com esses líderes, buscando legitimar sua agenda nacionalista e restritiva. Esse contexto internacional mais favorável às políticas conservadoras contribuiu para o enfraquecimento dos compromissos históricos do Brasil com os direitos humanos, refletindo-se em uma política externa mais focada em prioridades econômicas e securitárias (SPEKTOR, 2019).

Dessa forma, ao longo do mandato Bolsonarista, várias medidas afastaram a política externa brasileira dos princípios de direitos humanos previstos na Constituição. A seguir, em um movimento não exaustivo, destacamos algumas delas. Uma das promessas do presidente foi retirar o Brasil do Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH), alegando viés político à esquerda da instituição. Embora não tenha cumprido essa promessa, o Brasil passou a adotar uma postura mais conservadora no CDH, apoiando propostas de países com histórico de violações de direitos humanos, como Paquistão e Arábia Saudita (BRAGA, 2020; MONTE, HERNANDEZ, 2021). A assinatura da Declaração do Consenso de Genebra, em 2020, foi outra medida significativa, promovendo valores conservadores e restringindo os direitos das mulheres e da comunidade LGBT (CHADE, 2020). Além disso, o governo foi acusado de violar o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3)⁶ por meio de práticas administrativas e declarações públicas, situação inédita que levou o nome de Bolsonaro ao Tribunal Penal Internacional (OLIVEIRA, 2019; PECEQUILO, 2021).

Aqui, é pertinente destacar também algumas percepções de relevantes atores internacionais. A Human Rights Watch (HRW), em relatório de 2023, destacou que o governo Bolsonaro tentou minar a confiança no sistema eleitoral, atacou a liberdade de expressão e a independência do judiciário, além de enfraquecer políticas ambientais e de direitos indígenas (HRW, 2024a). Da mesma forma, a Anistia Internacional criticou o governo, listando 32 violações de direitos humanos e retrocessos nos primeiros mil dias de sua gestão. Esses posicionamentos refletem a preocupação internacional e revelam a percepção externa sobre o governo Bolsonaro (DOUGLAS, 2021).

Diante desse quadro, o ataque bolsonarista aos direitos humanos e, consequentemente, aos princípios constitucionais relacionados a esse tema, é evidente. No entanto, é importante ressaltar que isso não é um fato isolado, mas sim parte de um movimento mais amplo. A ofensiva desse governo não se limitou aos direitos humanos, mas se estendeu a praticamente todas as pautas progressistas, além de valores democráticos fundamentais e interpretações constitucionais.

Por essa perspectiva, Koerner e Maia (2024) afirmam que, após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, o Brasil vivenciou uma separação entre políticas neoliberais e práticas democráticas, com a implementação de medidas

⁶ Atualmente, o PNDH-3 representa a principal orientação em matéria de direitos humanos no Brasil. Aprovado como lei em 2009, sua não observância não acarreta sanções penais, porém, gestores públicos que o desrespeitam estão sujeitos a serem responsabilizados por atos de improbidade administrativa (OLIVEIRA, 2019).

econômicas de liberalização e a erosão de princípios como participação popular e justiça social. Com Bolsonaro, essa separação se aprofundou, levando a uma ordem política autoritária, que combinou liberalização econômica extrema com conservadorismo social. Esse movimento culminou na tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, visando substituir a democracia por um regime militar liderado por Bolsonaro. Os autores destacam que, embora a democracia constitucional tenha sido preservada por medidas do governo Lula, o regime sofreu uma reconfiguração, com um abalo nas instituições democráticas e políticas públicas.

Trazendo para o diálogo o trabalho de Balkin (2017)⁷, entendemos que o momento vivido pelo Brasil ao longo desses últimos anos pode ser entendido como uma *constitutional rot*, isto é, uma deterioração constitucional. Segundo o autor, *constitutional rot* caracteriza-se por ser um processo gradual e contínuo de deterioração das normas constitucionais e da ordem democrática em uma sociedade. Esse fenômeno ocorre quando as instituições democráticas e as normas constitucionais são erodidas ao longo do tempo, muitas vezes devido a mudanças políticas, pressões externas ou internas, e à falta de manutenção e proteção dessas normas. A ideia sugere que, sem esforços contínuos para fortalecer e preservar a constituição e suas normas, uma sociedade pode entrar em um ciclo de decadência constitucional, onde as estruturas e princípios fundamentais podem ser comprometidos ou mesmo desmantelados.

Câmara e Almeida (2023), com base em um conceito semelhante ao de Balkin (2017), mas adaptado ao contexto brasileiro, argumentam que o país vivenciou um processo de erosão constitucional, cuja intensificação ocorreu principalmente durante o governo Bolsonaro, embora sem um marco específico de início. Segundo os autores, estratégias como atos unilaterais, captura institucional, fragilização administrativa, nomeações inadequadas e militarização da administração resultaram no enfraquecimento das instituições democráticas. Isso é evidenciado, por exemplo, nas frequentes críticas e tentativas de minar a autoridade do Supremo Tribunal Federal (STF), cuja legitimidade continua sendo atacada por parlamentares, mesmo após a saída de Bolsonaro da presidência. Além disso, o fortalecimento de movimentos extremistas que clamam por intervenção militar e promovem discursos polarizadores tem enfraquecido o consenso democrático, comprometendo a estabilidade constitucional do Brasil (COUTO, 2023).

Sendo assim, diante desse gradual cenário de enfraquecimento constitucional, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 pode ser vista como um ponto de inflexão nesse processo. Com base em seus governos anteriores e em sua retórica, o presidente demonstra empenho em restaurar a ordem constitucional vivida no Brasil em um passado recente. No entanto, dado que a deterioração foi gradual, é razoável que o processo de restauração também siga essa mesma perspectiva. Assim, com menos da metade de seu mandato cumprido, é cedo para afirmar que a ordem constitucional será completamente restaurada sob o governo Lula III. Ainda assim, como será demonstrado na próxima seção com exemplos tangíveis, são notáveis os esforços para retomar uma política externa mais alinhada com a Constituição, especialmente no que diz respeito à defesa e promoção dos direitos humanos internacionalmente.

Lula III, avanços e desafios para o estabelecimento de uma política externa mais constitucional

Considerando o propósito do governo Lula III de retomar a política externa dos dois primeiros mandatos, é importante analisar o novo contexto enfrentado pelo presidente e entender como ele difere daquele período de 2003 a 2011.

Nesse sentido, é importante destacar que, nos dois primeiros mandatos de Lula, o Brasil viveu um período de grande estabilidade econômica, com crescimento da renda, redução da pobreza e inclusão social, o que garantiu amplo apoio, inclusive de influentes elites econômicas. Esse próspero cenário doméstico foi favorecido também por fatores externos, como a globalização e o aumento da multipolaridade no sistema internacional. Assim, o notável crescimento

⁷ Ainda que Balkin (2017) tenha como foco o contexto interno estadunidense vivido ao longo do governo Trump, quando analisamos o caso brasileiro com base em suas chaves de análises, conseguimos encontrar elementos do que o autor chama de *constitutional rot*.

econômico interno e um ambiente internacional mais favorável ao multilateralismo permitiram que o Brasil de Lula adotasse uma política externa mais assertiva, ampliando sua influência global em questões como combate à fome, direitos humanos e meio ambiente (SANTOS FILHO, 2024).

Já no terceiro mandato de Lula, o Brasil enfrenta uma realidade distinta. Como mencionado na seção anterior, a conjuntura interna é caracterizada por grande polarização e tentativas de ruptura democrática. Além disso, o cenário internacional tornou-se ainda mais desafiador. Além da ascensão da extrema-direita no mundo, quando assumiu a presidência, o governo se deparou com um contexto global fragmentado, marcado por conflitos como a guerra entre Rússia e Ucrânia e o conflito Israel-Hamas, exigindo uma diplomacia adaptável. A diversidade de interesses no BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) dificultou a formação de consenso entre seus membros, e a competição entre grandes potências, como EUA e China, representou uma ameaça à autonomia brasileira. Por fim, a instabilidade na América Latina e o aumento da presença econômica chinesa na região também complicaram a busca pela autonomia na política externa (SANTOS FILHO, 2024; MASCHIETTO, 2024).

Diante dos desafios internos e externos, promover uma política externa alinhada à de 2003-2011 não seria tarefa fácil. No entanto, desde o início de seu mandato, Lula tem demonstrado compromisso em realinhar a política externa brasileira aos princípios de sua gestão anterior. Em seus primeiros discursos, o presidente destacou mudanças e objetivos, como a reintrodução do multilateralismo e a busca por soluções internacionais via cooperação. Reforçou também a necessidade de reativar fóruns regionais, como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), garantindo uma melhor integração latino-americana. Além disso, a agenda ambiental, com foco na proteção dos biomas e da Amazônia, ganhou destaque, especialmente na 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP-27) (LIMA; IVES, 2024; SANTOS FILHO, 2024).

No que se refere aos direitos humanos na política externa do governo Lula III, foco central deste trabalho, destacam-se iniciativas que indicam uma reconfiguração significativa dessa agenda. Nesse contexto, Milani e Ives (2023) apontam que, sob um governo progressista de esquerda, essa temática inevitavelmente assumiria novos contornos, especialmente após os ataques negacionistas e a reinterpretação de seus significados políticos durante o governo anterior. No entanto, essa nova abordagem apresenta características um pouco diferentes das observadas nos mandatos anteriores de Lula. Essa abordagem, no entanto, apresenta diferenças em relação aos mandatos anteriores de Lula. Nesse sentido, é interessante o argumento de Resende (2023), que, ao comparar os primeiros mandatos de Lula com o atual, esclarece que, nos primeiros anos de governo, houve um diálogo⁸ com vários atores não governamentais para criar arranjos institucionais que apoiassem a política externa, com amplo apoio nacional. Já no atual mandato, a abordagem foca em responder ao conservadorismo dos anos anteriores, com um esforço inicial para dismantelar políticas desalinhadas aos princípios de direitos humanos antes de buscar sua reconstrução.

Em cima desse argumento, Resende (2023) indica ainda que essa postura do governo brasileiro fica refletida no discurso de posse de Mauro Vieira, Ministro de Relações Exteriores. Nas falas do diplomata, os direitos humanos foram mencionados para enfatizar o alinhamento da política externa com esses princípios, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e pelo próprio direito internacional. Em sua ótica, o objetivo do Itamaraty deveria ser a promoção da igualdade de gênero, o combate à discriminação e a violência baseadas na orientação sexual e identidade de gênero, a impulsão a igualdade racial, o enfrentamento do racismo e da xenofobia, além da defesa do meio ambiente e dos direitos dos povos indígenas (MRE, 2023). Importante mencionar que diversos desses relevantes objetivos jamais foram

⁸ Em 2005, por exemplo, foi criado o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (CBDHPE) para promover a transparência e a participação da sociedade civil na formulação de posições internacionais (RESENDE, 2023).

observados em pronunciamentos de Bolsonaro ou de membros de sua administração, o que torna ainda mais sensível e urgente para o novo governo a necessidade de retomá-los.

Neste ponto, assim como foi importante destacar as políticas de Bolsonaro para evidenciar seu distanciamento dos direitos humanos, é necessário também ressaltar as medidas concretas do governo Lula III que buscam reaproximar a política externa do país dessa temática. Dessa forma, primeiramente, é importante recordar que durante o governo Bolsonaro, o país fez duras críticas ao CDH e apoiou Israel em resoluções controversas na instituição (BRAGA, 2020). Para reverter essa postura, o novo governo, por meio de Silvío de Almeida, então Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, oficializou a candidatura do Brasil para o CDH (2024-2026), destacando a importância dos direitos humanos na inserção internacional do Brasil, principalmente por ser um dos países de maior expressão no Sul Global (RESENDE, 2023; MDHC, 2023).

Uma outra importante medida tomada, que de fato demonstra uma ampla reconfiguração política, foi a retirada do país da já citada Declaração de Consenso de Genebra logo em seu primeiro mês de governo. Como justificativa, o Ministério das Relações Exteriores afirmou que o documento, ancorado em uma noção bastante conservadora de questões sociais, apresenta uma visão restrita dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, além de uma concepção extremamente limitada do que constitui uma família, o que pode afetar a legislação nacional, incluindo os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, de acordo com o governo, o Brasil precisa se comprometer, na verdade, com tratados e instituições que promovam a igualdade de gênero, o combate à violência e discriminação, e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (RESENDE, 2023; LIMA; IVES, 2024).

Também é pertinente mencionar aqui que, no primeiro mês do governo Lula, sua administração promoveu o retorno do Brasil ao Pacto das Migrações, que havia sido abandonado pelo país no início de 2019, sob a justificativa de representar uma ameaça à soberania nacional. Tal pacto foi concebido em 2018 com o objetivo de fortalecer a cooperação internacional no gerenciamento da migração, facilitar a regularização dos migrantes, fornecer serviços e eliminar a discriminação contra eles. A reintegração do Brasil ao Pacto, significa um retorno ao compromisso brasileiro com a migração, também estipulado na Constituição. Isso beneficia, ainda, os mais de 4 milhões de brasileiros que vivem no exterior, uma cifra superior ao número de migrantes residentes no país (RESENDE, 2023; LIMA; IVES, 2024).

Como pode ser observado, Lula III tem buscado manter uma linha de política externa consideravelmente pragmática em prol dos direitos humanos. Contudo, também é crucial destacar de forma enfática os contextos e contradições próprias desse governo que impactam a análise de sua política externa e, de certa forma, a afastam de estar plenamente alinhada com a defesa e promoção dos direitos humanos no cenário internacional.

Nesse sentido, os conflitos envolvendo Rússia-Ucrânia e Israel-Palestina ganham grande centralidade na inserção internacional do governo brasileiro. Embora a presidência busque a todo momento ocupar a tradicional posição de mediador de conflitos, tais eventos vêm sendo amplamente politizados, o que gera enorme pressão interna e externa sobre as abordagens do governo. Em ambos os casos existem descontentamentos tanto da comunidade internacional quanto da oposição doméstica, que na situação envolvendo Rússia e Ucrânia demandam por posições mais assertivas do governo, enquanto na circunstância de Israel e Palestina advogam por uma postura de maior alinhamento com os israelenses (BELÉM LOPEZ, 2024; MASCHIETTO, 2024). Dessa forma, a política autonomista de proteção aos direitos humanos e de defesa da paz mundial, embora mantida, vem sendo amplamente impactada e dificultada pela polarização desses tópicos.

É importante ressaltar que a ascensão da extrema-direita em ambientes institucionais, especialmente no Congresso, não foi interrompida pela eleição de Lula em 2022, o que, somado a outras questões conjunturais, dificulta a autonomia política do governo, especialmente em relação aos direitos humanos e à posição internacional do Brasil. Enquanto entre 2003 e 2011 a diplomacia de direitos humanos foi mais assertiva e gerou ganhos de legitimidade, no terceiro mandato Lula enfrenta uma situação distinta. A atuação em direitos humanos tornou-se mais controversa

externamente devido às tensões geopolíticas, e internamente, o governo enfrenta uma oposição sistemática que limita sua capacidade de responder às pressões externas. Assim, grandes reformas políticas requerem constantes negociações e concessões. A resistência conservadora às iniciativas mais progressistas de Lula pode levar a conflitos, como vetos e disputas judiciais, intensificando as tensões com o Legislativo. Como exemplo, em 2024, um projeto de lei controverso⁹ sobre aborto foi discutido na Câmara dos Deputados, evidenciando as divergências entre o Executivo e uma grande parcela de políticos conservadores no Congresso (SCHROEDER; SOUZA, 2024; MELO, 2024).

Aqui também é pertinente abordar importantes contrapontos acerca dos avanços promovidos por Lula. Por essa perspectiva, em seu relatório mundial de janeiro de 2024¹⁰, a *Human Rights Watch* (HRW) reconheceu progressos em diversas áreas, mas apontou falhas significativas. A organização criticou a postura permissiva do governo Lula em relação às ações autoritárias de Nicolás Maduro, aliado do Brasil, e afirmou que o país deveria usar sua posição global, como membro do CDH, BRICS e presidente do G20 em 2024, para defender os direitos humanos e repudiar abusos, independentemente de interesses geopolíticos. A HRW também alertou que o governo Lula III não adotou medidas eficazes para combater a violência policial, que afeta desproporcionalmente as comunidades negras, ressaltando que, embora a responsabilidade pelas forças estaduais seja dos governadores, o governo federal tem competência para coordenar ações e vincular o financiamento federal à redução de mortes por intervenção policial (HRW, 2024b).

De maneira análoga, em 2024 a União Europeia (UE) também publicou um relatório¹¹ sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, destacando tanto os avanços quanto problemáticas. Para os europeus, o retorno de Lula à presidência em 2023 representou um avanço importante para a proteção dos direitos humanos, com a criação de novos ministérios voltados para os povos indígenas, mulheres e igualdade racial, além da reintrodução de programas sociais. A UE salienta também que houve uma significativa redução na violência contra jornalistas, e o governo adotou uma postura mais respeitosa com os ativistas de direitos humanos. Contudo, esse relatório também alerta sobre problemas persistentes, como a violência policial, a superlotação nas prisões e os ataques a mulheres e minorias no país (EEAS, 2024).

Embora algumas das problemáticas apontadas nesses relatórios sejam recorrentes no Brasil há anos, tanto em governos de esquerda quanto de direita, como o do antecessor de Lula, que adotava uma postura mais rígida e desconsiderava os direitos humanos, é fundamental considerar as implicações dessa situação para a atual política externa do país. Isso se torna ainda mais relevante quando organizações internacionais ressaltam essas questões, o que pode afetar as relações exteriores do Brasil, especialmente para um governo que se posiciona como grande defensor dos direitos humanos.

Por fim, aqui é pertinente mencionar o recente caso da demissão de Silvío de Almeida do MDHC, motivada por acusações de assédio sexual feitas por diversas mulheres, incluindo Anielle Franco, Ministra da Igualdade Racial do Brasil. Embora o caso ainda esteja sendo investigado, o governo emitiu um comunicado reiterando que, devido à gravidade das acusações, a permanência do ex-ministro no cargo se tornou insustentável. O comunicado também reafirma o compromisso do Governo Federal com os direitos humanos e destaca que nenhuma forma de violência contra as mulheres será tolerada (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2024). Como resultado, a imagem do governo foi prejudicada, já que Silvío de Almeida era uma figura chave nessa área no governo Lula (MAIA, 2024).

Finalizando esta seção, é importante observar que o movimento realizado aqui não se pretende exaustivo, mas buscou evidenciar com alguns exemplos concretos como o governo de Lula tem buscado promover uma política externa alinhada com os direitos humanos e com a Constituição, destacando, no entanto, os desafios internos e externos que

⁹ O projeto de lei (PL 1904/24), ao propor que o aborto realizado após 22 semanas de gestação seja equiparado ao crime de homicídio simples, levanta a possibilidade preocupante de que uma mulher vítima de estupro que decidisse interromper a gravidez poderia enfrentar uma pena mais severa do que o próprio estuprador (SCHROEDER; SOUZA, 2024).

¹⁰ O relatório da HRW é produzido anualmente e analisa as práticas de direitos humanos em mais de 100 países.

¹¹ Segundo o “2023 Annual Report on Human Rights and Democracy in the World - Country Updates”.

limitam seus objetivos e geram contradições. Baseado na APE Mendes (2017) afirma, que são essas características internas e externas, muitas vezes circunstanciais, que condicionam as escolhas e ações em política externa. Assim, o grande desafio de Lula III é conciliar seu objetivo declarado de retomar a política externa de seus primeiros mandatos com um contexto doméstico e internacional muito mais complexo e conturbado do que naquele período.

Considerações finais

Rompendo com anos de uma política externa constitucionalmente alinhada com a defesa e promoção dos direitos humanos, a recente passagem de Bolsonaro pelo governo deixou marcas que desafiaram os princípios democráticos e os compromissos internacionais brasileiros, refletidos em um processo que, como visto nesta pesquisa, pode ser caracterizado como uma deterioração ou erosão constitucional. Ao confundir políticas de governo com políticas de Estado, a administração bolsonarista não apenas negligenciou a promoção dos direitos humanos, mas também enfraqueceu as instituições democráticas do país, minando a credibilidade do Brasil tanto no âmbito doméstico quanto no internacional, ao ter adotado uma abordagem que priorizou interesses ideológicos próprios em detrimento de princípios constitucionais e compromissos internacionais.

No entanto, em direção oposta, ao analisar as ações e direcionamentos adotados pelo governo Lula III, fica claro o empenho para de realinhar a política externa brasileira com a promoção dos direitos humanos, não apenas na retórica, mas na prática também. Assim, nota-se que políticas progressistas, como, por exemplo, a reintegração ao Pacto Global sobre Migração, a candidatura para o CDH e a criação de novos ministérios destinados a minorias, além de outras medidas voltadas diretamente para a promoção e defesa dos direitos humanos, como a solução pacífica de conflitos, vêm sendo recorrentemente implementadas nesse novo governo. Todavia, torna-se evidente também que o contexto internacional e doméstico, é consideravelmente distinto daquele observado de 2003 a 2011, sendo marcado sobretudo pelo escalonamento de conflitos mundiais e pela ascensão da extrema-direita no Congresso brasileiro e no mundo, o que impõe desafios à execução plena dos objetivos políticos almejados por Lula III.

Antes de concluir esta pesquisa, é importante reconhecer suas limitações, que, no entanto, não diminuem sua relevância. A primeira é temporal, dado que o governo Lula III ainda está em andamento e novos desdobramentos podem surgir. A segunda é de escopo, considerando a centralização característica tanto de Lula quanto de Bolsonaro, o que levou o foco a recair sobre a atuação do Executivo. No entanto, é importante reconhecer a relevância de outras burocracias e da sociedade civil, fatores igualmente importantes na APE, e que aqui foram abordados de maneira mais sucinta. Apesar dessas limitações, o trabalho oferece perspectivas relevantes para responder à questão proposta. Embora seja cedo para conclusões definitivas, as iniciativas de Lula indicam avanços significativos no enfrentamento do desmonte bolsonarista em relação aos direitos humanos, mesmo diante de desafios contextuais que demandam habilidade diplomática e conciliatória.

Concluindo, este estudo dialoga com outros trabalhos que utilizam a abordagem de APE e com aqueles que identificam a crescente influência do conservadorismo e das agendas de extrema-direita nas políticas externas de governos ao redor do mundo. Essa tendência reflete uma mudança na forma como os direitos humanos são priorizados, com uma ênfase crescente em valores conservadores, na soberania nacional e nos interesses econômicos e de segurança, muitas vezes em detrimento da cooperação internacional e da proteção dos direitos humanos. Sendo assim, futuros estudos podem se concentrar em ampliar a análise além do início do mandato de Lula III, explorando como seu governo tem enfrentado os desafios impostos pela ascensão da extrema-direita em ambientes institucionais domésticos e internacionais, bem como seria relevante investigar com maior afinco os obstáculos promovidos pela própria sociedade civil brasileira, influenciada por essa ideologia conservadora e pela extrema-direita, na formulação de políticas exteriores em prol da temática.

Referências

- ALLISON, Graham T. **Essence of decision: Explaining the Cuban missile crisis**. Boston: Little, Brown, 1971.
- ALMEIDA, João Daniel Lima de. **Manual do Candidato: História do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.
- ALVES, José Augusto Lindgren. **Os direitos humanos como tema global**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BALKIN, Jack. Constitutional Crisis and Constitutional Rot. **Maryland Law Review**, v. 77, p. 147, 2017.
- BELÉM LOPES, Dawisson. A política exterior no ano inaugural do governo Lula III. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, n. 9, p. 80-102, 2024.
- BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. Democratização, política externa e direitos humanos: uma releitura do caso brasileiro. **Rev. Carta Inter.**, v. 15, n. 1, p. 185-207, 2020.
- CÂMARA, Heloisa Fernandes; ALMEIDA, Ana Paula Cardoso. Estratégias de erosão constitucional no Brasil: bolsonarismo e a desconstituição por meios legais e administrativos. **Revista Direito e Práxis**, v. 14, n. 4, p. 2432-2462, 2023.
- CARRANZA, Brenda; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Ultraconservadorismo católico: Mimeses dos mecanismos da erosão democrática brasileira. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 119, p. 48-75, 2023.
- CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. Religião e poder: a ascensão de um projeto de "nação evangélica" no Brasil?. **Interesse Nacional**, n. 49, p. 9-16, abr./jun. 2020
- CHADE, Jamil. **Às vésperas de eleição, Brasil assinará declaração antiaborto com Trump**. UOL. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/10/08/as-vesperas-de-eleicao-brasil-assinara-declaracao-antiaborto-com-trump.htm?>>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- CHADE, Jamil. **Governo omite violência policial de raio-x sobre direitos humanos no Brasil**. UOL, 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/05/26/governo-omite-violencia-policial-de-raio-x-sobre-direitos-humanos-no-brasil.htm?>>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. O Brasil de Bolsonaro: Uma democracia sob estresse. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 28, 2023.
- DOUGLAS, Alessandro. Anistia Internacional lista 32 violações de direitos humanos e retrocessos nos mil dias do governo Bolsonaro. **Unicap**, 2021. Disponível em: <https://portal.unicap.br/w/anistia-internacional-lista-32-violacoes-de-direitos-humanos-e-retrocessos-nos-mil-dias-do-governo-bolsonaro?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 23 dez. 2024.
- EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE. **2023 Annual Report on Human Rights and Democracy in the World - Country Updates - Brazil**. Disponível em: <https://www.eeas.europa.eu/delegations/brazil/2023-annual-report-human-rights-and-democracy-world-country-updates-brazil_und_en>. Acesso em: 23 dez. 2024.
- GONÇALVES, Fernanda Nanci; PINHEIRO, Leticia. **Análise de política externa: o que estudar e por quê?**. Editora Intersaberes, 2020.
- GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. A política de promoção aos direitos humanos no Governo Lula. **Revista Debates**, v. 4, n. 2, p. 107-107, 2010.
- HUMAN RIGHTS WATCH. **Brasil: Eventos de 2022**. Disponível em: <<https://www.hrw.org/world-report/2023/country-chapters/brazil>>. Acesso em: 23 dez. 2024a.
- HUMAN RIGHTS WATCH. **Brasil: Inconsistências em direitos humanos no primeiro ano do governo Lula**. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/news/2024/01/11/brazil-mixed-rights-record-lulas-first-year>>. Acesso em: 14 jul. 2024b.
- KOERNER, Andrei; MAIA, Marrielle. Uma análise político-constitucional das políticas no campo de direitos humanos durante o mandato de Bolsonaro. In: ENDO, Paulo C.; KOERNER, Andrei; VENTURA, Raíssa W. (Org.). **Ensaio críticos e experimentações em direitos humanos, democracia e memória**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2024, p. 124-146.
- LIMA, Maria Regina Soares; IVES, Diogo. Desafios políticos na implementação da política externa do governo Lula 3. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, n. 9, p. 103-122, 2024.
- LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Marianna. O estilo Bolsonaro de governar e a política externa. **Boletim OPSA**, v. 1809, p. 15-21, 2019.
- LOUGHLIN, Martin. The contemporary crisis of constitutional democracy. **Oxford Journal of Legal Studies**, v. 39, n. 2, p. 435-454, 2019.

MAIA, Elijonas. Entenda o inquérito na PF que investiga denúncias de assédio contra Silvío Almeida. **CNN Brasil**, 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-o-inquerito-na-pf-que-investiga-denuncias-de-assedio-contra-silvio-almeida/>>. Acesso em: 23 dez. 2024.

MARTINS, Américo. **Brasil assume Presidência do G20, e Lula diz que “geopolítica não pode sequestrar” agenda do bloco**. CNN Brasil, 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/brasil-assume-presidencia-do-g20-e-lula-diz-que-geopolitica-nao-pode-sequestrar-agenda-do-bloco/>>. Acesso em: 21 ago. 2024.

MASCHIETTO, Roberta Holanda. “O Brasil está de volta”, mas o mundo é outro: os desafios da política externa na terceira gestão de Lula. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, n. 9, p. 9-16, 2024.

MELO, Carlos Ranulfo. DEMOCRACIA, DIREITA E “LULA 3”: a eleição de 2022 e seus desdobramentos. **Caderno CRH**, v. 37, p. 1-16, 2024.

MENDES, Pedro Emanuel. Como compreender e estudar a decisão em política externa: reinterpretando os clássicos. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 6, n. 1, p. 8-36, 2017.

MILANI, Carlos. Atores e agendas no campo da política externa brasileira de direitos humanos. In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos R.S. (Org.). **Política externa brasileira: a política das práticas e as práticas da política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 33-71, 2011.

MILANI, Carlos; IVES, Diogo. A política externa brasileira a partir de 2023: a necessidade de uma frente ampla nacional, regional e internacional. **CEBRI-Revista**. Ano 2, N. 5 (Jan-Mar), p. 127-146, 2023.

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto internacional**, v. 35, p. 11-41, 2013.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Discurso do Embaixador Mauro Vieira por ocasião da posse no cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores - Brasília, 2 de janeiro de 2023. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-embaixador-mauro-vieira-por-ocasio-da-posse-no-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2023>>. Acesso em: 22 dez. 2024.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Silvío Almeida reverencia luta por memória, verdade e justiça em discurso de posse como ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania**. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/silvio-almeida-reverencia-a-luta-por-memoria-verdade-e-justica-em-seu-discurso-de-posse-como-ministro-dos-direitos-humanos-e-da-cidadania>>. Acesso em: 22 dez. 2024.

MONTE, Débora Silva do; HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. Human rights foreign policy under Bolsonaro: pleasing the conservative constituency. **Videre**, v. 13, n. 28, p. 89-123, set/dez. 2021.

OLIVEIRA, Marcelo. **Gestão Bolsonaro violou 36 vezes programa de direitos humanos, diz conselho**. UOL. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/12/12/gestao-bolsonaro-violou-36-vezes-programa-de-direitos-humanos-diz-conselho.htm>> Acesso em: 13 jul. de 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>> Acesso em: 11 jul. 2024.

OYAMA, Thaís. **Brasil de Lula 1 e Lula 2 não existe mais**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/thais-oyama/2023/03/21/brasil-de-lula-1-e-lula-2-nao-existe-mais.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2024.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Brazilian foreign policy: from the combined to the unbalanced axis (2003/2021). **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 64, n. 1, 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Comunicado sobre a demissão do ministro Silvío Almeida**. Brasília, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/notas-oficiais/notas-a-imprensa/nota-a-imprensa-comunicado-sobre-silvio-almeida>>. Acesso em: 22 dez. 2024.

RAMANZINI, Haroldo. Uma análise da política externa do governo Lula da Silva. **Revista Debates**, v. 4, n. 2, 2010.

RESENDE, Isadora Lima. Política externa brasileira para os direitos humanos: o terceiro governo Lula da Silva. **Conjuntura Austral**, v. 14, n. 68, p. 113-121, 2023.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. Trump dos Trópicos? Política Externa de Ultradireita no Brasil. **Análisis Carolina**, n. 6, 2019. Disponível em: <<https://www.fundacioncarolina.es/trump-dos-tropicos-politica-externa-de-ultradireita-no-brasil/>> Acesso em: 12 jul. de 2024.

ROSENAU, James N. **Domestic sources of foreign policy**. New York: Free Press, 1967.

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, p. 40-59, 2013.

SANTOS FILHO, João Estevam. Autonomia e seus constrangimentos: política externa do terceiro governo Lula. **Conjuntura Austral**, v. 15, n. 69, p. 19-35, 2024.

SCHROEDER, Lucas; SOUZA, Renata. **Mulher vítima de estupro pode ter pena maior que estuprador em caso de aborto, segundo projeto**. CNN Brasil, 2024. Disponível em:<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mulher-vitima-de-estupro-pode-ter-pena-maior-que-estuprador-em-caso-de-aborto-segundo-projeto/>>. Acesso em: 14 jul. 2024.

SNYDER, Richard C.; BRUCK, Henry W.; SAPIN, Burton M. **Foreign policy decision-making: An approach to the study of international politics**. New York: Free Press, 1962

SPEKTOR, Matias. Diplomacia da ruptura. **Democracia em risco**, v. 22, p. 324-338, 2019.

Funções de colaboração exercidas

Lucas Damasceno Tomazella:

Conceituação; Metodologia; Curadoria de dados; Administração do projeto; Análise formal; Investigação;

Informações fornecidas pelo autor de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

A China na Guiana: interesses geoeconômicos e disputas intra e extra-regionais

China in Guyana: geoeconomic interests and intra and extra-regional disputes

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.143658>

Wanderley dos Reis Nascimento Júnior
Universidade da Força Aérea (UNIFA), Rio de Janeiro, Brasil
wjuniorreis@gmail.com  

Patrícia de Oliveira Matos
Universidade da Força Aérea (UNIFA), Rio de Janeiro, Brasil
pomatos@hotmail.com  

Raísa Barbosa Dias
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil
raisabdias@gmail.com  

Resumo

Este artigo tem por objetivo elucidar os interesses geoeconômicos chineses na América Latina e Caribe (ALC), focando na atuação da China na Guiana. Apesar de sua forte tradição sindicalista e anseios anti-imperialistas, a Guiana permaneceu dependente e suscetível a interesses externos mesmo após sua independência tardia em 1966. A descoberta de reservas de petróleo na região de Essequibo pelo consórcio sino-americano, em 2015, exacerbou a disputa com a Venezuela e evidenciou os interesses da China na região. As análises sobre a Guiana são escassas, e estudos sobre a presença da China na ALC tendem a focar na substituição dos EUA pela potência asiática. Este artigo busca sanar essa lacuna e apresentar uma perspectiva contrária à ideia de substituição de hegemonias. A análise é realizada por meio de revisão bibliográfica e coleta de informações em bases como AidData, American Enterprise Institute, FMI, SIPRI e Trade Map. Defende-se que a simbiose financeira entre empresas ocidentais e chinesas na Guiana refuta o argumento de disputa geoeconômica de soma zero entre EUA e China, demonstrando um jogo geoeconômico de soma positiva no país sul-americano.

Palavras-chave: Essequibo; Guiana; China; América Latina e Caribe; Geoeconomia.

Abstract

This article aims to elucidate China's geoeconomic interests in Latin America and the Caribbean (LAC), focusing on China's activities in Guyana. Despite its strong trade union tradition and anti-imperialist aspirations, Guyana has remained dependent and susceptible to external interests even after its late independence in 1966. The discovery of oil reserves in the Essequibo region by a Sino-American consortium in 2015 exacerbated the dispute with Venezuela and highlighted China's interests in the region. Analyses concerning Guyana are scarce, and studies on China's presence in LAC tend to focus on the substitution of the United States by the Asian power. This article seeks to address this gap and present a perspective contrary to the idea of hegemonic substitution. The analysis is conducted through bibliographic review and data collection from sources such as AidData, the American Enterprise Institute, the IMF, SIPRI, and Trade Map. It argues that the financial symbiosis between Western and Chinese companies in Guyana refutes the zero-sum geoeconomic competition narrative between the United States and China, demonstrating a positive-sum geoeconomic game in the South American country.

Keywords: Essequibo; Guyana; China; Latin America and the Caribbean; Geoeconomic.

Recebido: 30 Outubro 2024
Aceito: 19 Março 2025

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

Em três de dezembro de 2023, a Venezuela anunciou a “*abrumadora victoria*” a favor da criação do estado da Guayana Esequiba no chamado “Referendo Consultivo por la Defensa del Esequibo” (LEÓN, 2023). O referendo intensificou a disputa territorial entre o país e a vizinha Guiana, que administra a região de Essequibo como parte de seu território desde sua independência em 1966. Seis dias depois, o Secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken, conversou com o presidente da Guiana, Mohamed Irfaan Ali, para reafirmar o apoio inabalável dos Estados Unidos da América (EUA) à soberania da Guiana fazendo um apelo para que as partes respeitem a sentença arbitral fronteiriça de 1899, até que cheguem a um novo acordo ou um órgão competente decida o contrário (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2023). No mesmo dia, o Ministro de Relações Exteriores da China, Wang Wenbin, ao tratar sobre a questão em conferência de imprensa, declarou que Venezuela e Guiana são boas amigas da China e exortou uma resolução adequada da questão por meio de consultas amigáveis (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2023).

Desde o final do século XX, a exploração de petróleo e gás na Guiana tem sido conduzida pela ExxonMobil, dos EUA. Em 2008, essa atuação foi ampliada com a formação de um consórcio liderado pela própria ExxonMobil, em parceria com a também estadunidense Hess Corp (30%) e a estatal chinesa China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) (25%). Em 2015, o consórcio anunciou a primeira descoberta comercialmente viável no poço Liza, localizado no Bloco Stabroek, uma área de extração de petróleo offshore situada nas águas continentais da região de Essequibo. Desde então, mais de quatorze poços adicionais foram identificados, elevando as reservas estimadas para aproximadamente 11 bilhões de barris de petróleo (EXXONMOBIL, 2024). A cooperação entre empresas petrolíferas dos EUA e da China no Bloco Stabroek sugere um alinhamento pragmático de interesses, desafiando a noção de um embate geoeconômico excludente entre as duas potências.

Parte da literatura (BERG, 2021; MCDONALD, 2022; ELLIS *et al.*, 2024) sustenta que a crescente presença da China na América Latina e no Caribe (ALC) configura um jogo de soma zero, ao desafiar a hegemonia dos EUA na região. No entanto, o contexto de intensificação das tensões entre um dos principais parceiros regionais da China – a Venezuela – e a Guiana abre espaço para uma reavaliação desse fenômeno. Diante disso, questiona-se: como se configuram os interesses geoeconômicos da China na Guiana após a descoberta de petróleo na região de Essequibo?

Para responder a esse problema de pesquisa, partimos da hipótese de que a simbiose financeira entre empresas ocidentais e chinesas na Guiana, particularmente na área de Essequibo, refuta a noção de um embate geoeconômico excludente entre EUA e China. Em vez disso, sugere-se a configuração de um jogo de soma positiva, no qual ambas as potências compartilham interesses econômicos por meio da participação de suas empresas petrolíferas no setor energético guianense.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia do país triplicou de tamanho desde o início da extração de petróleo (final de 2019), e a produção está aumentando rapidamente, apoiando o maior crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB), dentre todos os países, em 2022 (62,3%) (FMI, 2024). O litígio territorial inseriu, portanto, a questão no jogo de disputas geoeconômicas entre EUA e China na América Latina e Caribe (ALC). Enquanto disputas geopolíticas significam uma contenda territorial de soma zero em seus aspectos político-militares da relação entre Estados, disputas geoeconômicas, no contexto do século XXI, podem ser diferenciadas em dois tipos: competição político-econômica exclusivamente de soma zero (*hard geoeconomics*) ou uma combinação de relações de soma zero e soma positiva (*soft geoeconomics*) (BUZAN; LAWSON, 2014).

Esse cenário abre espaço para avançar, para além da relação EUA, Venezuela e Guiana (PADULA *et al.*, 2023), com os estudos que buscam entender a atuação da China na região e, especificamente, na Guiana (TOMA-GARCIA, 2024). Assim, este artigo tem por objetivo elucidar os interesses geoeconômicos chineses na ALC tendo como foco específico a atuação da China na Guiana.

A Guiana, que possui como língua oficial o inglês, fica localizada no norte da América do Sul e se limita a oeste com a Venezuela, a leste com Suriname e ao sul com o Brasil, principalmente com o estado de Roraima. Com cerca de 215.000 km² de extensão, possuía uma população de cerca de 805 mil habitantes em 2021 (FMI, 2024).

Neste artigo, realizamos uma análise estrutural e conjuntural dividida em três seções, fundamentada em uma metodologia que combina revisão bibliográfica, pesquisa documental e coleta sistemática de dados em bases renomadas. Os dados econômicos foram obtidos no Fundo Monetário Internacional (FMI), enquanto as informações sobre orçamento militar foram extraídas do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). Para a análise do comércio exterior, utilizamos dados de exportações e importações do *Trade Map*. As informações sobre investimentos chineses na Guiana foram coletadas no American Enterprise Institute, e os dados referentes à ajuda internacional para o desenvolvimento foram obtidos no AidData.

Após esta introdução, a primeira seção examina as transformações na ordem internacional no século XXI, destacando os elementos teóricos que sustentam a tese de uma transição de ordem global (FIORI, 1997, 2009; KUPCHAN, 2012; BUZAN; LAWSON, 2014; ELE; FENG, 2022). Além disso, são discutidas abordagens que interpretam essa mudança como um jogo de soma zero, argumentando que a crescente presença da China representa uma ameaça direta à hegemonia dos EUA (BERG, 2021; MCDONALD, 2022; ELLIS *et al.*, 2024). Na segunda seção, são problematizados aspectos geopolíticos e econômicos, como aqueles relacionados aos litígios fronteiriços pendentes, às recentes descobertas petrolíferas e às perspectivas para o desenvolvimento da Guiana. Na terceira seção, apresentamos, por meio da literatura e dos dados coletados, a atuação da China na ALC tendo como ênfase sua relação com a Guiana. E, por fim, são evidenciadas as considerações finais do trabalho.

Mudanças na ordem internacional: um marco teórico

O fim do sistema Bretton Woods e a crise do petróleo na década de 1970 foi uma dura e profunda crise econômica na qual se aventou a “crise da hegemonia americana” (FIORI, 1997). Surgiram, nesse contexto, discussões visando: “esclarecer o processo de nascimento, estabilização e declínio das sucessivas “ordens político-econômicas mundiais” e explicar por que alguns países conseguem impor e depois perder a supremacia mundial” (FIORI, 2000). Desde então a literatura se debruçou sobre as questões chamadas de “transições hegemônicas”.

Fiori (2009) argumenta que, no século XXI, o sistema mundial passou por cinco transformações estruturais: a multiplicação de Estados independentes desde 1945, a formação de um eixo sino-americano na economia global, o papel central e “periferizador” da China no mercado mundial, a crescente fragilidade do sistema monetário baseado no dólar e a emergência de uma competição geopolítica entre EUA e China.

Charles Kupchan (2012), em seu livro “No One’s World”, apresentou o declínio da primazia do Ocidente analisando o que chamou de forças e padrões históricos profundos que vão desde as bases da “ascensão do Ocidente” até a chamada “ascensão do resto” a fim de buscar uma visão panorâmica do fenômeno. Buzan e Lawson (2014) disseram que as mudanças vivenciadas pelo SI, com o advento do século XXI, apontam para o surgimento do que chamaram de “globalismo descentrado”. O mundo do globalismo descentralizado terá várias grandes potências e muitas potências regionais, mas não terá superpotências.

A pandemia da COVID-19 e a guerra Ucrânia-Rússia complexificou ainda mais esse cenário indicando uma possível transição de ordem especialmente na região Indo-Pacífico que é, de acordo com Ele e Feng (2022), o melhor e o pior dos tempos, e o momento mais desafiador para acadêmicos e líderes políticos. A literatura, portanto, por trabalhar com premissas epistemológicas e teóricas distintas, não tem sido consensual a respeito da forma como o mundo está se alterando. Entretanto, os autores coincidem que o advento do século XXI apresentou mudanças importantes no sistema internacional marcado especialmente pela ascensão chinesa.

Quanto à relação entre essas mudanças e seus impactos para a ALC, Song (2024, p. 41, tradução nossa) esclareceu que a ALC “pode se tornar um campo de batalha significativo no jogo de soma zero entre China e EUA, especialmente em setores estratégicos como o de energia”. Antecipando essa perspectiva, alguns autores (BERG, 2021; MCDONALD, 2022; ELLIS *et al.*, 2024) têm argumentado, com ênfase no caso venezuelano, que esse jogo de soma zero já está em curso, uma vez que a crescente presença da China ameaça a hegemonia dos EUA em seu tradicional “quintal”.

A ascensão da Ásia-Pacífico como novo centro econômico, impulsionada pelo crescimento de potências emergentes, desafia a hegemonia tradicional do Ocidente. Paralelamente, a influência crescente de atores não estatais, como corporações multinacionais e ONGs, vem promovendo transformações geopolíticas significativas. Esse realinhamento das dinâmicas de poder acelera a transição para um sistema multipolar e policêntrico, no qual novas ameaças e riscos transnacionais redefinem as relações internacionais. No entanto, dada a complexidade do cenário atual, é essencial cautela ao interpretar essas mudanças, evitando anacronismos que possam obscurecer as especificidades da conjuntura contemporânea. É nesse cenário que nossa análise acerca do nível internacional se insere, uma vez que as questões relacionadas às mudanças na ordem internacional têm implicações diretas para as políticas externas de todos os países especialmente no Sul Global.

A Política Externa da Guiana frente a atores externos

Segundo Visentini (2010), a sobrevivência econômica e a integridade territorial dos territórios da Guiana e do Suriname têm estado associadas à tutela de atores externos. Nesse sentido, a literatura tem apontado a influência dos atores estrangeiros na Guiana em quatro fases. A primeira, de 1966 a 1970, quando a Guiana já é um Estado independente, e pertencente à Comunidade Britânica, nessa fase há uma aproximação com os EUA. Na segunda, de 1970 a 1985 há a formação da República Cooperativa da Guiana e uma política externa de país não alinhado, com a aproximação à União Soviética, China e Cuba. A terceira fase, de 1985 a 1999 reflete o fim do estado socialista, a reaproximação com os EUA e o aumento da dependência econômica externa. Já na quarta fase, a partir dos anos 2000, há uma aproximação com o continente sul-americano a partir de iniciativas como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) (CHAVES *et al.*, 2016).

Lima (2011) aponta uma aproximação entre o Brasil e a Guiana durante o primeiro governo Lula (2003-2006). Porém, para o autor, o “Brasil chegou atrasado” diante da presença de outros países como China, Índia e Rússia com poder de influência em áreas estratégicas. Nesse sentido, Lima (2011) afirma que o Brasil poderia se beneficiar a partir de sua geografia favorável e incluir a Guiana e o Caribe em seu espaço de influência, mesmo com as atenções diplomáticas da Guiana mais voltadas para o hemisfério norte e para o Caribe do que para a América do Sul. Isto se vê evidenciado a partir do fato de que a própria sede da Comunidade do Caribe (CARICOM) se encontra em Georgetown (ABDUL-HAK, 2013) e seu sistema de defesa esteve mais próximo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) do que do antigo Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) (ROCHA; ALBUQUERQUE, 2016).

A partir de 2015, uma nova fase pode ser incorporada às outras quatro apresentadas por Chaves *et al.* (2016). Esta quinta etapa se inicia após as descobertas de petróleo em 2015, com os atuais interesses de empresas estrangeiras petrolíferas e investimentos estrangeiros especialmente da China e dos EUA.

Assim, nesta quinta fase, torna-se evidente não apenas a presença de atores externos, mas também sua instrumentalização pelas elites governantes da Guiana. Estas têm recorrido ativamente a circuitos de territorialização geoeconômica, concedendo a empresas transnacionais áreas disputadas, especialmente pela Venezuela, para a exploração de recursos naturais. A partir do estudo apresentado por Toma-Garcia (2024) é possível constatar que dos 18 Investimentos Estrangeiros Diretos realizados pela China na Guiana, desde 1999, 9 estão na região do Essequibo.

Nesse contexto de concessão de territórios em disputa a corporações estrangeiras, inclusive sino-americanas, a proposição da literatura (PADULA *et al.*, 2023) de que na visão estratégica dos Estados Unidos, os interesses americanos

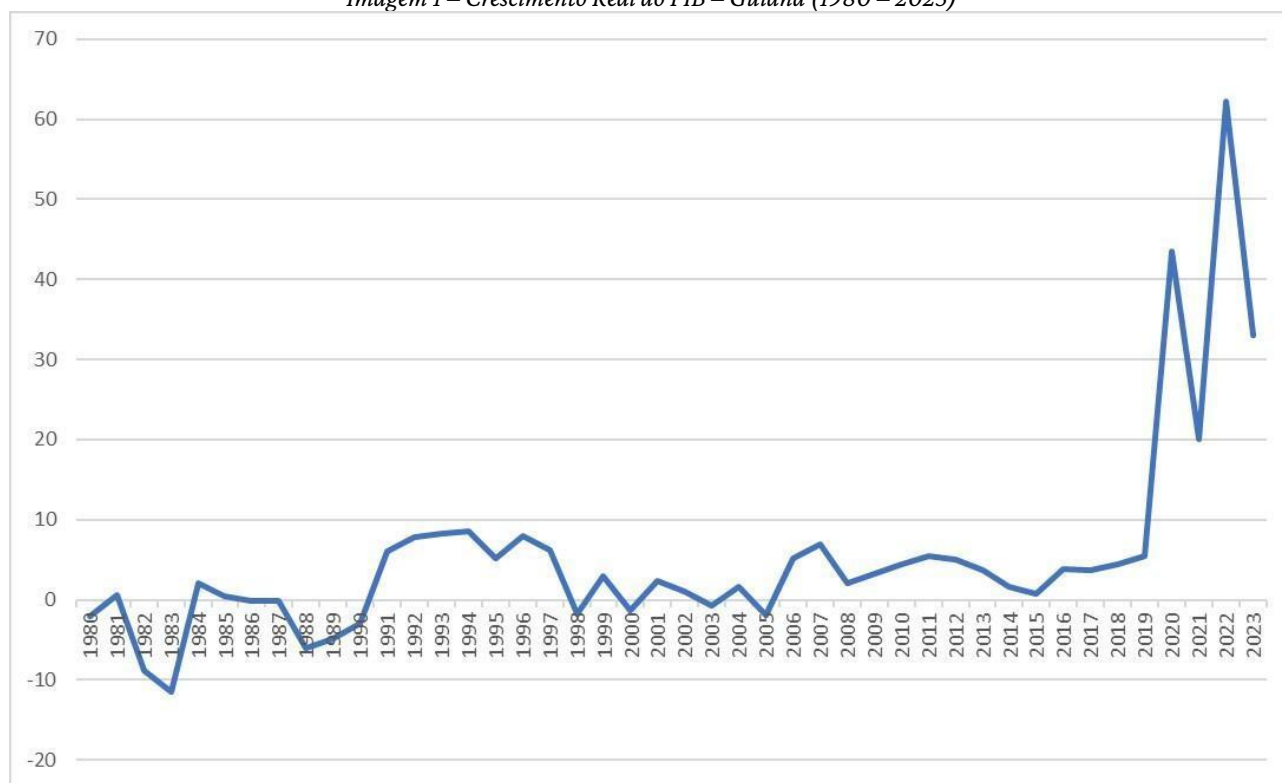
na Guiana, especialmente em relação aos recursos energéticos e à sua posição geopolítica, seriam incompatíveis com a presença econômica ou política de potências externas é desafiada. Assim, é preciso entender além da crescente presença chinesa na Guiana, os aspectos econômicos e geopolíticos do país nesta quinta etapa.

Aspectos econômicos

A Guiana ainda apresenta o segundo menor PIB da América do Sul, se sobressaindo apenas em relação ao Suriname (FMI, 2024), apesar do intenso crescimento registrado como resultado da exploração das recentes descobertas de petróleo.

Mesmo com a pandemia da COVID-19, a Guiana foi uma das poucas nações a alcançar um aumento exponencial do PIB em 2020, com crescimento real de 43%, decorrente das descobertas e exploração de reservas equivalentes a bilhões de barris de petróleo no litoral do país, no mar do Caribe. Esse crescimento se manteve acelerado nos anos seguintes: 62,3% em 2022 e 33% em 2023 (FMI, 2024), conforme a Imagem 1.

Imagem 1 – Crescimento Real do PIB – Guiana (1980 – 2023)



Fonte: elaboração própria com base em FMI (2024)

O Global Edge (2022) identifica como forças da Guiana suas reservas *offshore* de petróleo, atratividade para investimentos em mineração, energia e agricultura, além de sua participação na CARICOM. Entre as vulnerabilidades, destacam-se a dependência de recursos naturais, infraestrutura precária, baixa qualificação da força de trabalho, eventos climáticos extremos, dependência de credores internacionais e alta criminalidade.

As recentes descobertas de petróleo trazem novas perspectivas para a Guiana. Segundo a ExxonMobil (EXXONMOBIL, 2024), as companhias petrolíferas encontraram mais de dez bilhões de barris de prováveis reservas de petróleo e gás acessíveis. A produção começou em 2019 e está aumentando rapidamente.

Contudo, o país não possui uma empresa petrolífera nacional e nem mesmo uma refinaria, e a Guiana se mantém dependente da atuação das companhias multinacionais estrangeiras. Assim, os atores extra-regionais se fazem presentes por meio da principal empresa operadora, a norte-americana ExxonMobil, que tem como sócias a Hess Corp. dos EUA

(30%) e a chinesa CNOOC (25%), que já atuava na exploração de petróleo e gás na Guiana desde 2008.

Essas descobertas poderão trazer benefícios se o país realizar um planejamento adequado da utilização dos recursos do petróleo para dinamizar seu mercado interno produtor e consumidor. Ainda como perspectivas, o crescimento do país poderá ser impulsionado por investimentos públicos e privados em projetos de infraestrutura relacionados à atividade petrolífera, incluindo estradas, telecomunicações e instalações elétricas.

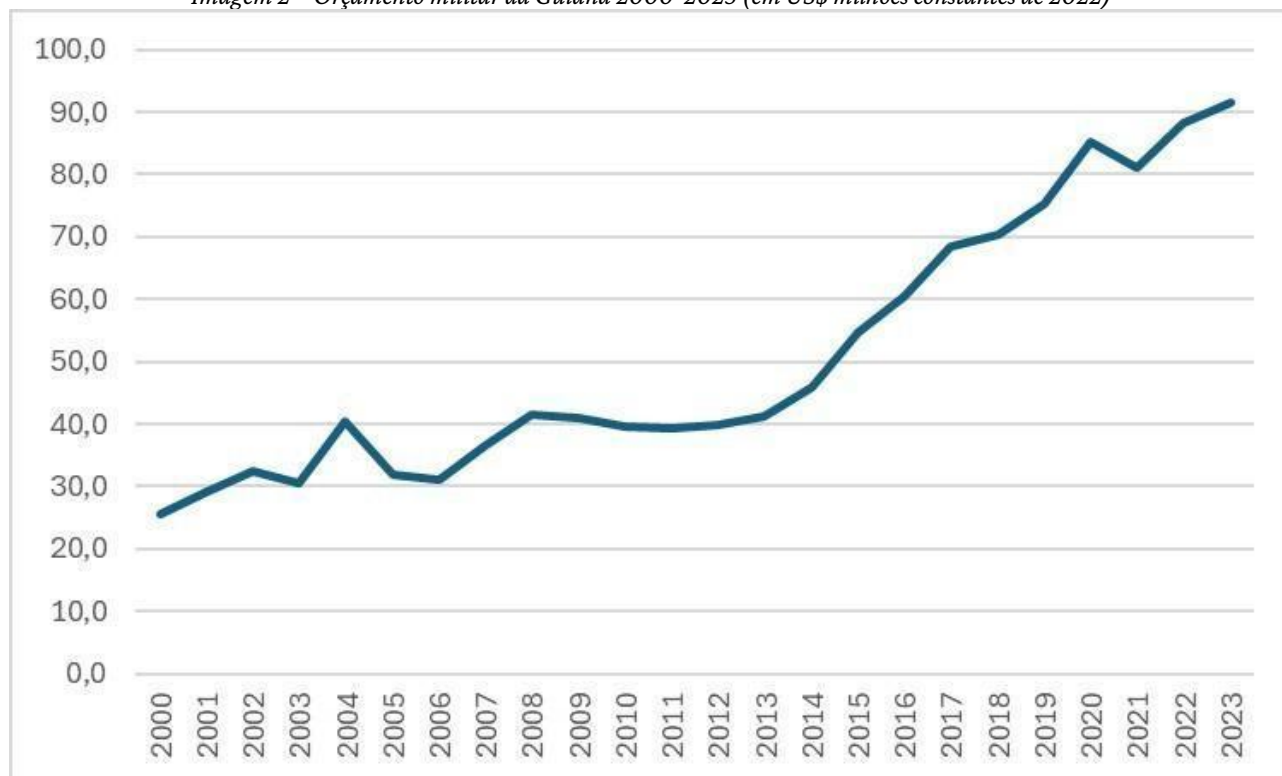
Aspectos geopolíticos

A Guiana não conta com uma Política Nacional de Defesa, ministérios militares ou Forças Singulares. Sua defesa nacional é realizada pela Guyana Defence Force (GDF) que possuía um efetivo de 3.400 militares em 2024 e está focada no controle de fronteiras, ações de segurança e assistência civil (THE MILITARY BALANCE, 2024).

Segundo Abdul-Hak (2013), na Guiana houve o crescente uso da GDF na manutenção da segurança pública, principalmente em ações de combate a ilícitos nacionais e transnacionais. Ainda conforme a autora, os EUA são a principal fonte de equipamento militar, recursos financeiros, apoio logístico e treinamento das forças da Guiana. Apesar disso, os dados apresentados por Ellis (2021) têm evidenciado um crescente interesse chinês em fornecer apoio militar por meio da doação de equipamentos.

Desde 2015, com as descobertas de petróleo na região de Essequibo e o retorno de tensões com a Venezuela, é possível observar uma elevação dos gastos militares da Guiana, conforme a Imagem 2.

Imagem 2 – Orçamento militar da Guiana 2000-2023 (em US\$ milhões constantes de 2022)



Fonte: elaboração própria com base em SIPRI (2024)

A América do Sul se divide em dois subcomplexos regionais de segurança: o Cone Sul, com Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai; e o Andino, com Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. Deste modo, a Guiana e o Suriname não chegariam a formar um subcomplexo próprio na região, e tampouco integrar o subcomplexo andino, o que seria revelador de uma reduzida articulação com os outros países da América do Sul (ABDUL-HAK, 2013). Esta situação leva a um “vácuo geopolítico” nas Guianas o que, por sua vez, amplia a presença dos EUA na região.

A Guiana possui questões territoriais pendentes com a Venezuela e o Suriname. Em relação à Venezuela, há a reivindicação da região de Essequibo, que se localiza no atual território da Guiana (e que abrange cerca de dois terços do território guianense). Por parte do Suriname reivindica-se a área do triângulo do *New River*, que teria sido concedida a Georgetown em 1936 (ABDUL-HAK, 2013). O Suriname reivindica a soberania da região localizada entre o Rio Corentyne, o Rio Novo e a fronteira com o Brasil, e o conflito territorial ainda não foi solucionado (ROCHA; ALBUQUERQUE, 2016).

Em relação à questão Essequibo, o interesse venezuelano estaria relacionado à resistência em aceitar que empresas petrolíferas multinacionais se instalem na área, inclusive no mar territorial região na qual está situado o Bloco de Stabroek, para prospectar ou explorar jazidas de hidrocarbonetos (ABDUL-HAK, 2013).

De acordo com Visentini (2010), a independência da Guiana propiciou a retomada das ambições venezuelanas sobre a região de Essequibo, uma vez que “não teria mais de tratar com a poderosa Inglaterra”.

Segundo Chaves *et al.* (2016) a decisão conhecida como Laudo de 1899, é questionada pela Venezuela, pois haveria convergências políticas entre a Inglaterra e EUA (mediador do conflito), que teriam gerado uma decisão favorável ao país britânico no século XIX.

Em 1962, a Venezuela tentou rever esse acordo de fronteira de 1899, porém encontrou-se isolada internacionalmente e, acabou por firmar o Protocolo de Port of Spain, que gerou uma trégua de vinte anos para o litígio. Contudo, em 1982, a Venezuela optou por não renovar o Protocolo. Coube ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) definir a nova modalidade de gestão do litígio e, em 1989, houve iniciativa da ONU voltada para a solução diplomática da questão de Essequibo (DESIDARÁ NETO, 2012).

A questão, contudo, segue pendente. Em 2018, houve o aumento da tensão entre os dois países, de tal modo que o Brasil teve que se posicionar contra uma possível invasão à Guiana pela Venezuela.

Por fim, em dezembro de 2023, a Venezuela anunciou a criação de uma província venezuelana, a Guiana Essequiba, no “Referendo Consultivo por la Defensa del Esequibo” (LEÓN, 2023), aprovado por 95% dos eleitores que foram às urnas. O referendo acirrou a disputa territorial entre os países e elevou a tensão na região, com o Ministro das Relações Exteriores da Guiana advertindo que o país não aceitará a anexação ou ocupação de qualquer parte de seu território. Embora o acirramento da disputa por Essequibo resulte em grande parte dos interesses da exploração de petróleo na região, os atores externos vinculados ao principal consórcio petrolífero (o ExxonMobil que tem como sócios EUA e China) defenderam a resolução soberana entre os Estados envolvidos. Esses eventos evidenciam que a presença desses atores externos deve ser mais bem avaliada.

A China na América Latina e Caribe: a singularidade da Guiana

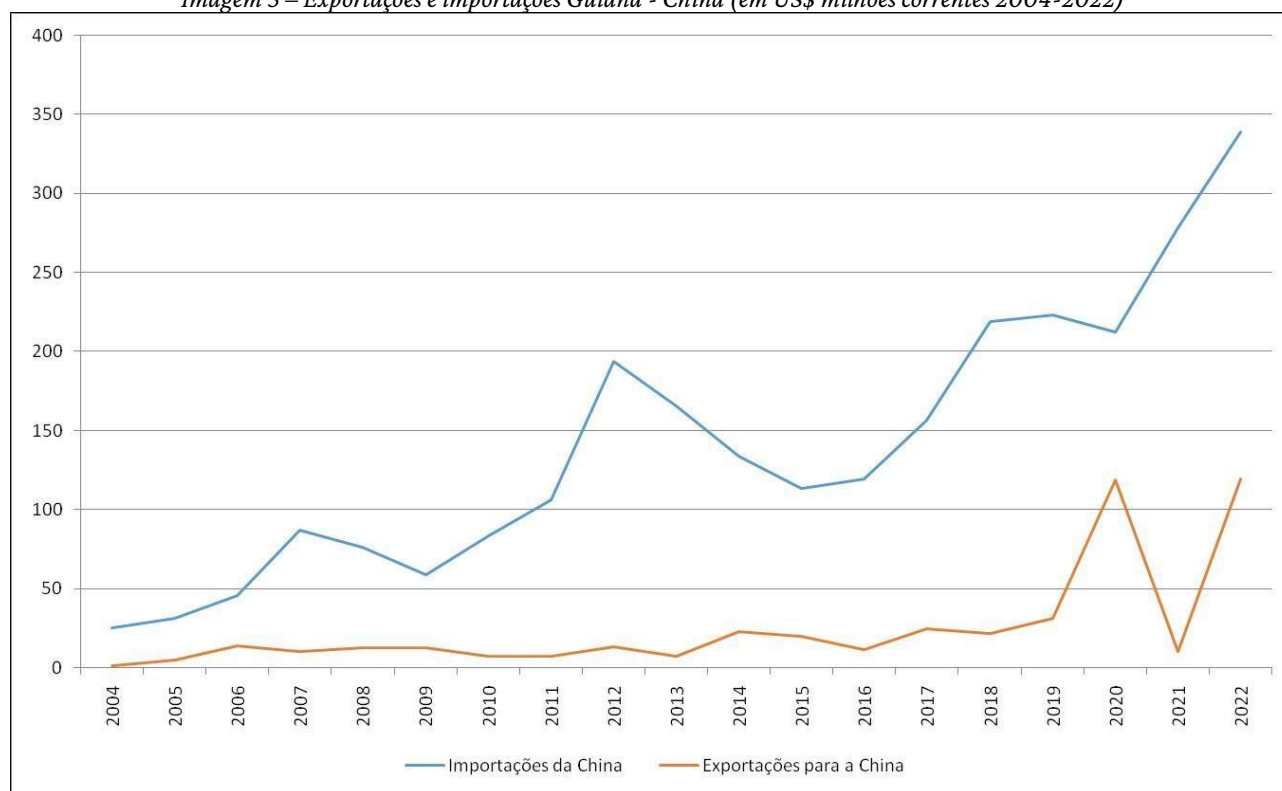
Desde o início dos anos 1980, a taxa de crescimento anual da China foi de 10% ao ano. A ascensão chinesa que possibilitou o *boom* dos preços das *commodities* foi influenciada pela adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, o que permitiu o incremento de suas importações, uma vez que sua incorporação à instituição possibilitou reduções de tarifas protecionistas (GALLAGHER, 2016).

O comércio entre a China e a ALC se intensificou nas duas primeiras décadas do século XXI, com um crescimento significativo das exportações chinesas para a região, que passaram de 0,7% do PIB da ALC em 2002 para 4,6% em 2022. Em contrapartida, as exportações da ALC para a China aumentaram em ritmo mais lento, de 0,4% para 3,2% no mesmo período, resultando em um déficit comercial persistente e crescente para a ALC, que passou de -0,3% para -1,4% (ALBRIGHT; RAY; LIU, 2023).

Enquanto na ALC, como um todo, as importações da China, a partir de 2009, cresceram *pari passu* com as exportações, no caso da Guiana isso não foi percebido, conforme a Imagem 3. É possível perceber que o *timing* do

crescimento das exportações é tardio, se comparado à região como um todo. O crescimento das exportações da Guiana para a China ocorre principalmente a partir das descobertas de petróleo e seu processo de extração.

Imagem 3 – Exportações e importações Guiana - China (em US\$ milhões correntes 2004-2022)



Fonte: elaboração própria com base em Trade Map (2024).

Os dados evidenciam que, em 2020, ano no qual as exportações da Guiana para a China chegaram a 118 milhões de dólares, a categoria de “Combustíveis minerais” representou 85% desse total. Antes desse ano, essa categoria representava 0% das exportações para o país asiático (TRADE MAP, 2024).

Os principais produtos importados da ALC pela China, entre 2011 e 2023, foram soja e outras sementes oleaginosas, minério de ferro e concentrados, petróleo bruto e cobre (TRADE MAP, 2024). Na ALC, enquanto as relações econômicas e comerciais se intensificaram, as relações político-estratégicas caminharam em menor intensidade pelo menos até a ascensão do presidente Xi Jinping, em 2013. Yu (2015) defende que a aproximação entre o país asiático e a região não teve, inicialmente, foco em cooperação político-estratégica, pois o país evitava ofender os EUA se intrometendo em seu ‘quintal’.

De acordo com o autor, desde que Deng Xiaoping empreendeu a reforma de mercado da China no final de 1978, há um consenso político e acadêmico de que o relacionamento do país com os EUA está no cerne de suas relações externas, em especial no processo de modernização chinês. Assim, qualquer coisa que seja considerada prejudicial à estabilidade dessas relações será, na maioria das vezes, sacrificada a esse relacionamento bilateral essencial exceto quando os interesses centrais da China, como soberania e integridade territorial, estejam ameaçados (YU, 2015).

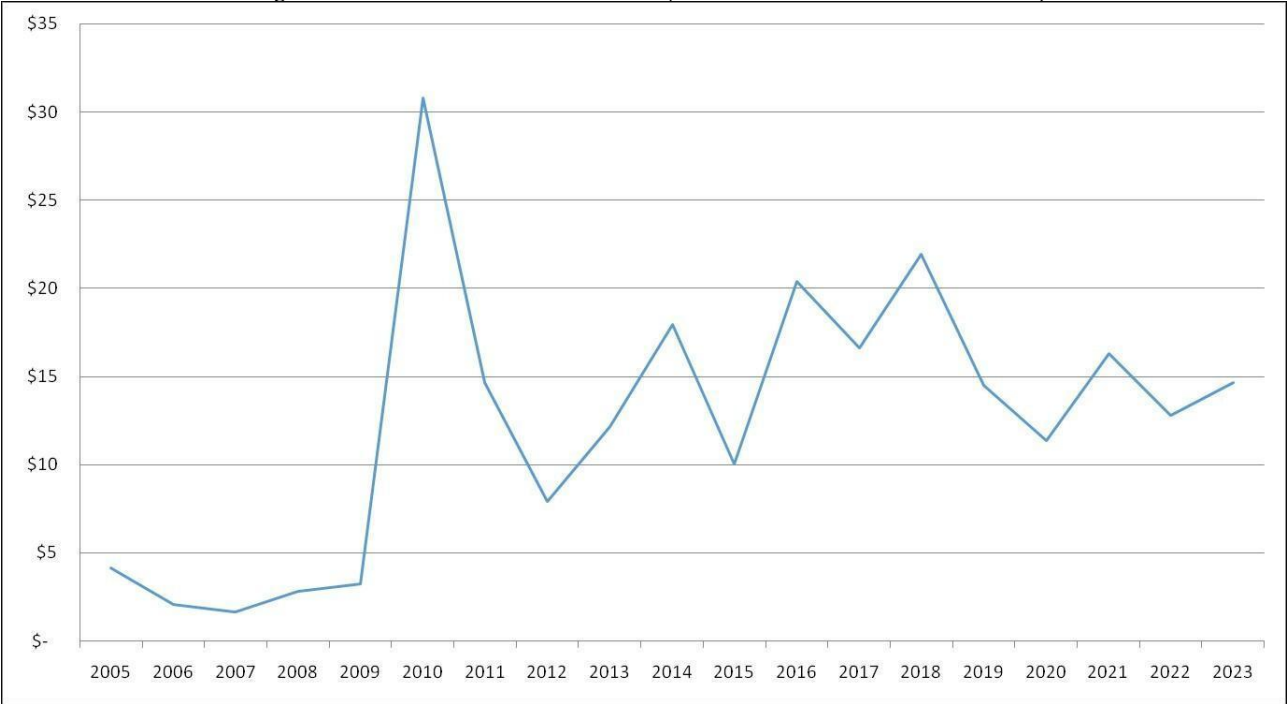
É apenas no governo Xi Jinping (2013-atual) que esses esforços de intensificação das relações político-estratégicas China-ALC ganham expressividade. Embora Jinping tenha conferido maior importância a esse aspecto que seus antecessores, evidência demonstrada não apenas pelas frequentes visitas de cúpulas, mas pela proposição de fóruns de cooperação, como, por exemplo, a concretização do Fórum China-CELAC, em 2015 (YU, 2015). O Fórum China-CELAC, inicialmente concebido como uma instituição multilateral, evoluiu para um sistema regional do tipo “hub-and-spoke”, no

qual a China ocupa uma posição central, facilitando sua liderança e a promoção de sua agenda internacional diante de outras grandes potências (CHEN, 2021).

Em 2008, o governo chinês publicou seu primeiro documento de política para a América Latina e o Caribe, intitulado “China’s Policy Paper on Latin America and the Caribbean”, no qual se propôs a fortalecer a cooperação com a região nos campos: político, econômico, cultural, social, ambiental e sobre paz, segurança e assuntos judiciais com cooperação militar, judicial e de inteligência (THE STATE COUNCIL, 2008).

Esse fortalecimento da cooperação econômica, desde as proposições dos *policy papers* de 2008, que foram atualizadas em 2016, pode ser percebido a partir do banco de dados do American Enterprise Institute (SCISSORS, 2024) que aponta que, entre 2005 e 2023, os investimentos chineses na ALC chegaram ao total de 236 bilhões de dólares, conforme trajetória demonstrada na Imagem 4.

Imagem 4 – Investimentos chineses na ALC (em US\$ bilhões correntes 2005-2023)



Fonte: elaboração própria com base em Scissors (2024).

Setores como o de energia, minerais e transportes concentram a maioria dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) do país asiático na região latino-americana (SCISSORS, 2024). Em consonância com o que ocorreu na região, o principal setor de investimento chinês na Guiana é o de energia, mas, também, houve importantes valores investidos nos setores de mineração e transportes, conforme o Quadro 1. É interessante perceber o salto de investimentos chineses na Guiana dado após 2015, ano de descobrimento das reservas de petróleo.

Quadro 1 – Investimentos chineses na Guiana (2005-2023)

Ano	Investidor	Valor em milhões (US\$)	Sócio na transação	Setor
2009	China National Machinery Industry (Sinomach)	170	Guyana Sugar Corporation (GUYSUCO)	Agricultura
2011	China Communications Construction	140	-	Transporte

2012	<i>Bosai Minerals</i>	100	-	Mineração
2012	<i>China Railway Engineering</i>	510	<i>Sithe Global</i>	Energia
2018	<i>China Communications Construction</i>	100	-	Turismo
2018	<i>China National Off-shore Oil (CNOOC)</i>	930	<i>Exxon</i>	Energia
2019	<i>China National Off-shore Oil (CNOOC)</i>	1.400	<i>Exxon and Hess</i>	Energia
2020	<i>Zijin Mining</i>	240	<i>Guyana Goldfields</i>	Mineração
2020	<i>China National Off-shore Oil (CNOOC)</i>	2.080	-	Energia
2021	<i>Power Construction Corp. (PowerChina)</i>	260	-	Mineração
2022	<i>China National Off-shore Oil (CNOOC)</i>	530	-	Energia
2022	<i>China Railway Construction</i>	260	-	Transporte
2022	<i>China National Machinery Industry (Sinomach), Sinopharm</i>	180	-	Saúde
2023	<i>China Railway Engineering</i>	180	-	Transporte
2023	<i>China Communications Construction</i>	120	-	Transporte

Fonte: elaboração própria com base em Scissors (2024).

Nesse cenário de investimentos, é preciso chamar a atenção para os pesados investimentos da China Railway Engineering com a Sithe Global, com sede nos EUA, para o projeto Amailla Falls Hydro que previa a construção do projeto hidroelétrico e de uma linha de transmissão até Georgetown (STABROEK NEWS, 2012). Este projeto não foi consolidado, após relatos de corrupção e, segundo relatos da Sithe Global, em razão da negativa de financiamento por parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e em decorrência da falta de apoio parlamentar, o que havia sido uma das exigências do banco (REUTERS, 2013). O projeto foi relançado em 2024 e contou com quatro empresas interessadas: o grupo brasileiro Rialma; a China International Water & Elec. Corp; a Lindsayca CH4 Guyana Inc., com sede nos EUA; e a *joint venture* composta por OEC, GE Vernova and Worley (OIL NOW, 2024).

A China adota uma abordagem estatal integrada para alinhar os interesses do governo com os de suas multinacionais, refletindo uma interdependência estratégica entre o Estado e o setor corporativo. O governo chinês está intrinsecamente enredado com os interesses de suas principais empresas comerciais, garantindo que suas diretrizes econômicas e geopolíticas sejam incorporadas às estratégias empresariais. Desde os anos 1990, Pequim tem impulsionado a internacionalização de suas estatais petrolíferas, como a China National Petroleum Corporation (CNPC), a China Petrochemical Corporation (Sinopec) e a CNOOC, com o objetivo de assegurar o suprimento energético necessário para sustentar seu acelerado crescimento econômico. Essa estratégia insere-se na política mais ampla de “China Going Global”, que visa não apenas expandir a presença chinesa em mercados estrangeiros, mas também fortalecer sua segurança energética e consolidar sua influência global por meio do controle de ativos estratégicos no setor de recursos naturais (GUO *et al.*, 2023).

Nos EUA, a relação entre o governo e as grandes empresas petrolíferas é marcada por uma interação complexa, na qual interesses econômicos e políticos frequentemente se entrelaçam. Esse entrelaçamento pode ser exemplificado pela nomeação, em 2017, de Rex Tillerson, CEO da ExxonMobil entre 2006 e 2016, como Secretário de Estado no primeiro governo de Donald Trump. Sua passagem pelo Departamento de Estado culminou em 2018 com a primeira visita de um Secretário de Estado dos EUA à Guiana em mais de 20 anos. Durante a visita, Tillerson manteve uma postura favorável ao fortalecimento dos laços econômicos e energéticos entre os EUA e a Guiana, com foco em assegurar o acesso às reservas de petróleo (RUBIN, 2017).

Em janeiro de 2018, no Fórum China-CELAC, a China convidou os países da ALC a participarem da Belt and Road Initiative (BRI) visando melhorar a conectividade e os investimentos. Incluía, inicialmente, África, Ásia e Europa e era considerada um esforço do país para consolidar sua influência e alterar o equilíbrio global de poder, visando restaurar uma posição histórica de centralidade econômica, política e cultural (ABRÃO, 2023). Nesse mesmo ano, a Guiana e a China assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) sobre a cooperação no âmbito do BRI (GUYANA, 2018) tendo sido um dos primeiros países a aderirem à iniciativa.

Assim, constatar os elevados investimentos da CNOOC em sociedade com a gigante Exxon, no Bloco Stabroek, expostos no Quadro 1, é primordial para compreender o jogo geoeconômico de soma positiva que alia os interesses da China e de suas estatais. As Companhias Nacionais de Petróleo (NOCs) da China têm expandido sua atuação global por meio de parcerias estratégicas com empresas estrangeiras, alinhando-se à política de internacionalização do Estado chinês. A BRI é o principal eixo desse projeto, e as NOCs desempenham um papel fundamental na garantia da segurança energética do país. Para viabilizar suas operações internacionais, essas empresas contam com o suporte de bancos estatais e instituições financeiras estratégicas (GUO *et al.*, 2023).

No Ocidente, as NOCs enfrentam desafios geopolíticos por serem vistas como extensões do Estado chinês. Para contornar essas barreiras, adotaram um modelo híbrido que combina empreendedorismo e busca por lucro com um apoio governamental seletivo. Inicialmente impulsionadas por uma estratégia estatal, essas empresas passaram a operar de forma mais comercial, equilibrando a maximização de lucros com a segurança energética da China (GUO *et al.*, 2023).

Desde 2005, o Banco de Desenvolvimento da China (BDC) e o Export-Import Bank of China (Eximbank) forneceram financiamentos para governos e empresas estatais da região que ultrapassam o número de empréstimos concedidos pelo Banco Mundial (BM), BID e Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). Além disso, diferentemente dos financiamentos do BM, o financiamento chinês conta com frágeis diretrizes ambientais e não possui condicionantes relacionadas a questões de governança. Esses financiamentos usualmente se referem à contrapartida de compra de produtos de empresas chinesas (GALLAGHER; IRWIN; KOLESKI, 2013).

Quanto às frágeis diretrizes ambientais e de boa governança, segundo Ellis (2021), na Guiana, ou em outras partes da América Latina, os EUA não tenderão a impedir a realização de negócios com a RPC, mas insistirão na transparência e na competência das instituições para tomar decisões, inclusive na concessão de contratos e aplicação de leis ambientais. Conforme o autor, alternativas às fontes ocidentais de investimento são desejáveis, na medida em que a Guiana está se beneficiando de um boom econômico alimentado pelo petróleo.

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) chinesa é subordinada às relações de investimentos e comércio do país de maneira institucional, política e operacional, com uma clara relação entre comércio e investimento, de um lado, e CID, de outro, pois os órgãos que atuam nessa temática são os mesmos como o EX-IM Bank e as estatais chinesas (SOUZA, 2014).

A China rejeita a compreensão do Comitê de Ajuda para o Desenvolvimento da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CAD/OCDE) de não incluir na CID relações econômicas geradoras de benefícios mútuos e de impor condicionalidades de boa governança. Na definição da CAD da OCDE, Official Development Assistance (ODA)

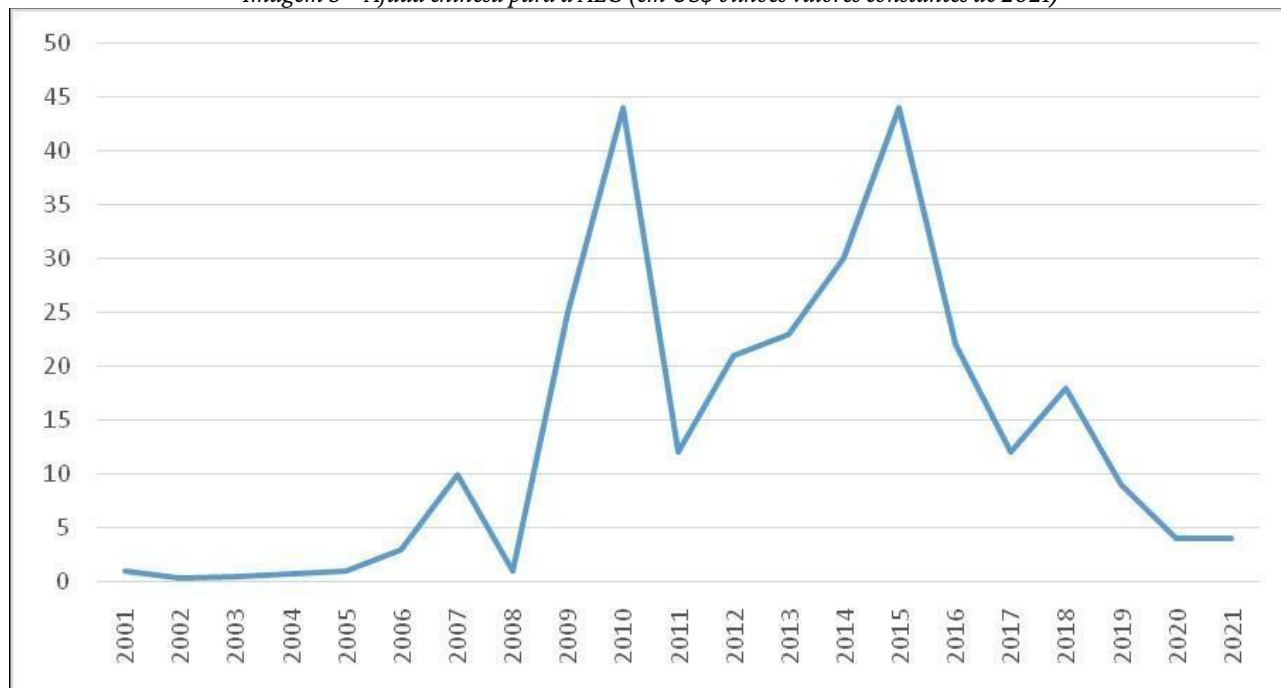
constitui-se de fluxos financeiros remetidos aos países e territórios da lista de beneficiários do CAD da OCDE e às instituições multilaterais de desenvolvimento, desde que sejam oficiais, destinados à promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar das sociedades de países em desenvolvimento, e concedidos a fundo perdido em pelo menos 25% do total enviado (MILANI, 2014).

Segundo Chen (2021) o desenvolvimento das relações sino-latino-americanas tem sido impulsionado tanto por interesses materiais quanto por valores compartilhados, especialmente a busca por autonomia em relação a potências estrangeiras. Esse princípio remonta ao “Espírito de Bandung”, originado na Conferência de 1955, que enfatizou a Cooperação Sul-Sul e incorporou os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica da China. Desde então, Pequim tem enquadrado suas relações com a América Latina e o Sul Global nessa perspectiva, evocando um passado comum de resistência ao colonialismo e ao imperialismo. No entanto, desde o final dos anos 1970, o significado desse espírito evoluiu: antes voltado à contestação do sistema internacional dominado por potências hegemônicas, hoje reflete um compromisso com o crescimento conjunto dentro desse mesmo sistema.

Essa postura pragmática se reflete na estratégia chinesa mais ampla para a América Latina, que prioriza a promoção da Cooperação Sul-Sul e a criação de um ambiente internacional estável e favorável ao próprio crescimento da China, sem intenção explícita de contestar a influência dos EUA na região (JIANG, 2006; HARRIS, 2015). Em vez de adotar uma abordagem confrontacionista, Pequim prefere agir de forma discreta e não desafiadora, mesmo em países como o Brasil, que possuem maior volume de comércio e investimentos chineses e compartilham o interesse por uma governança global multipolar (LIANG, 2019).

O banco de dados de “ajuda chinesa” do College William and Mary fornece informações que esclarecem algumas questões. De acordo o banco de dados, projetos de desenvolvimento podem ser entendidos tanto como ODA, altamente concessionais, quanto de Other Official Flows (OOF), financiados oficialmente e que não tem intenção de desenvolvimento ou são fornecidos com taxas de juros mais altas e elementos de subsídios mais baixos (AIDDATA, 2024).

A ajuda chinesa que é apresentada na base de dados como ODA, destinada aos países da ALC, entre 2000 e 2021, chegou a 10 bilhões de dólares. Entretanto, esse valor pode ser muito maior, pois há doações de equipamentos que não estão monetizadas na base de dados. Já a OOF chegou, no mesmo período, a 264 bilhões de dólares. Além dessas duas categorias, o banco de dados apresenta que foram destinados 12 bilhões à região que são tipificados como “vago”, ou seja, não foi possível tipificá-los como ODA e tampouco como OOF. Dentre os principais setores que receberam recursos, em todas as categorias, estão a indústria/mineração/construção e energia. A trajetória do montante destinado à região considerando ODA, OOF e “vago” pode ser visualizada na Imagem 5.

Imagem 5 – Ajuda chinesa para a ALC (em US\$ bilhões valores constantes de 2021)

Fonte: elaboração própria com base em AidData (2024).

Nesse contexto, a Guiana recebeu, entre 2002 e 2021, 969,7 milhões de dólares (valores constantes, 2021) em ajuda chinesa. Desse total, 596 milhões são tipificados como ODA e 374 milhões como OOF (AIDDATA, 2024). Assim como na ALC, os principais setores que receberam recursos na Guiana foram o de indústria/mineração/construção, transportes e energia.

Os dados não evidenciam as chamadas ajudas não monetizadas como o estabelecimento do Instituto Confúcio (IC) em Georgetown, em 2014, na Universidade da Guiana (UNIVERSITY OF GUYANA, 2024). Ellis (2013) argumenta que os IC evidenciam um ímpeto de aprofundamento das relações da China com seus parceiros, uma vez que eles visam expandir a compreensão acerca do país em diversas partes do mundo. Segundo Ellis (2013, p. 39, tradução nossa) “as trocas culturais são uma parte destacada das interações da China com a América Latina, em consonância com o caráter ‘não ameaçador’ que Pequim deseja enfatizar nessas relações”.

A China realizou uma ofensiva diplomática em direção à ALC. Esse avanço político se situou, inicialmente, no âmbito da competição entre o gigante asiático e Taiwan. De acordo com Yu (2015, p. 1064, tradução nossa): “A América Latina é uma importante arena de competição diplomática entre China e Taiwan. [...] Com a ascensão acelerada da China no novo século, um número crescente de países, motivados por considerações políticas e econômicas, rompeu suas relações oficiais com Taiwan e as transferiu para a China.”.

Em fevereiro de 2021 a Guiana anunciou a sua adesão à “one China policy”, após um incidente que durou 24 horas no qual a Embaixada dos EUA na Guiana e o Secretário Adjunto do Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental informaram que Taiwan abriria um escritório em Georgetown, capital da Guiana. Após romper o acordo com Taiwan, a Guiana recebeu 20.000 doses da vacina para COVID-19 da chinesa Sinopharm e reafirmou seu compromisso com a BRI (CHEONG, 2021).

A intensificação da presença chinesa em instâncias do sistema interamericano foi administrada, pelos EUA, no âmbito da política “responsible stakeholder” que, além de utilizar a influência chinesa para atrair países como Coreia do Norte e Irã para o sistema normativo internacional, tinha por estratégia atuar com cautela para buscar neutralizar sua presença no Ocidente (ERIKSON, 2008). Entretanto, essa política, que era uma continuidade da desempenhada por Bush,

foi alterada para a estratégia “pivô para a Ásia” (WANG, 2015), a partir de 2010. A venda de armas para Taiwan e a aceitação do presidente Obama para se reunir com Dalai Lama deram os indícios iniciais dessa estratégia (WANG, 2015). Não obstante, é a partir de 2011 que a estratégia se consolida.

Ante às pressões estadunidenses, no âmbito da política “pivô para Ásia”, e no contexto de desaceleração do crescimento econômico chinês, em razão da fraca demanda por seus produtos de consumo e do protecionismo comercial no mundo, a China reforçou o papel da ALC em sua política estratégica (YU, 2015). Apesar dessas dissonâncias em relação à qualidade das relações EUA e China no Hemisfério Ocidental, a literatura tem se distanciado de uma hegemonia do pensamento propalado pelos EUA da “ameaça chinesa ao Ocidente” (BRESLIN, 2013).

Embora a crescente presença da China na América Latina seja frequentemente vista como um desafio aos EUA, alguns estudos indicam que os dois países compartilham mais interesses convergentes do que conflitos na região, tornando-a um espaço potencial de cooperação. Um exemplo disso é a relação sino-cubana, que não representa uma ameaça direta a Washington, mas sim uma oportunidade de cooperação trilateral, já que tanto China quanto EUA apoiam a abertura econômica em Cuba, e a presença chinesa pode contribuir para esse processo (MAO *et al.*, 2015).

Além disso, embora os laços econômicos sino-latino-americanos tenham se aprofundado, isso não tem resultado em um alinhamento político significativo. Estudos sobre os padrões de votação dos países da região na ONU mostram que, apesar da convergência em questões econômicas, não há uma aproximação substancial em temas de segurança e direitos humanos (WANG, 2015). Essa dinâmica sugere que a China, longe de buscar alterar a ordem regional de maneira abrupta, adota uma estratégia de inserção econômica que, em muitos aspectos, dialoga com a própria agenda liberal promovida pelos EUA na América Latina (LEGLER *et al.*, 2020).

Assim sendo, a aproximação da China com a ALC se iniciou em relação a temas econômicos e se desdobrou para questões estratégicas. O interesse da China em participar de diversos fóruns e em intensificar suas relações com a África e a ALC reflete um objetivo estratégico mais amplo de expandir sua influência global. No entanto, o avanço dessa presença tem ocorrido de forma cautelosa, especialmente no campo da diplomacia militar. Na ALC, a presença militar chinesa, medida por indicadores como exercícios conjuntos, interações de altos escalões militares e paradas em portos navais (MANKIKAR, 2024), permanece relativamente limitada em comparação com outras regiões. Entre 2002 e 2021, o número desses eventos na Ásia foi de 1.104, enquanto na Europa foi de 606 e nas Américas apenas 386, evidenciando que, embora a China esteja interessada em aumentar sua influência, a região ainda ocupa uma posição secundária nas prioridades de sua diplomacia militar.

Além das interações da diplomacia militar que envolvem aspectos relacionados à defesa nacional, a China tem, desde 2019, a partir do Plano China-CELAC (2019-2021) incluídos aspectos de cooperação em segurança pública, como o combate ao crime organizado, sobretudo nos fluxos transpacífico. Nesse contexto, recentemente merece destaque uma doação de veículos e equipamentos da China, em 2017, para a Guyana Defence Force (GDF) e de US\$2,6 milhões em veículos para a Força Policial da Guiana (ELLIS, 2021).

Apesar dessa aproximação que vincula segurança, defesa e cooperação econômica, quando se trata de um país cujos interesses de estatais chinesas estão em jogo, as relações têm escalado, necessariamente, para combinar interesses, inclusive, com países tidos como rivais como os EUA. À vista disso, segundo Graaff, Brink e Parmar (2020) o desejo chinês de assumir o protagonismo na economia política global deve ser levado a sério, no entanto o objetivo de suplantar a liderança dos EUA deve ser interpretado com cautela e circunscrito a condições estruturais e sociais domésticas e internacionais. A suposta “ameaça” que a China representa para a ordem liberal e suas instituições, normas e principais protagonistas não deve ser exagerada.

Considerações finais

Este artigo analisou como se configuram os interesses geoeconômicos da China na Guiana após a descoberta de petróleo na região de Essequibo, demonstrando que, longe de se tratar de um jogo de soma zero, a competição geoeconômica na Guiana envolve uma combinação de concorrência e cooperação. Nesse contexto, interesses chineses e estadunidenses coexistem por meio da participação de suas empresas petrolíferas no setor energético guianense.

Observa-se uma interdependência entre o Estado chinês e suas multinacionais, evidenciada pela política de internacionalização das estatais petrolíferas no âmbito da estratégia China Going Global. De forma semelhante, há uma interação entre o governo dos EUA e suas grandes empresas petrolíferas. O contexto pós-2015, marcado pelas descobertas petrolíferas, inaugurou uma nova fase para a política econômica da Guiana, na qual as disputas fronteiriças com a Venezuela adicionam uma dimensão geopolítica às dinâmicas econômicas.

A presença da China, por meio de investimentos estratégicos, exemplifica sua abordagem pragmática na região. Um exemplo disso é a participação da CNOOC em uma *joint venture* com a ExxonMobil e a Hess Corp para operar conjuntamente no Bloco Stabroek, uma área de extração de petróleo *offshore* situada nas águas continentais da região de Essequibo. Esse cenário sugere um possível compartilhamento de interesses, inserindo-se em uma lógica de interdependência econômica, e não de antagonismo direto com os EUA. O setor petrolífero da Guiana, contudo, permanece altamente sensível e vulnerável a instabilidades geopolíticas, como a disputa fronteiriça entre a Guiana e a Venezuela, que continua sendo uma fonte de tensão regional.

Para garantir sua presença e proteger seus interesses na área, a China tem adotado uma gama de instrumentos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), visando fortalecer sua influência e assegurar o cumprimento de seus objetivos econômicos e estratégicos. As tendências atuais, especialmente no contexto pós-pandemia da COVID-19, indicam que a China buscará ampliar suas relações econômicas e comerciais com a América Latina e Caribe, o que provavelmente resultará em uma maior vinculação político-estratégica, voltada à proteção dos interesses das estatais chinesas e das rotas comerciais.

O histórico da presença chinesa na região e, especificamente, na Guiana onde há uma simbiose entre empresas transnacionais ocidentais e chinesas, tende a demonstrar que as disputas geoeconômicas caminham para uma geoeconomia *soft* na qual há jogos de soma zero, mas, especialmente, de soma positiva representados, por exemplo, pelo não alinhamento imediato de Pequim e Washington a Caracas e Georgetown, no caso da disputa por Essequibo, respectivamente.

Referências

- ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves. **O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS):** objetivos e interesses do Brasil. Brasília: FUNAG, 2013.
- AIDDATA. **Global Chinese Development Finance, Version 3.0.** 2024. Disponível em: <https://china.aiddata.org/> Acesso em: 24 jul. 2024.
- ALBRIGHT, Zara C.; RAY, Rebecca; LIU, Nathan. China-Latin America and the Caribbean Economic Bulletin, 2023 Edition. **Global Development Policy Center.** 2023. Disponível em: https://www.bu.edu/gdp/files/2023/04/GCI-CH-LAC-Bulletin_2023-FIN.pdf Acesso em: 24 jul. 2024.
- ABRÃO, Rafael Almeida F. A Belt and Road Initiative and China-Latin America Relations. **Mural Internacional**, v. 14, e74301, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rmi.2023.74301>.
- BERG, Ryan C. **China in Latin America and the Caribbean.** Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies, 2021. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/resrep37529.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2025.
- BRESLIN, Shaun. China and the global order: Signalling threat or friendship?. **International Affairs** v. 89, n. 3, 615–634, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12036>.
- BUZAN, Barry; LAWSON, George. Capitalism and the Emergent World Order. **International Affairs** v. 90, n. 1, p. 71-91, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12096>.

CHAVES, Caroline Brito; NASCIMENTO, Gabriel; BATISTA, Luiz; FURTADO, João. Uma análise da política externa da Guiana sob a perspectiva das disputas fronteiriças. **Revista Florestan Fernandes**, ano 3, n. 1, 129-150, 2016. Disponível em: <https://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/168/110>Acesso em: 24 jul. 2024.

CHEN, Chien-Kai. China in Latin America Then and Now: A Systemic Constructivist Analysis of China's Foreign Policy. **Journal of Current Chinese Affairs**, v. 50, n. 2, p. 111-136, 2021. <https://doi.org/10.1177/18681026211034880>

CHEONG, Brandon Francis. A Contemporary Assessment of Sino-Guyanese Relations in the Belt and Road Era. **Potentia: Journal of International and Public Affairs**, v. 12, 10-36, 2021. <http://dx.doi.org/10.18192/potentia.v12i0.5943>

DESIDARÁ NETO, Walter Antônio. A questão fronteiriça entre Guiana e Venezuela e a integração regional na América do Sul. **Conjuntura Austral**, v. 3, n. 12, p. 11-25, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.26359>.

ELE, Kai; FENG, Huiyun. Navegando na transição da ordem internacional no Indo Pacífico. **The Pacific Review**, v. 36, n. 2, p. 227-233, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09512748.2022.2160798>.

ELLIS, Evan. The Strategic Dimension of Chinese Engagement with Latin America. **Washington: Perry Paper Series**, n. 1, 2013. Disponível em: <https://wjpcenter.org/wp-content/uploads/2023/09/The-Strategic-Dimension-of-Chinese-Engagement-with-Latin-America.pdf> Acesso em: 24 jul. 2024.

ELLIS, Evan. Envolvimento chinês na Guiana: uma atualização. **Diálogo Americas**, 07 de dezembro, 2021. Disponível em: <https://diálogo-americas.com/pt-br/articles/envolvimento-chines-na-guiana-uma-atualizacao/>Acesso em: 24 jul. 2024.

ELLIS, R. Evan; LAZARUS, Leland; PICCONE, Ted; WIRTSCHAFTER, Valerie. How are the United States and China intersecting in Latin America? **Brookings Institution**, 2024. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/how-are-the-united-states-and-china-intersecting-in-latin-america/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

ERIKSON, Daniel P. Requiem for the Monroe Doctrine. **Current History**, v. 107, n. 706, p. 58-64, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/curh.2008.107.706.58>.

EXXONMOBIL. **Guyana project overview**. ExxonMobil. 2024. Disponível em: <https://corporate.exxonmobil.com/locations/guyana/guyana-project-overview#DiscoveriesintheStabroekBlock>. Acesso em: 24 jul. 2024.

FIORI, José L. O poder global e a nova geopolítica das nações. **Crítica y Emancipación**, n. 2, p. 157-183, 2009.

FIORI, José L. Maria da Conceição Tavares e a hegemonia Americana. **Lua Nova**, n. 50, p. 207-235, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452000000200011>.

FIORI, José L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M.C.; FIORI, J. L. (Orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Editora Vozes Petrópolis, 1997.

FMI. **World Economic Outlook** (April). 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/WEO>. Acesso em: 24 jul. 2024.

GALLAGHER, Kevin P. **The China Triangle: Latin America's China Boom and the Fate of the Washington Consensus**. New York: Oxford University Press, 2016.

GALLAGHER, Kevin P.; IRWIN, Amos; KOLESKI, Katherine. Os Novos Bancos em Cena: Financiamentos chineses na América Latina. **Informe Inter-American Dialogue**. 2013. Disponível em: https://www.bu.edu/pardee/files/2013/07/The-New-Banks-in-Town_Portuguese.pdf Acesso em: 24 jul. 2024.

GLOBAL EDGE. Guyana: Risk Assessment. **Global Edge**. 2022. Disponível em: <https://globaledge.msu.edu/countries/guyana/risk>. Acesso em: 24 jul. 2024.

GRAAFF, Nana de; BRINK, Tobias tem; PARMAR, Inderjeet. China's rise in a liberal world order in transition – introduction to the FORUM. **Review of International Political Economy**, v. 27, n. 2, 191-207, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09692290.2019.1709880>

GUO, Yue; POON, Jessie; WANG, Chang; YANG, Yu. China's national oil companies going global and coming home: State-firm nexus, global financial networks, and geopolitical risks. **Geoforum**, v. 146, 2023, p. 103880. ISSN 0016-7185. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2023.103880>. Acesso em: 13 fev. 2025.

GUYANA. Guyana signs onto China's 'Road and Belt' initiative-Public infrastructure to be major focus. **Office of Presidente, Guyana**. 2018. Disponível em: <https://op.gov.gy/index.php/2018/07/27/guyana-signs-onto-china-s-road-and-belt-initiative-public-infrastructure-to-be-major-focus/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

KUPCHAN, Charles. **No One's World: The West, the Rising, and the Coming Global Turn**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

HARRIS, Richard L. Understanding China's relations with the Latin American and Caribbean countries research. **Latin American Perspectives**, v. 42, n. 6, p. 27-41, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0094582X15596725>.

JIANG, Shixue. Recent development of Sino-Latin American relations and its implications. **Estudios Internacionales**, v. 38, n. 152, p. 19-41, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.5354/0719-3769.2006.14364>.

LEÓN, Zorayda. CNE anuncia abrumadora victoria del Sí con participación superior a 10 millones. **Asamblea Nacional de La República Bolivariana de Venezuela**, 4 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.asambleanacional.gob.ve/noticias/cne-anuncia-abrumadora-victoria-del-si-con-participacion-superior-a-10-millones>. Acesso em: 24 jul. 2024.

LEGLER, Thomas; TURZI, Mariano; TZILI-APANGO, Eduardo. Advancing autonomy? Chinese influence on regional governance in Latin America. In: BERNAL-MEZA, Raúl; XING, Li (org.). **China-Latin America Relations in the 21st Century: The Dual Complexities of Opportunities and Challenges**. Cham: Palgrave Macmillan, p. 27-53, 2020.

LIANG, Wei. Pulling the region into its orbit? China's economic statecraft in Latin America. **Journal of Chinese Political Science**, v. 24, n. 3, p. 433-449, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11366-018-09603-w>.

LIMA, Erick Cavalcanti Linhares. Política externa do vizinho distante: estudo de caso da República Cooperativa da Guiana. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/10313/3/2011-ErickCavalcantiLinharesLima.pdf>.

MACDONALD, Scott B. **The New Cold War, China, and the Caribbean: Economic Statecraft, China and Strategic Realignment**. Cham: Palgrave Macmillan, 2022. E-book. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-031-06149-3>. Acesso em: 13 fev. 2025.

MANKIKAR, Kalpit A. The Global Security Initiative: China Buttresses its Defence Diplomacy. **Issue Brief** n. 715, jun. 2024. Disponível em: <https://www.orfonline.org/public/uploads/posts/pdf/20240617205100.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

MAO, Xianglin; HEARN, Adrian H.; LIU, Weiguang. China and Cuba: 160 years and looking ahead. **Latin American Perspectives**, v. 42, n. 6, p. 140-152, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0094582X15594395>.

MILANI, Carlos. Instituições bilaterais dos países do comitê de assistência ao desenvolvimento. In: SOUZA, André de Mello e. (Org.). **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Foreign Ministry Spokesperson Wang Wenbin's Regular Press Conference on December 6, 2023. **Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China**. 2023. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xwfw_665399/s2510_665401/202312/t20231206_11195880.html#:~:text=Wang%20Wenbin%3A%20Venezuela%20and%20Guyana,their%20boundary%20through%20friendly%20consultation. Acesso em: 24 jul. 2024.

OIL NOW. Gas-to-Energy contractor, Australian firm among four vying to develop Amaila hydropower for Guyana. **Oil Now**. 2024. Disponível em: <https://oilnow.gy/featured/gas-to-energy-contractor-australian-firm-among-four-vying-to-develop-amaila-hydropower-for-guyana/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

PADULA, Raphael; CECÍLIO, Matheus de Freitas; OLIVEIRA, Igor Candido de; PRADO, Caio Jorge. Guyana: Oil, Internal Disputes, the USA and Venezuela. **Contexto Internacional**, v. 45, n. 1, p. 1-25, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-8529.20234501e20210031>.

REUTERS. U.S. power developer pulls out of \$858 million Guyana project. **Reuters**. 2013. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/markets/us/us-power-developer-pulls-out-of-858-mln-guyana-project-idUSL2N0GD0VZ/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

ROCHA, Regivaldo Sena; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. Perspectivas das Relações Exteriores dos territórios das Guianas à luz das Teorias Geopolíticas Contemporâneas. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 7, n. 1, p. 24-42, 2016. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/145>. Acesso em: 24 jul. 2024.

RUBIN, Alissa. Rex Tillerson got burned in Venezuela. Then he got revenge. **Washington Post**, 16 jan. 2017. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2017/01/16/rex-tillerson-got-burned-in-venezuela-then-he-got-revenge/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SCISSORS, Derek. **China Global Investment Tracker. Chinese Investments & Construction in Guyana (2009-2023)**. The American Enterprise Institute, 2024. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

SONG, Yanke. Decoupling between China and Latin America? The Competition and Containment of the US against China in the Energy Field in Latin America under the Sino-US Game. **International Journal of Social Sciences and Public Administration**, U.K., v. 5, n. 2, p. 27-44, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.62051/ijsspa.v5n2.05>.

SOUZA, André de Melo e (Org.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/repensando_a_cooperacao_web.pdf.

Stabroek News. Amaila hydro-project construction agreement signed in China. **Stabroek News**. 2012. Disponível em: <https://www.stabroeknews.com/2012/09/12/news/guyana/amaila-hyro-project-construction-agreement-signed-in-china/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

THE MILITARY BALANCE. Chapter Seven: Latin America and the Caribbean: Regional trends in 2023 396; Regional defence policy and economics 398; Arms procurements and deliveries 407; Armed forces data section 408. (2024). **The Military Balance**, v. 124, n. 1, 396–457, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/04597222.2024.2298595>.

THE STATE COUNCIL. **China’s Policy Paper on Latin America and the Caribbean**. The State Council, China. 2008. Disponível em: https://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2016/11/24/content_281475499069158.htm Acesso em: 24 jul. 2024.

TOMA-GARCÍA, R. S. China, Guyana y la confluencia de intereses estratégicos sobre la Guayana Esequiba reclamada por Venezuela. **InterAção**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. e86279, 2024. DOI: 10.5902/2357797586279. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/86279>. Acesso em: 13 fev. 2025.

TRADE MAP. **Trade statistics for international business development**. 2024. Disponível em: https://www.trademap.org/Country_SelProductCountry_TS.aspx?nvpm=%7c076%7c%7c%7cTOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c2%7c1%7c2%7c1%7c%7c1. Acesso em: 24 jul. 2024.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Secretary Blinken’s Call with Guyanese President Ali**. U.S. Department of State, USA. 2023. Disponível em: <https://www.state.gov/secretary-blinkens-call-with-guyanese-president-ali/>.

UNIVERSITY OF GUYANA. **About Confucius Institute at University of Guyana (CIUG)**. Confucius Institute at University of Guyana. 2024. Disponível e: <https://ciug.uog.edu.gy/about-ciug>. Acesso em: 24 jul. 2024.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. Guiana e Suriname: uma outra América do Sul. **Revista Conjuntura Austral**, v. 1, n. 1, 27-40, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.16168>.

WANG, Chi. **Obama’s Challenge to China: The Pivot to Asia**. Abingdon-on- Thames: Routledge, 2015.

WANG, Hongying. The missing link in Sino–Latin American relations. **Journal of Contemporary China**, v. 24, n. 95, p. 922–942, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10670564.2015.1013380>.

YU, Lei. China’s strategic partnership with Latin America: a fulcrum in China’s rise. **International Affairs**, v. 91, n. 5, p. 1047–1068, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12397>.

Funções de colaboração exercidas	
Wanderley dos Reis Nascimento Júnior:	Conceituação; Metodologia; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);
Patrícia de Oliveira Matos:	Conceituação; Metodologia; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);
Raísa Barbosa Dias:	Escrita (primeira redação);

Informações fornecidas pelos autores de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

Resenha do Livro: Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato

Book Review: Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.145134>

Yuri Bravo Coutinho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil
yuri.bravo1998@gmail.com  

Resumo

Em “Operação Impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato” (2023), Fernando Limongi analisa as crises político-institucionais e sociais que levaram à destituição de Dilma Rousseff (2011-2016) e coalizão de poder que integrou o governo de Michel Temer (2016-2018). O autor realiza um rastreamento de processos desde a candidatura de Rousseff em 2010 até as denúncias de corrupção contra Temer, que assumiu a presidência após o impeachment em maio de 2016. A utilização de fontes secundárias cumpre o papel de descrever, encadear e analisar os acontecimentos centrais à narrativa do impeachment e a conjuntura posterior à destituição de Rousseff. Os fatos são narrados em cinco capítulos principais, dividindo-os entre atores centrais à narrativa do impeachment: a presidenta Dilma Rousseff, a oposição coordenada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e os movimentos sociais, o presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, o presidente Michel Temer e os juízes que comandaram a Operação Lava Jato de Brasília a Curitiba.

Palavras-chave: Operação Lava Jato. Impeachment. Dilma Rousseff. Michel Temer.

Abstract

In ‘Operação Impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato’ (2023), Fernando Limongi analyses the political-institutional and social crises that led to the impeachment of Dilma Rousseff (2011-2016) and the coalition of power that comprised Michel Temer's government (2016-2018). The author traces the processes from Rousseff's candidacy in 2010 to the corruption allegations against Temer, who took over the presidency after the impeachment in May 2016. The use of secondary sources plays the role of describing, linking and analyzing the events central to the impeachment narrative and the situation following Rousseff's impeachment. The facts are narrated in five main chapters, dividing them between the central players in the impeachment narrative: President Dilma Rousseff, the opposition coordinated by the Brazilian Social Democracy Party (PSDB) and the social movements, the president of the Chamber of Deputies Eduardo Cunha, President Michel Temer and the judges who led Operation Car Wash from Brasília to Curitiba.

Keywords: Operation Car Wash. Impeachment. Dilma Rousseff. Michel Temer.

Recebido: 09 Janeiro 2025
Aceito: 09 Março 2025

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

No livro “Operação Impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato”, publicado em 2023, o cientista político Fernando Limongi reconstitui as crises nas dimensões político-institucional e social que culminaram na destituição da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), bem como a emergência da coalizão de poder que integrou o governo de Michel Temer (2016-2018). Essa análise é realizada pelo rastreamento de processos desde a candidatura de Rousseff em 2010 até o último ano do mandato de Temer, tendo como eixo central a relação das investigações na Operação Lava Jato com o governo.

Para isso, o autor sustenta uma visão crítica e detalhada sobre os impactos da crescente perda do controle institucional por parte do Poder Executivo e a insatisfação social com a classe política, utilizando as fontes secundárias da imprensa – majoritariamente dos jornais “Estado de S. Paulo” e “Folha de S. Paulo” – para descrever os acontecimentos no período em destaque. Os fatos são narrados em cinco capítulos principais, dividindo-os entre atores centrais à narrativa do impeachment: a presidenta Dilma Rousseff, a oposição coordenada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e os movimentos sociais, o presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, o presidente Michel Temer e os juízes que comandaram a Operação Lava Jato de Brasília a Curitiba.

No capítulo I, Limongi analisa como a escolha de Dilma Rousseff para a presidência em 2010 ajudou a resolver conflitos internos do Partido dos Trabalhadores (PT). Apesar de sua pouca experiência política, Dilma foi eleita devido à herança política de Lula, mas seguiu suas próprias convicções, reformulando a equipe ministerial e promovendo uma “faxina ética”. Essas ações geraram insatisfação na oposição e na base governista, culminando na candidatura antipetista de Aécio Neves em 2014, apoiado pelo “Blocão” liderado por Eduardo Cunha. Os escândalos divulgados pela Operação Lava Jato, iniciada pouco antes das eleições, fortaleceram o sentimento antipetista, com apoio da mídia tradicional e da classe média. Porém, a reeleição de Dilma permitiu ao governo reconstruir o diálogo com a oposição, mas também abriu espaço para uma postura mais reacionária da sociedade.

O autor se atenta a este cenário no capítulo II, onde aborda a reação da oposição após a reeleição de Dilma Rousseff. Quatro dias após o resultado, o PSDB solicitou uma auditoria das urnas eletrônicas, questionando a imparcialidade da Justiça Eleitoral. As manifestações, com a presença de líderes do PSDB, foram coordenadas por grupos da direita liberal, como o Movimento Brasil Livre, e simpatizantes da “nova direita”, como o movimento “Vem Pra Rua”. Apesar do sentimento antipetista em comum, esses grupos divergiam quanto à agenda política para derrubar o PT (Souza, 2023). A radicalização dos protestos surpreendeu o PSDB, que preferiu apoiar-se nas investigações da Lava Jato para impugnar a chapa Dilma-Temer, evitando uma postura antidemocrática. O pedido de impeachment começou a ser estudado em fevereiro de 2015, baseado na participação de Dilma na compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. Parlamentares e movimentos sociais favoráveis ao impeachment se articularam em torno da candidatura de Eduardo Cunha à presidência da Câmara dos Deputados, político com grande influência, poder de barganha e desafeto de Dilma.

No Capítulo III, Limongi detalha a atuação de Cunha após ser eleito presidente da Câmara, um evento que marcou o fim do acordo informal de alternância na presidência entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o PT. A relação entre Cunha e o PT deteriorou-se após a inclusão do seu nome na Lista Janot em março de 2015. A ruptura definitiva ocorreu em julho, quando o empresário Júlio Camargo delatou Cunha na Lava Jato, afirmando que ele havia cobrado US\$ 5 milhões em propina para facilitar a contratação de navios-sonda pela Toyo Setal. No dia seguinte à denúncia, Cunha anunciou seu rompimento com a base governista e sua migração para a oposição, criticando a imparcialidade das investigações da Lava Jato. Cunha percebeu que o movimento pró-impeachment ganhava força no parlamento e nas ruas, onde manifestações clamavam “Fora, Dilma!”. Apesar da pressão, ele arquivou os pedidos de impeachment contra Dilma, esperando que o PT o apoiasse no Conselho de Ética, que investigava suas contas na Suíça, suspeitas de receber mais de US\$ 5 milhões em propina e tráfico de influência. Em dezembro, a prisão preventiva do senador Delcídio do Amaral intensificou a crise. Dilma e o PT decidiram continuar com a “faxina ética” e votaram pela

cassação de Cunha no Conselho de Ética. Em resposta, Cunha anunciou a abertura do processo de impeachment um dia depois. Cinco dias depois, Michel Temer publicou uma carta destacando o afastamento do PMDB do governo e sinalizando seu apoio ao impeachment.

O Capítulo IV descreve os ajustes finais que destituíram a presidenta, estimulados pelo agravamento da crise social e da crise no sistema político. A base peemedebista e o Bloco haviam gradativamente se desvinculado do PT e articulado as bases do impeachment durante o segundo mandato de Dilma, contando com o apoio da mídia na construção do antipetismo e na idolatria dos juízes da Lava Jato. O governo Temer se articulou em torno desses fenômenos, divulgando seu projeto nacional “Ponte para o Futuro”, uma semana depois do requerimento do processo de impeachment contra a presidenta, acatando as denúncias de “pedaladas fiscais” realizadas pela presidenta Dilma. Nesse sentido, a liderança do PMDB durante e após o impeachment foi fundamental para a retomada do controle da capacidade governativa do Executivo. Para isso, o novo bloco no poder buscou apoio institucional do Congresso e dos setores da burguesia nacional para conter os avanços da Lava Jato e resgatar o crescimento econômico através da cartilha neoliberal (Da Ros; Taylor, 2022).

O capítulo V é sobre os desdobramentos da crise política durante o governo Temer. Junto da instabilidade política, o endurecimento das medidas ortodoxas para recuperar a economia marcaram o curto mandato de Temer. Nesse sentido, a relação fértil do Executivo com o Legislativo visou alcançar uma margem de capacidade governativa que serviu para dois propósitos interligados: a sustentação dos cargos de Temer e dos ministros em meio às denúncias da Lava Jato para, então, viabilizar as reformas constitucionais que garantiriam a retomada da credibilidade econômica do país. Em 17 de maio de 2017, a Procuradoria Geral da República (PGR) divulgou uma gravação de Temer sugerindo à Joesley Batista “manter uma boa relação” com Eduardo Cunha e o doleiro Lúcio Funaro para evitar que ambos firmassem acordos de delação premiada nas investigações da Lava Jato que comprometessem o governo. A primeira e a segunda denúncias formalizadas pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ) contra o presidente foram rejeitadas em votação no Congresso, demonstrando a boa relação com os parlamentares. Portanto, a baixa credibilidade de Temer desde o início do mandato vigorou pelo apoio da base parlamentar e pela incorporação do programa de governo defendido pelo grupo político derrotado nas eleições anteriores (PSDB). De fato, a relação entre o Executivo e o Judiciário foi positiva para “salvar” os interesses oligárquicos do governo Temer. Por outro lado, o apoio à operação com base em Curitiba – que tinha Lula como seu alvo principal – impulsionou o antipetismo e o avanço da extrema-direita, fenômenos que acompanharam todo o período descrito no livro e marcam as eleições de 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro.

Contudo, ao analisarmos os sucessivos momentos da crise política descrita no livro, fica evidente a instrumentalização do impeachment para frear a Lava Jato e reverter a “faxina ética” de Dilma. A estratégia do PMDB de destituir a presidenta visava aglutinar interesses do clientelismo político e das camadas médias mobilizadas após junho de 2013, seguindo o funcionamento do presidencialismo de coalizão em torno de um “partido-ímã” que infiltra interesses amplos da classe política desde a redemocratização (Singer, 2018). O PMDB exerceu essa função durante o governo Dilma, tentando recuperar o controle do sistema político, limitando a Lava Jato e impondo custos às pautas do PT, garantindo a manutenção do seu status quo. Sem respaldo popular, o governo ostentou o impeachment de 2016 como sinônimo de superação da crise institucional, tentando contornar a convulsão social dos últimos cinco anos e dissuadindo as contradições internas entre o governo, as elites empresariais e a classe média que tensionaram o período Rousseff (Barbosa-Filho, 2018).

Esse período de crise que culminou no impeachment também tem relação com outros dois âmbitos pouco aproveitados pelo autor: a deterioração da conjuntura econômica e a pressão sobre a atuação da política externa brasileira. Os reveses da agenda macroeconômica após o abandono da “Nova Matriz Econômica” foram ligados à suspeição de agentes-chave do modelo neodesenvolvimentista, como a corrupção empresarial e a mudança de posição da burguesia

industrial, que formou uma frente classista com a burguesia financeira em torno do impeachment. As restrições internacionais, como a queda dos preços das commodities e a crise na zona do euro, esgotaram as políticas de incentivo ao consumo e favoreceram medidas ortodoxas para conter a recessão desde 2014.

Ao encontro desses fatores, a política externa do governo Dilma teve resultados mais modestos que a do governo Lula e sofreu transformações com o retorno da lógica neoliberal no governo Temer. A nova coalizão buscou reduzir o déficit orçamentário público e contornar a crise econômica através da “democracia da eficiência”, implementando cortes de investimento público e reformas no regime trabalhista (Brasil, 2016a; 2016b). Assim, as diretrizes de política externa promovidas pelo governo Temer refletiram a situação internacional, a crise brasileira e os interesses de um novo bloco de poder que enfatizou o aprofundamento do diálogo comercial. Nelas, a “desideologização” das relações exteriores teve papel central no alinhamento das expectativas do mercado financeiro internacional, da burguesia nacional e da classe média para restaurar a credibilidade dos investidores estrangeiros.

Referências

- BRASIL. Presidente (2016-2018: Michel Temer). Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de posse dos novos ministros de Estado. Palácio do Planalto, Brasília, 12 mai. 2016a. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-palacio-do-planalto>>. Acesso em: 9 abr. 2024.
- BRASIL. Presidente (2016-2018: Michel Temer). Discurso do Presidente interino, Michel Temer, durante cerimônia de apresentação das medidas econômicas. Palácio do Planalto, Brasília, 24 mai. 2016b. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-interino-michel-temer-durante-cerimonia-de-apresentacao-das-medidas-economicas-brasilia-df>. Acesso em: 30 out. 2023.
- BARBOSA-FILHO, Nelson. Revisionismo histórico e ideologia: as diferentes fases da política econômica dos governos do PT. **Brazilian Keynesian Review**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 102-115, 2018.
- DA ROS, Luciano; TAYLOR, Matthew. **Brazilian politics on trial: corruption and reform under democracy**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2022.
- LIMONGI, Fernando. **Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato**. São Paulo: Todavia, 2023.
- SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. Editora Companhia das Letras, 2018.
- SOUZA, Viviane Brito de. **O campo patriota antes da “nova direita”: o caso do Revoltados Online**. 2023. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Funções de colaboração exercidas

Yuri Bravo Coutinho:

Conceituação; Metodologia; Curadoria de dados; Administração do projeto; Análise formal; Investigação;

Informações fornecidas pelo autor de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)

Resenha do Livro: O segundo círculo: centro e periferia em tempos de guerra

Book Review: O segundo círculo: centro e periferia em tempos de guerra

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.146070>

Carlos Eduardo Rezende Landim
San Tiago Dantas (UNESP/ UNICAMP/ PUC-SP), São Paulo, Brasil
carlos.landim@unesp.br  

Resumo

O Segundo Círculo: Centro e Periferia em Tempos de Guerra (Editora Unicamp, 2024), organizado por André Singer, Bernardo Ricupero, Cícero Araújo e Fernando Rugitsky, endereça os impasses do capitalismo e da democracia a partir de uma perspectiva que entrelaça crises globais e dinâmicas periféricas. A primeira parte, “Tempos de Guerra”, examina a escalada da instabilidade mundial desde 2008, explorando a ascensão da extrema direita, as disputas entre Estados Unidos e China e as contradições do Plano Biden. A segunda parte, “Perspectivas Latino-Americanas”, discute a industrialização na América do Sul, o extrativismo e a Maré Rosa, analisando como o superciclo de *commodities* viabilizou governos progressistas ao passo que viabilizou um modelo econômico contraditório. A última parte, “Pensamento Crítico”, resgata e atualiza elaborações teóricas latino-americanas sobre dependência, hegemonia neoliberal e luta de classes. Em que pese a dinamicidade das reconfigurações da conjuntura internacional, o livro constrói um arcabouço analítico capaz de iluminar a multifatorialidade da crise contemporânea, articulando transformações no sistema internacional, mutações do capitalismo e as ameaças crescentes à democracia.

Palavras-chave: Crise Global; Extrema Direita; Guerra; Estados Unidos; China.

Abstract

O Segundo Círculo: Centro e Periferia em Tempos de Guerra (Unicamp Publisher, 2024), organized by André Singer, Bernardo Ricupero, Cícero Araújo, and Fernando Rugitsky, addresses the impasses of capitalism and democracy from a perspective that intertwines global crises and peripheral dynamics. The first part, “Times of War,” examines the escalation of global instability since 2008, exploring the rise of the far right, the disputes between the United States and China, and the contradictions of the Biden Plan. The second part, “Latin American Perspectives,” discusses industrialization in South America, extractivism, and the Pink Tide, analyzing how the commodities supercycle enabled progressive governments while simultaneously fostering a contradictory economic model. The final part, “Critical Thought,” revisits and updates Latin American theoretical elaborations on dependency, neoliberal hegemony, and class struggle. Despite the fluidity of international reconfigurations, the book constructs an analytical framework capable of shedding light on the multifactorial nature of the contemporary crisis, articulating transformations in the international system, mutations of capitalism, and the growing threats to democracy.

Keywords: Global Crisis; Far Right; War; United States; China.

Recebido: 27 Fevereiro 2025
Aceito: 08 Março 2025

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Refletir sobre a gravidade e a complexidade da crise que atravessamos, evocando a metáfora do inferno dantesco, é um exercício tão perturbador quanto necessário. Essa é a provocação central de *O Segundo Círculo: Centro e Periferia em Tempos de Guerra* (Editora Unicamp, 2024), organizado por André Singer, Bernardo Ricupero, Cícero Araújo e Fernando Rugitsky. Escrita entre fevereiro de 2022, momento em que a Rússia invadiu a Ucrânia, e o final de 2023, sob o horror da catástrofe em Gaza, a obra carrega a marca de um tempo convulsionado, no qual a crise global assume contornos cada vez mais dramáticos. Inserido na série *Discutindo o Brasil e o Mundo*, o livro se articula a um projeto editorial que busca tecer, por meio de obras nacionais e traduções, um panorama crítico da crise democrática no Brasil e da ascensão do fascismo no mundo. O avanço da direita autoritária, o esgotamento do neoliberalismo e as incertezas sobre o destino do capitalismo constituem os fios condutores desse esforço, que se propõe a desvendar os dilemas de um mundo à deriva.

Na introdução, os organizadores recorrem à metáfora do inferno de Dante para estruturar sua análise: “O inferno dantesco possui a forma de um cone invertido, cujos nove andares descendentes vão, a cada passo, ficando menos e mais aterradores” (SINGER *et al.*, 2024, p. 13). O “segundo círculo”, que dá título à obra, remete à continuidade de uma reflexão iniciada com “O Brasil no Inferno Global: Capitalismo e Democracia Fora dos Trilhos” (FFLCH, 2022), que os autores tomam como o primeiro degrau nesse percurso rumo ao abismo. Se a primeira obra analisava o desmoronamento das instituições democráticas e os descaminhos do capitalismo, o novo volume sugere que, nos anos mais recentes, descemos ainda mais fundo.

O argumento central que atravessa a coletânea é que a crise financeira de 2008 teria aberto os “portões demoníacos” (SINGER *et al.*, 2024, p. 13), lançando-nos em um ciclo de instabilidade crescente. Com a eleição de Donald Trump em 2016, entramos, segundo os organizadores, em uma espécie de limbo, no qual tanto o capitalismo quanto a democracia parecem descarrilar de suas promessas originais. Nos últimos anos, essa deriva teria se aprofundado, impulsionada, sobretudo, pela escalada do conflito entre Estados Unidos e China, tornando cada vez mais remota qualquer possibilidade de uma saída pacífica para o colapso em curso. Se as especificidades do trumpismo e da extrema direita já foram amplamente analisadas por uma literatura significativa nos últimos anos, sendo possivelmente a mais conhecida do público brasileiro a obra de Brown (2019), este livro se insere no esforço de compreender a ascensão da extrema-direita dentro de um quadro analítico distinto. Assim como outras obras recém-lançadas, a exemplo de Anievas e Saull (2025), a proposta deste livro é situar esse fenômeno como uma cristalização de processos de violência e autoritarismo que atualmente configuram a conjuntura mundial, com um olhar que parte da periferia do capitalismo.

Composta majoritariamente por cientistas políticos e economistas – e contando com a presença pontual de um sociólogo –, a obra traz uma abordagem multifatorial que permite escapar de alguns lugares-comuns das análises internacionais convencionais que frequentemente se restringem aos preceitos realistas. A primeira parte da obra concentra-se nos “Tempos de Guerra”, abordando a crise do capitalismo e da democracia no Ocidente desde 2008. Destacam-se análises sobre o Plano Biden e a guerra comercial entre China e Estados Unidos. A interpretação de que há uma “desordem generalizada, que seria o político, no sentido de uma disputa pela direção mundial” (SINGER; FANTON, 2024, p. 49) se destaca. Também se evidencia a busca pela construção de um mosaico articulando as contradições do governo Biden, sobretudo em relação ao conflito distributivo interno e à posição em relação à China. Embora o ex-presidente tenha sido pressionado, de um lado, a manter as políticas trumpistas de contenção da China e, de outro, a atender às demandas de industriais e fazendeiros que dependiam da importação de suprimentos, a linha anti-China acabou prevalecendo (FANTON, 2024, p. 67). É importante situar que o livro foi concluído antes da confirmação do retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos nas eleições ocorridas em novembro de 2024, o que torna a análise inevitavelmente sujeita a verificações factuais a partir dos acontecimentos da conjuntura que até o momento ainda não é viável realizar.

A segunda parte do livro, intitulada “Perspectivas Latino-Americanas”, aprofunda-se nas dinâmicas estruturais típicas do capitalismo dependente que atravessa a região, abordando temas como industrialização na América do Sul, extrativismo, a crescente “assetização” de direitos e a corrosão do modelo social instituído pela Constituição brasileira de 1988. Um dos pontos centrais dessa seção é a análise do fenômeno da Maré Rosa, realizada por Fernando Rugitsky e Pedro Mendes Loureiro no capítulo “Limites do Extrativismo”. A Maré Rosa é interpretada como uma expressão da tentativa de “governar à esquerda do centro a partir de, e estimulando, uma base extrativista” (RUGITSKY; LOUREIRO, 2024, p. 263). Isto é, os governos progressistas da região se beneficiaram do superciclo de *commodities* para lançar um conjunto de políticas que impulsionaram o crescimento e reduziram a desigualdade, ao mesmo tempo em que consolidaram um modelo econômico dependente da exploração de recursos naturais. O capítulo dedica atenção especial aos casos da Bolívia, Chile e Colômbia, examinando como esses países incorporaram essa lógica e os desafios que enfrentaram na transição para um cenário de queda dos preços das *commodities*.

A terceira e última parte explora os “Instrumentos Teóricos” desenvolvidos na região para entender o complexo entrelaçamento entre política, economia, geopolítica e luta de classes. Entre os temas abordados estão o debate sobre o golpe de 1964 no Brasil, o fenômeno da dependência, a hegemonia neoliberal e o pensamento político brasileiro. Esses capítulos buscam fornecer uma base teórica para interpretar os desafios contemporâneos, resgatando e atualizando conceitos clássicos das ciências sociais latino-americanas. Merece destaque, nesse sentido, o esforço de Alexandre de Freitas Barbosa, no capítulo “O estilo de interpretação histórico-estrutural”, ao situar os conceitos de subdesenvolvimento e dependência em uma perspectiva de longa duração histórica. Seu trabalho evidencia a proposta - ambiciosa e polêmica - de resgatar essas categorias analíticas para compreender o Brasil e suas dinâmicas econômicas e sociais como parte de uma totalidade mais ampla: um capitalismo em constante reconfiguração em escala mundial (BARBOSA, 2024, p. 366).

“O Segundo Círculo” é, portanto, um notável esforço de síntese sobre um mundo que se reconfigura a cada instante – e que, à medida que se transfigura, nos arrasta para camadas cada vez mais profundas de um inferno que, como nos lembra Dante, se desdobra em múltiplos níveis de tormento. A obra ilumina as dinâmicas políticas e econômicas que acen-tuam desigualdades, fragmentam a democracia e intensificam conflitos, ao mesmo tempo em que reconhece os desafios impostos a qualquer tentativa de reversão desse quadro. A força do livro está em sua capacidade de conectar diferentes crises, articulando uma análise que transcende diagnósticos isolados e propõe um olhar em busca da totalidade. No entanto, como reconhecem os próprios organizadores, um dos dilemas centrais da contemporaneidade, qual seja, a crise ecológica, não recebe o tratamento aprofundado que sua urgência exige. Um capítulo dedicado a essa questão certamente enriqueceria ainda mais a obra. A fluidez dos acontecimentos políticos – como a eleição de Donald Trump e a reconfiguração das forças internas dos Estados Unidos em relação à China, marcada por uma retórica confrontacionista, mas por uma prática mais oscilante – não torna as análises do livro datadas ou ultrapassadas. Pelo contrário, muitas delas antecipam dinâmicas que seguem em curso, consolidando-se como elementos centrais da conjuntura. Assim, compreender o inferno é um passo fundamental para vislumbrar qualquer possibilidade de redenção.

Referências

ANIEVAS, Alexander; SAULL, Richard (Eds.). **The Far-Right in World Politics**. Londres: Routledge, 2024.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O estilo de interpretação histórico-estrutural. In: SINGER, André; RICUPERO, Bernardo; ARAUJO, Cicero; RUGITSKY, Fernando (Eds.). **O segundo círculo: centro e periferia em tempos de guerra**. Campinas: Editora da Unicamp, 2024, cap. 12, p. 365-396.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. Tradução de Mário A. Marinho e Eduardo A. Camargo Santos. Campinas: Editora Filosófica Politeia, 2019.

RUGITSKY, Fernando; LOUREIRO, Pedro Mendes. Limites do extrativismo. In: SINGER, André; RICUPERO, Bernardo; ARAUJO, Cicero; RUGITSKY, Fernando (Eds.). **O segundo círculo: centro e periferia em tempos de guerra**. Campinas: Editora da Unicamp, 2024, cap. 08, p. 235-270.

SINGER, André; ARAUJO, Cicero; RUGITSKY, Fernando. **O Brasil no inferno global: capitalismo e democracia fora dos trilhos**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2022.

SINGER, André; FANTON, Hugo. A evolução do interregno: novo americanismo e bipolarização do mundo. In: SINGER, André; RICUPERO, Bernardo; ARAUJO, Cicero; RUGITSKY, Fernando (Eds.). **O segundo círculo: centro e periferia em tempos de guerra**. Campinas: Editora da Unicamp, 2024, cap. 01, p. 33-56.

SINGER, André; RICUPERO, Bernardo; ARAUJO, Cicero; RUGITSKY, Fernando. Introdução. In: SINGER, André; RICUPERO, Bernardo; ARAUJO, Cicero; RUGITSKY, Fernando (Eds.). **O segundo círculo: centro e periferia em tempos de guerra**. Campinas: Editora da Unicamp, 2024, p. 13-32.

Funções de colaboração exercidas	
Carlos Eduardo Rezende Landim:	Conceituação; Curadoria de dados; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação);
Informações fornecidas pelo autor de acordo com a Taxonomia de Funções de Colaborador (CRediT)	

Diretrizes para autores

1. A revista *Conjuntura Austral* publica Análises de Conjuntura, Artigos de Pesquisa e Resenhas Bibliográficas, nos idiomas português, inglês e espanhol;
2. A revista está dividida em quatro seções: Conjuntura (Análises de Conjuntura); Pesquisa (Artigos de Pesquisa); Leitura (Resenhas Bibliográficas) e Dossiê (Dossiês temáticos e Edições Especiais);
3. As contribuições devem ser originais e podem ter sido depositadas (de forma prévia ou simultânea à submissão para avaliação na revista) nos servidores de preprint considerados pela *Conjuntura Austral*;
 - 3.1 A revista aceita submissões de preprints depositados nos seguintes servidores:
 - [American Political Science Association](#)
 - [OSFPreprints](#)
 - [Preprints.org](#)
 - [SciELO Preprints](#)
 - 3.1.1. Caso decida realizar o depósito do manuscrito em servidor de preprint de maneira simultânea à submissão para a revista, os(as) autores(as) se comprometem a depositá-lo em um dos servidores considerados pela *Conjuntura Austral*;
 - 3.2 Os preprints submetidos à revista serão avaliados por três pareceristas, sendo ao menos um membro do Comitê Editorial e outros dois selecionados de forma *ad hoc* pelo Comitê Editorial;
 - 3.2.1. Caso solicitado, os nomes dos(as) pareceristas poderão ser, a critério do Comitê Editorial, informados aos(as) autores(as) do manuscrito;
 - 3.2.2. Em caso de aprovação dos preprints para publicação, os pareceres emitidos serão também publicados, acompanhados dos nomes dos(as) respectivos(as) avaliadores(as);
 - 3.3 Caso a contribuição esteja depositada em servidor de preprint, os(as) autores deverão informar o fato ao Comitê Editorial por meio do preenchimento do campo específico na Carta ao Comitê Editorial, disponível [aqui](#), que deverá ser enviada como documento suplementar no momento da submissão do manuscrito;
4. Os manuscritos submetidos à revista devem respeitar critérios específicos de números mínimos e máximos de caracteres; nessa contabilização são incluídos título, resumo e palavras chave (no idioma original e em inglês), corpo do texto e notas de rodapé; não são incluídas as referências.
 - 4.1 Trabalhos que não estejam adequados aos tamanhos estabelecidos poderão, mediante solicitação e a partir da avaliação do Comitê Editorial, ser considerados para a publicação; o registro dessa solicitação, bem como sua justificativa, deverão ser apresentados no momento da submissão, na seção "Comentários ao editor" no processo de submissão de artigos no sistema;
 - 4.2 Os artigos de Análise de Conjuntura devem conter entre 15 mil e 25 mil caracteres (incluindo espaços);
 - 4.2.1 As Análises de Conjuntura deverão ser textos científicos que analisem uma situação ou fato atual, buscando uma interpretação que localize tal situação em estruturas explicativas (teóricas ou históricas) mais amplas. Diferentemente de um texto jornalístico ou informativo, a análise de conjuntura internacional deverá procurar elementos explicativos mais amplos, fundamentados em bibliografia pertinente, correlacionando a questão abordada. As análises de conjuntura devem conseguir articular elementos conjunturais e estruturais de forma equilibrada, oferecendo uma explicação provisória ao problema internacional apontado.
 - 4.3 Os Artigos de Pesquisa devem conter entre 35 mil e 50 mil caracteres (incluindo espaços);
 - 4.3.1 Os artigos de pesquisa deverão ser trabalhos resultantes de pesquisa científica original. Podem ser resultados parciais de pesquisas mais amplas, mas que já podem ser divulgados como uma unidade encerrada. Devem ter originalidade, precisão conceitual, definição do problema, dos objetivos e tratamento correto dos dados, adotar e apresentar de forma clara metodologia adequada, ser referenciado em bibliografia pertinente, e apresentar seus resultados. O texto deve ser suficientemente claro para um público mais amplo. O uso de imagens e tabelas que não tenham sido produzidas para o artigo enfraquecem a submissão e devem ser evitadas.
 - 4.4 As Resenhas Bibliográficas devem conter entre 7 mil e 9 mil caracteres (espaços inclusive).
 - 4.4.1 As resenhas deverão ter caráter crítico e analítico, não devendo limitar-se à apresentação da obra em questão. Espera-se que o texto contribua não apenas para o conhecimento da obra (identificando de forma clara e objetiva tanto seu argumento central, quanto sua estrutura de sustentação), mas também para situá-la no campo de estudos de Relações Internacionais, apresentando elementos que demonstrem sua interlocução com outras obras e também sua atualidade e relevância;
5. Os dados sobre os(as) autor(as) (nome completo, titulação, ORCID iD, filiação institucional – com o nome da instituição por extenso – e e-mail para contato) devem ser inseridos nos respectivos campos da plataforma de submissão da revista para todos os(as) autores(as);
 - 5.1 Essas informações deverão ser igualmente preenchidas na Carta ao Conselho editorial, disponível [aqui](#), que deverá ser enviada como documento complementar no momento da submissão do manuscrito;
 - 5.2 Os manuscritos, especialmente aqueles que não estejam depositados em servidores de preprints, não devem conter qualquer informação dos(as) respectivos(as) autores(as);
6. O completo preenchimento, pelos(as) autores(as), do formulário de submissão do artigo no sistema da Revista é imprescindível; submissões com dados incompletos não serão encaminhadas para avaliação;
 - 6.1 O formulário de submissão do artigo deve ser obrigatoriamente preenchido também em inglês, o que é possível por meio da opção de troca de idioma disponível na parte superior do formulário (é necessário alterar o idioma no campo específico, no topo do formulário, e clicar no botão "submeter");
 - 6.2 A seção do formulário de submissão destinada ao URL deve ser preenchida com o link para o Currículo Lattes do(a) autor(a) – sempre que ele(a) tiver um;
 - 6.3 Todos(as) autores(as) devem ter seu ORCID iD informado no momento da submissão; caso o formulário informe que o ORCID iD é inválido, tente retirar o "S" de "https" no endereço do ORCID iD; caso o problema persista, contate a equipe da *Conjuntura Austral*;
7. Não serão considerados para avaliação artigos com mais de três autores, salvo em casos considerados pertinentes pelo Comitê Editorial; o registro de solicitação para tanto, bem como sua justificativa, deverão ser apresentados na seção "Comentários ao editor", no processo de submissão de artigos no sistema;

8. A titulação mínima para a submissão de manuscritos é Mestre(a);

8.1 Não serão aceitos trabalhos de graduandos(as), nem mesmo na condição de coautores(as);

8.2 Trabalhos de mestrands(as) só serão aceitos se acompanhados de outro(a) autor(a) com titulação maior;

9. No caso de resenhas bibliográficas, só serão aceitas contribuições de obras publicadas no máximo 24 meses antes da submissão do manuscrito;

9.1 Nas resenhas devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;

9.2 As resenhas não passarão pelo processo de revisão duplo-cego por pares, sendo sua avaliação realizada por integrantes do Comitê Editorial da revista;

10. Todas as contribuições devem vir acompanhadas de:

10.1 Três palavras-chave no idioma original e em inglês, separadas por ponto-e-vírgula (;);

10.2 Título no idioma original e em inglês;

10.3 Resumo no idioma original e em inglês;

10.4 Além de constarem no arquivo submetido para avaliação, estas informações devem ser inseridas obrigatoriamente nos campos destinados a elas no momento da submissão no sistema;

11. No caso das contribuições em inglês, elas também devem apresentar:

11.1 Três palavras-chave em um segundo idioma (português ou espanhol), separadas por ponto-e-vírgula (;);

11.2 Título em um segundo idioma (português ou espanhol);

11.3 Resumo em um segundo idioma (português ou espanhol);

11.4 Além de constarem no arquivo submetido para avaliação, estas informações devem ser inseridas obrigatoriamente nos campos destinados a elas no momento da submissão no sistema;

12. Os títulos dos artigos devem ter no máximo 200 caracteres (espaços incluídos), e não devem ser inseridos totalmente em maiúsculas no momento da submissão no sistema;

13. Os resumos deverão ter entre 150 e 200 palavras, bem como apresentar, de forma clara e concisa, o tema, os objetivos, a metodologia utilizada e as conclusões do trabalho;

14. As contribuições deverão ser geradas por um software de processamento de textos amplamente utilizado, e apresentada em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF, em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5, sem espaçamento entre parágrafos; contribuições em qualquer outro formato não serão aceitas;

15. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto, não devendo conter referências bibliográficas ou links;

15.1 Caso a nota de rodapé seja incluída no final da frase, ela deve ser inserida depois do ponto final.

16. O uso de imagens (fluxogramas, mapas, tabelas, gráficos e figuras) deve ser restrito ao essencial para a ilustração dos argumentos desenvolvidos no texto;

16.1 As tabelas, fluxogramas, gráficos e quadros devem ser produzidos no mesmo software de produção de textos utilizado na elaboração do manuscrito (ou em um software compatível), e devem ser incluídos no corpo do texto, com títulos, legendas e referências adequados, e não como imagens ou ao final do texto, como anexos;

16.2 A localização de mapas e imagens deve ser indicada de forma sequencial ([Figura 1], [Figura 2], etc.) no corpo do texto, acompanhada do título e das respectivas referências;

16.2.1 As imagens não devem ser incluídas no corpo do texto, e sim encaminhadas como documentos complementares, em formato .jpeg com resolução de ao menos 300 dpi;

16.2.2 No caso de imagens que não tenham sido produzidas pelo autor e que não tenham uma licença que permita sua livre reprodução, a submissão deve incluir, como documento complementar, uma autorização formal assinada pelo autor, editor e/ou detentor do copyright da imagem para seu uso e reprodução no artigo submetido à *Conjuntura Austral: journal of the Global South*.

17. As citações diretas devem seguir a norma ABNT 10520/2002: até três linhas no corpo do texto destacada por aspas; maior de três linhas com recuo de 4cm do lado esquerdo, espaçamento simples e fonte tamanho 10pt.

17.1 As citações diretas devem estar obrigatoriamente no mesmo idioma que o artigo; caso o texto original esteja em outro idioma, a tradução do trecho em questão deverá ser usada no corpo do texto, acompanhada da indicação de que a tradução foi feita pelos(as) autores(as) do manuscrito, e a versão original poderá ser introduzida como nota de rodapé;

18. As referências devem ser listadas ao final do texto e devem se restringir àquelas efetivamente citadas no artigo.

18.1 No corpo do texto deve ser observado estritamente o sistema (AUTOR/A, data). Não serão aceitas referências bibliográficas completas em notas de rodapé.

19. As referências bibliográficas devem estar em ordem alfabética de sobrenome, e devem constar no final do trabalho. Além de constarem no arquivo submetido para avaliação, as referências devem ser inseridas obrigatoriamente no campo destinado a elas no momento da submissão no sistema. O formato utilizado pela Revista é:

SOBRENOME, Nome. Título do livro: subtítulo. Cidade: Editora, Ano.

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do Capítulo/Artigo. In: SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome (Eds). Título do livro: subtítulo do livro. Cidade: Editora, Ano, cap.X, p. xx-xx.

SOBRENOME, Nome. Título do Artigo. Nome do Periódico. Cidade do periódico, v.X, n.X, p. xx-xx, Ano. Disponível em: Link para o artigo. Acesso em dia mês ano.

SOBRENOME, Nome. Título da tese acadêmica: subtítulo. Tese de Doutorado em (curso), Universidade, País, Ano, (nº de páginas)p.

SOBRENOME, Nome. Título da notícia de jornal/revista. Nome do Jornal/revista. Cidade, dia mês. ano (da publicação da notícia). Disponível em: link para a notícia. Acesso em dia mês. ano.

20. Em caso de dúvidas a respeito da formatação das referências bibliográficas, utilizar a NBR 6023:2018 e a NBR 10520:2002 da ABNT como referência;

20.1 Como forma de assegurar a conformidade com o estilo adotado pela revista, a Conjuntura Austral incentiva os(as) autores(as) a utilizarem a ferramenta [MyBib](#) para a elaboração da lista de referências;

20.1.1 O estilo de citação a ser utilizado é “*Universidade Federal do Rio Grande do Sul - SBUFRGS - ABNT (autoria completa) (Portuguese - Brazil)*”;

20.2 Em caso de dúvidas, os(as) autores(as) são aconselhados(as) a consultar a equipe da Conjuntura Austral antes da submissão dos manuscritos;

21. Os manuscritos submetidos à Conjuntura Austral não devem conter jargões, devendo ser escritos de forma clara e concisa. Linguagem não-discriminatória e científica são obrigatórias, e termos racistas, sexistas e/ou que expressem qualquer forma de preconceito não serão tolerados;
22. Termos e expressões em outro idioma que não o principal do artigo devem estar indicados em itálico;
23. Os conjuntos de dados usados para sustentar argumentos e conclusões de artigos devem, preferencialmente, estar disponíveis de forma integral e gratuita para os(as) leitores(as) da revista;
 - 23.1 Os manuscritos submetidos devem citar e referenciar todos os dados, bases de dados, códigos de programas e outros materiais que tenham sido utilizados ou gerados na pesquisa;
24. Os artigos devem, obrigatoriamente, conter seções de introdução, de conclusão e de referências;
 - 24.1 A fragmentação excessiva do restante do texto, com a inclusão de mais de duas subseções, deverá ser evitada;
 - 24.2 Na seção de introdução dos manuscritos devem ser apresentados de forma clara e facilmente identificável o tema e o problema da pesquisa, além da metodologia utilizada;
 - 24.3 Na seção de introdução e nas conclusões, quadros, tabelas ou figuras de qualquer natureza não são permitidos;
25. A Conjuntura Austral não publica mais de um artigo de um(a) mesmo(a) autor(a) em um intervalo menor do que doze meses; não serão aceitas submissões simultâneas de um(a) mesmo(a) autor(a);
26. Os(as) autores(as) deverão preencher a Carta ao Conselho Editorial, disponível neste [link](#), e incluí-la como documento suplementar no momento da submissão do artigo;
27. Agradecimentos devem ser incluídos apenas em casos em que façam referência a apoio substancial recebido pelos(as) autores(as) no desenvolvimento da pesquisa que originou o artigo;
 - 27.1 Os agradecimentos devem ser inseridos, pelos autores, no campo indicado na Carta ao Conselho Editorial;
 - 27.2 Agradecimentos a auxílios ou financiamentos, bem como agradecimentos a colaborações de colegas e eventual menção à origem de um artigo (como, por exemplo, teses) devem ser indicados nesta seção;
 - 27.3 Agradecimentos aos(as) pareceristas e dedicatórias não são permitidos;
 - 27.4 Agradecimentos a indivíduos devem preceder agradecimentos a instituições ou agências;
28. Caso o manuscrito submetido seja aprovado para publicação, os(as) autores(as) se comprometem a fornecer, à Conjuntura Austral, materiais como comunicados de imprensa, entrevistas ou quaisquer outras informações solicitadas pelo Comitê Editorial;
29. A Conjuntura Austral: journal of Global South está aberta a propostas de dossiês temáticos ou edições especiais;
 - 29.1 Um dossiê temático ou edição especial inclui, geralmente, entre 5 e 7 artigos que versem sobre um tema comum ou um mesmo conjunto de questões;
 - 29.2. Propostas de dossiês temáticos e/ou edições especiais deverão ser enviadas para o e-mail da revista (conjunturaaustral@ufrgs.br), ter no máximo três autores(as), e ser acompanhadas das seguintes informações:
 - 29.2.1. Nome(s), filiação por extenso, informações de contato, currículos resumidos dos(as) proponentes, bem como os link para seus Currículos Lattes (quando houver) e ORCIDid;
 - 29.2.1.1 Ao menos um(a) dos(as) autores(as) deve ter título de doutor(a), e todos(as) devem ter ao menos título de mestre(a);
 - 29.2.2 Proposta da edição especial ou dossiê, com no máximo 4.000 palavras de extensão (contabilizadas as notas e referências), contendo o título proposto para a edição especial, uma apresentação da temática da edição proposta e as justificativas da proposta;
 - 29.2.3 Uma lista com os nomes, ORCIDid e contatos de ao menos 10 (dez) possíveis pareceristas a serem considerados para atuar na edição.
 - 29.3. Em conjunto com o Comitê Editorial da Conjuntura Austral, os(as) proponentes do dossiê ou edição especial, na condição de Editores(as) Convidados(as), ficarão responsáveis por divulgar a edição e captar artigos para avaliação, bem como por supervisionar os processos de revisão por pares;
 - 29.3.1 Aos(as) proponentes será facultado a elaboração de um Editorial para edição, o qual deverá ter caráter científico, sendo passível de citação acadêmica, e não se limitando à mera apresentação da edição;
 - 29.4. As propostas aprovadas ficarão disponíveis no sistema da Revista Conjuntura Austral, como chamada especial, por no mínimo 60 dias, que é o prazo que todas as pessoas (seguindo as diretrizes da Revista) poderão enviar artigos, resenhas ou análises de conjuntura;
 - 29.4.1 A Conjuntura Austral não publica números fechados ou completos, ficando, portanto, todos os dossiês temáticos e edições especiais abertos à submissão de trabalhos por todos(as) os pesquisadores(as) interessados.
 - 29.5. Os trabalhos submetidos para essas edições deverão seguir as mesmas orientações das demais submissões, sendo incluídos apenas em uma seção diferente da revista, no momento da submissão, e serão submetidos ao mesmo processo de revisão cega por pares.
 30. Somente serão encaminhadas para avaliação aquelas contribuições que estiverem de acordo com todas as diretrizes estabelecidas pela revista.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; se não for esse o caso, uma justificativa deve ser incluída no campo "Comentários ao editor";
2. Os arquivos para submissão foram gerados por um software de processamento de textos amplamente utilizado, e estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (não ultrapassando 2MB); documentos em qualquer outro formato não serão aceitos.
3. URLs para as referências foram informadas sempre que necessário.
4. O texto está em espaço 1,5; usa fonte Times New Roman de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as tabelas foram geradas no processador de texto e estão inseridas no corpo do texto, não no final do documento, como anexos; as imagens tem seu espaço de inserção indicado no corpo do texto, em numeração sequencial entre colchetes ([Imagem 1], [Imagem 2], etc.) e serão incluídas como documentos suplementares.
5. O texto está plenamente de acordo com os padrões de estilo, requisitos bibliográficos e demais critérios e exigências descritos nas [Diretrizes para Autores](#), na seção Sobre a Revista.
6. No caso de manuscritos que não tenham sido depositados em servidores de preprint, a identificação de autoria do trabalho foi removida do arquivo e da opção "Propriedades" no software de processamento de texto, garantindo, desta forma, o critério de sigilo da revista, conforme instruções disponíveis em [Assegurando a Avaliação Cega por Pares](#).

7. Caso os(as) autores(as) decidam depositar o manuscrito em um servidor de preprints de forma simultânea à submissão para avaliação na revista, estes se comprometem a depositá-lo em um dos servidores aceitos pela Conjuntura Austral;
8. Os(as) autores(as) asseguram que a existência de quaisquer conflitos de interesse de ordem financeira, comercial, política, acadêmica e/ou pessoal com relação ao manuscrito, bem como todo o apoio material e/ou financeiro recebido para o desenvolvimento deste trabalho, estão claramente informados no campo "Comentários ao Editor".
9. Os(as) autores(as) preencheram correta e integralmente a [Carta ao Comitê Editorial](#), que será encaminhada como documento complementar na submissão de seu manuscrito.
10. Os(as) autores(as) estão cientes e plenamente de acordo com as [Diretrizes de ética e de boas práticas editoriais](#) adotadas pela revista.

Declaração de direito autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- a. Autores(as) mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0](#), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o(a) autor(a) e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.
- b. Autores(as) têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- c. Autores(as) têm permissão para publicar, nos repositórios considerados pela Conjuntura Austral, a versão preprint dos manuscritos submetidos à revista a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja [O Efeito do Acesso Livre](#)).
- d. Autores(as) têm permissão e são incentivados(as) a publicar e distribuir online (em repositórios institucionais e/ou temáticos, em suas páginas pessoais, em redes ou mídias sociais, etc.) a versão posprint dos manuscritos (aceitos e publicados), sem qualquer período de embargo.
- e. A *Conjuntura Austral: journal of the Global South*, imbuída do espírito de garantir a proteção da produção acadêmica e científica regional em Acesso Aberto, é signatária da [Declaração do México sobre o uso da licença Creative Commons BY-NC-SA para garantir a proteção da produção acadêmica e científica em acesso aberto](#).

Apoio:

